

HÉLIA AUGUSTA DE MAGALHÃES CORREIA BRACONS CARNEIRO¹

**PROCESSO DE REALOJAMENTO
E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO
NUM
BAIRRO MULTI-ÉTNICO**

INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ORIENTADORA: PROF^ª. DOUTORA MARÍLIA DE CARVALHO SEIXAS ANDRADE

¹ Hélia Bracons Carneiro, Licenciada e Mestre em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL).
Doutoranda em Serviço Social na Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.
Docente da Licenciatura em Serviço Social na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

LISBOA, 2003

“ O *espaço*, enquanto agente activo de inscrição das práticas sociais, é uma realidade completa cuja análise deve incluir, para além das características do próprio espaço físico, uma imensidão de variáveis sociais e culturais a partir das quais se geram situações específicas e sistemas de imagens e representações, dos quais dependerá em grande medida o modo como cada indivíduo apreende e se apropria desse espaço”

Gonçalves, Helena Seita (1994), “Identidades culturais num bairro de habitação social”,
Sociologia problemas e práticas, n.º 16, ISCTE.

RESUMO

Palavras Chave: Realojamento, Apropriação do Espaço, Satisfação Residencial, Etnia e Cultura.

A presente pesquisa apresenta o estudo de uma amostra de nove agregados familiares de diferentes grupos étnicos: africanos, indianos e lusos, provenientes do Bairro Quinta da Vitória, concelho de Loures, realojados no contíguo Bairro Social na Av. Alfredo Bensaúde, em Lisboa.

Com este trabalho pretende-se compreender o processo de realojamento e apropriação dos novos espaços habitacionais pelas famílias pertencentes a diferentes grupos étnicos. Analisa-se, pois, o modo como se traduz esta mudança na melhoria das condições de vida e de bem estar destas famílias, quando confrontadas com uma nova realidade residencial e habitacional, nomeadamente a forma como estes agregados se apropriam dos espaços domésticos e envolventes, influência nas redes familiares e referências religiosas, o modo como os diferentes grupos culturais se relacionam entre si, em suma: a satisfação residencial dos novos moradores, dirigida à casa e ao bairro, compreendendo a forma como estes avaliam e percebem o seu espaço habitacional.

Os resultados apurados indicam que as famílias revelaram uma satisfação bastante elevada relativamente ao novo espaço privado, a casa. Por outro lado, as vantagens dos novos espaços domésticos, como a melhoria de condições de habitabilidade, confrontam-se com a aquisição de novas responsabilidades, tais como as despesas correntes e a relação e os compromissos com os vizinhos.

ABSTRACT

Key -Words: Relodgings, Appropriation of the Space, Residential`s Satisfaction, Ethnic group and Culture.

The research now presented focused on the study of a sample of nine families of different ethnic groups: Africans, Indians and Portuguese, from Bairro Quinta da Vitória, Loures, reinstalled in the adjacent Bairro Social, in Av. Alfredo Bensaúde, Lisbon.

The main objective was to understand the *modus operandi* of reinstallation and appropriation of new residential spaces by the families belonging to different ethnic groups. We studied the way this change translates in the enhancement of life conditions and well-being of these families, when faced with a new residential reality, namely the way these family groups get hold of the domestic and adjacent spaces, the influence in the family networks and religious references, the way the different groups interrelate, in a word: the residential satisfaction of the new inhabitants, directed towards the house and the quarter, understanding the way they judge and evaluate their residential space.

The results seem to indicate a considerable satisfaction concerning the new private space, the house. On the other way, the advantages of the new domestic spaces, such as the habitability conditions, are faced with the acquisition of new responsibilities, such as current expenses and relations and commitments with the new neighbors.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os que me auxiliaram na realização deste trabalho. A todos os que me acompanharam no quotidiano tenso de quem faz uma tese, agradeço a sua paciência e apoio. Gostaria, no entanto, de particularizar alguns agradecimentos.

Em primeiro lugar, destaco a Prof.^a. Doutora Maria Augusta Negreiros que, não só criou em mim o entusiasmo pelo Serviço Social, como teve um papel fundamental na minha formação, nomeadamente no que diz respeito a este trabalho, que aceitou orientar, mas que não pôde acompanhar até ao fim.

À Prof.^a Doutora Marília Andrade, que aceitou orientar, com entusiasmo e disponibilidade, a pesquisa ainda por terminar, por todo o apoio e dedicação demonstrado.

A todos os habitantes do Bairro Quinta da Vitória, que me deram a conhecer e aprofundar o Bairro e me aceitaram hospitaleiramente, em suas casas e na sua companhia e, em especial, aos que me disponibilizaram o seu tempo, saber, algumas fotografias e documentos.

A todos os colegas que, das mais diversas maneiras, sempre me animaram e apoiaram, em particular a Julieta Leal e a Sandra Pouseiro.

Aos meus amigos, que sempre acreditaram que a concretização deste trabalho era possível, pelo ânimo e incentivo.

Ao Pedro Matias, pela companhia cúmplice nas diversões do trabalho de campo no Bairro Quinta da Vitória e em Diu (Índia).

Aos meus pais, Fernandina Botelho e José Ferreira e às minhas irmãs, Fernanda e Maria do Céu, por todo o imenso carinho e compreensão demonstrado em todos os momentos; à pequenita afilhada Margarida, que nasceu e cresceu com esta tese, pela alegria que tem dado e, em especial, ao António João pelo companheirismo, presença, compreensão e carinho que, sem o qual, não seria possível o término desta pesquisa.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E OBJECTO DA PESQUISA.....	12
1. Enquadramento Teórico.....	15
1.1. Breve história do alojamento social em Portugal.....	16
1.2. O Papel das Autarquias e do Serviço Social no Alojamento Social.....	22
1.3. O Realojamento e o paradoxo do realojamento.....	29
1.4. Satisfação residencial.....	38
1.5. Apropriação do Alojamento/Espaço.....	39
1.6. Minorias étnicas e Grupos étnicos na sociedade portuguesa.....	43
1.7. Cultura.....	47
2. A escolha do objecto de estudo.....	51
PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	52
1. Metodologia de pesquisa: Uma abordagem qualitativa.....	52
2. Técnica de recolha de dados.....	55
3. Perfil da população entrevistada.....	57
4. Análise de Conteúdo.....	59
PARTE III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	62
1. Breve caracterização social e urbanística do Bairro Quinta da Vitória.....	62
2. Breve caracterização social e urbanístico do Bairro Av. Alfredo Bensaúde....	68
3. Caracterização da população entrevistada.....	69
4. Satisfação residencial actual.....	72
4.1. Avaliação subjectiva do espaço privado: a Casa.....	72
4.1.1. Sala de estar.....	81
4.1.2. Cozinha.....	84
4.1.3. Quarto de dormir.....	86
4.1.4. Quarto de banho.....	87
4.1.5. Espaço/lugar destinado à oração/culto e a importância da religião..	88

4.2. Avaliação subjectiva do espaço semi - público: relações de vizinhança e redes de sociabilidade.....	91
4.3. Avaliação subjectiva do espaço público: o Bairro.....	100
4.4. Atitudes face ao alojamento anterior (barraca).....	107
4.5. Atitudes face ao processo de realojamento.....	113
CONCLUSÕES.....	118
GLOSSÁRIO GUJARATI.....	128
BIBLIOGRAFIA.....	129

ANEXOS

- I- Guião de Entrevista
- II- Quadros da análise dos dados
- III- Mapa de localização (freguesia da Portela)
- IV- Mapa do Bairro Quinta da Vitória por grupos étnicos
- V- Mapa dos estabelecimentos comerciais existentes no Bairro Quinta da Vitória
- VI- Mapa das Associações e Locais de Culto existentes no Bairro Quinta da Vitória
- VII- Mapa do Bairro Quinta da Vitória após a demolição das barracas das famílias já realojadas
- VIII – Protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Loures e a Câmara Municipal de Lisboa
- IX – Planta do empreendimento construído pela Câmara Municipal de Lisboa onde as famílias foram realojadas (Abril de 2003)
- X – Uma Perspectiva Fotográfica:
 1. Bairro Quinta da Vitória
 - 1.1. Espaço Público: Bairro
 - 1.2. Espaço Público: Espaços de comércio (pequenas lojas e mercearias)
 - 1.3. Espaço Público: Local de Culto dos Indianos - Templo Hindu
 - 1.4. Espaço Público: Festividades Hindus no Templo Hindu
 - 1.5. Espaço Público: Festividades Hindus na Rua
 - 1.6. Espaço Privado: Casa
 - 1.7. Barracas Demolidas

2. Bairro Social na Av. Alfredo Bensaúde

2.1. Espaço Público: Bairro

2.2. Espaço Privado: a nova Casa

SIGLAS UTILIZADAS

AML – Área Metropolitana de Lisboa

FAIH – Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional

FFH – Fundo de Fomento de Habitação

GEBALIS – Gestão de Bairros Municipais de Lisboa

GIL – Gabinete de Intervenção Local

GTH – Gabinete Técnico de Habitação

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

INH – Instituto Nacional de Habitação

PER – Programa Especial de Realojamento

PIMP – Projecto de Intervenção a Médio Prazo

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentam-se as conclusões do estudo exploratório realizado sobre os modos de apropriação e de organização do espaço doméstico e do espaço envolvente, bem como sobre a satisfação residencial e as atitudes face ao processo de realojamento de nove famílias do Bairro Quinta da Vitória, freguesia da Portela, Concelho de Loures, realojadas no contíguo Bairro Social (empreendimento PER), sito na Av. Alfredo Bensaúde, na freguesia dos Olivais, em Lisboa.

Importa salientar que a presente pesquisa foi, de certa forma, “facilitada” uma vez que a mestranda se encontrou a trabalhar no Centro Social e Cultural da Paróquia da Portela, entre Agosto de 1998 e Agosto de 2000 e na Divisão Municipal de Habitação da Câmara Municipal de Loures, mais precisamente, no Gabinete de Intervenção Local Quinta da Vitória, entre Janeiro e Outubro de 2002, onde teve a oportunidade de conhecer o Bairro e de acompanhar as diversas fases do processo de realojamento, ou seja, a preparação das famílias e dos respectivos processos administrativos, o acompanhamento e encaminhamento prestados à população no pré realojamento, na entrega das habitações e no período subsequente ao realojamento.

As famílias realojadas sobre as quais incide este estudo são de origem africana, indiana e portuguesa. Encontravam-se inseridas no núcleo de barracas da Quinta da Vitória, concelho de Loures, e foram realojadas em Novembro de 2001, ao abrigo do protocolo estabelecido entre as Câmaras Municipais de Loures e de Lisboa (ver anexo VIII), num empreendimento propriedade desta última, construído em terrenos confinantes com o Bairro degradado Quinta da Vitória.

Para uma melhor compreensão dos conteúdos abordados, optou-se por dividir este trabalho em quatro grandes blocos.

Na primeira parte, traça-se o caminho teórico que suportou a investigação e respectivas conclusões. Começa-se por fazer uma breve abordagem das Políticas de Habitação em Portugal. São abordados alguns referentes teóricos relativos ao conceito de realojamento, à apropriação do espaço, à satisfação residencial, ao grupo étnico e à cultura.

Na segunda parte, apresentam-se e justificam-se as opções metodológicas que se mostraram mais correctas para a realização de um trabalho desta natureza.

Na terceira parte, procede-se à caracterização social e urbanística do Bairro Quinta da Vitória e do Bairro Social na Av. Alfredo Bensaúde, bem como a uma caracterização das famílias entrevistadas, já realojadas.

São apresentados os resultados obtidos através de uma análise detalhada da informação recolhida, com o objectivo de conhecer algumas regularidades e singularidades sociais evidenciadas pelos actores sociais.

Na quarta e última parte, a par de uma reflexão interpretativa, avança-se com algumas hipóteses explicativas, que dão corpo às conclusões desta pesquisa, bem como apontam-se caminhos para uma reflexão mais aprofundada.

PARTE I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E OBJECTO DA PESQUISA

Ao longo da história as cidades têm sofrido uma permanente transformação, contudo mantiveram sempre o seu importante papel de “pólos” de desenvolvimento cultural, económico e social. A constante reestruturação dos tecidos urbanos contribui grandemente para a crescente complexidade económica, social e cultural das cidades dos nossos dias. O crescimento, nas últimas décadas, da Área Metropolitana de Lisboa (AML) traduzindo o progresso da urbanização do país, é disso paradigmático. Na verdade, a AML tem recebido grandes contingentes de população, o que tem acarretado problemas de diversos níveis, particularmente, no que se refere à habitação.

O problema da habitação tem-se manifestado um fenómeno de difícil gestão e organização. A nossa sociedade tem assistido a um forte desequilíbrio entre a produção e o consumo de habitação e a uma proliferação de alojamentos com fracas condições de habitabilidade.

A fixação da população nos centros urbanos conduziu ao crescimento e à sobrelotação de inúmeros agregados populacionais.

As populações que se fixam nos bairros sociais caracterizam-se, na sua maioria, por terem protagonizado percursos migratórios orientados para as grandes cidades, onde vinham à procura de melhores condições de trabalho e de vida. Exercendo sobretudo profissões não qualificadas, auferem rendimentos muitas das vezes insuficientes para responder às reais necessidades habitacionais, devido também à carência de fogos e à inflação de preços que se fazem sentir nestes centros urbanos. Este conjunto de desvantagens sociais conduz à sua fixação em bairros de habitat degradado, precário, fomentando o crescimento dos bairros de barracas, sobretudo a partir das décadas de 60 e 70 e do século XX.

Como forma de encontrar solução para este problema, as populações mal alojadas têm vindo a ser alvo de acções de realojamento e, em sequência dessas acções, confrontadas com novos cenários residenciais que nem sempre correspondem às suas expectativas e necessidades.

A população do Bairro Quinta da Vitória encontrava-se inserida num dos actuais 52 núcleos de barracas (concretamente no núcleo 5), identificados pelo Município de Loures

como zonas caracterizadas por graves situações habitacionais, e como tal, espaços privilegiados de intervenção abrangidos pelo Programa Especial de Realojamento (PER).

O núcleo da Quinta da Vitória nasceu após Abril de 1974, data em que foram construídas as primeiras habitações abarracadas por portugueses vindos das regiões rurais do norte do país que, em Lisboa, buscaram melhores condições de vida. Nos anos 80, as famílias de origem indiana (comunidade Hindu), começaram a fixar-se no Bairro. Residem no Bairro famílias de origem africana, indiana e portuguesa; trata-se, portanto, de um bairro composto por grupos étnicos diferenciados, com referências culturais e religiosas muito peculiares, nomeadamente no que respeita à comunidade Hindu-Gujarate.

Em 1993 foi efectuado, pelo Centro de Estudos Territoriais, o primeiro levantamento de agregados residentes para integração no PER, tendo-se recenseado 416 agregados familiares. Actualmente residem no Bairro 446 agregados.

Em Novembro de 2001, foi estabelecido um Protocolo entre a Câmara Municipal de Loures e a Câmara Municipal de Lisboa, que permitiu o realojamento de 100 agregados familiares residentes no degradado Bairro Quinta da Vitória, no empreendimento construído em terrenos confinantes com a freguesia da Portela, na Av. Alfredo Bensaúde, concelho de Lisboa (ver anexo VIII).

A primeira fase de realojamento, teve lugar no mês de Novembro de 2001, abrangeu 30 agregados familiares de origem africana, indiana e portuguesa. É sobre estas famílias, protagonistas das mais variadas situações de carência habitacional, e que não possuíam as condições mínimas de habitabilidade, e sobre a forma como se apropriaram do novo espaço doméstico e envolvente, bem como a conseqüente satisfação residencial, que se inscreve este nosso objecto de estudo.

Neste contexto, poder-se-á admitir e pôr-se a questão de como é que a mudança desta população para um novo cenário residencial, é condição suficiente para provocar algumas alterações na vida quotidiana destes indivíduos, e por essa via, originar uma reestruturação dos seus modos de vida.

Tratando-se de uma pesquisa com carácter exploratório, a descoberta e a preocupação de detectar a forma como estes indivíduos, protagonistas de um processo de realojamento, se apropriam do espaço doméstico, revelou-se o objectivo central deste trabalho.

Este trabalho pretende, também, perceber como se processou o realojamento e se esta acção se traduziu na melhoria das condições de vida e de bem estar destas famílias, quando confrontadas com uma nova realidade residencial e habitacional.

Na verdade, esta investigação não é mais do que o culminar do cruzamento de diversas temáticas, onde questões como: o processo de realojamento, a existência de diferentes contextos de organização familiar, religiosa e cultural, a apropriação do espaço doméstico, a coabitação multi étnica (tratando-se de um bairro composto por vários grupos étnicos) e a forma como o profissional de Serviço Social pode intervir na complexa problemática habitacional, tendo em conta os diferentes grupos étnicos a realojar, não poderiam deixar de ser abordadas.

Deste modo, formulámos a seguinte *pergunta de partida*:

De que forma é que as famílias do Bairro Quinta da Vitória, de origem africana, indiana e portuguesa, realojadas no Bairro Social da Av. Alfredo Bensaúde, se apropriam do espaço doméstico e do espaço envolvente do novo bairro, de acordo com as suas referências culturais e religiosas?

Para a realização da pesquisa definimos os seguintes *objectivos*:

- 1 - Conhecer e explicar os modos de apropriação das diferentes envolventes e a organização do espaço doméstico, tendo em consideração a organização familiar, o contexto religioso e os valores culturais dos diferentes grupos étnicos realojados no novo bairro social.
- 2 - Analisar a satisfação residencial dos novos moradores, dirigida à casa e ao bairro e compreender a forma como os sujeitos avaliam e percebem o seu espaço habitacional e se relacionam entre si.
- 3 - Perceber se o processo de realojamento foi desenvolvido da forma mais adequada e se trouxe melhorias efectivas nas condições de vida e de bem estar destas famílias.
- 4 - Identificar quais os elementos fundamentais a considerar pelo Serviço Social num processo de realojamento envolvendo diferentes etnias.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A pressão demográfica que se exerceu sobre as principais cidades do país e a escassez de habitação fez emergir uma série de problemas sociais, de entre os quais o alojamento faz parte integrante. De facto, assiste-se ao alastramento de bairros de barracas pela cidade durante os anos 60, 70 e 80, acabando por a envolver num anel de habitação degradada.

Regista-se uma tendência para este tipo de bairros surgirem em terrenos de difícil acesso, muito acidentados e muitas das vezes implantam-se no espaço urbano de acordo com uma lógica semelhante, ou seja, quando realojadas, estas pessoas são remetidas para as margens das zonas centrais de acessibilidade.

Para que a política de realojamento possa dar frutos, é necessário, em primeiro lugar, tal como alerta Isabel Guerra (1994), *“reconhecer que a política de alojamento social dos anos 60-70 foi um fracasso. Fracasso não apenas no modelo arquitectónico, mas também de soluções urbanísticas na densificação, na desintegração e no inacabamento dos projectos, nas normas de atribuição dos fogos, e a outros níveis.”*

O problema do realojamento é antes de mais um problema social, *“pois as pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”* (Guerra, 1994); assim a forte concentração espacial de uma população socialmente homogénea, provoca um crescimento de comportamentos desviantes e de estigmas sociais que desencadeiam respostas violentas.

Ao abordar-se o tema da habitação social enquanto problema, levantam-se inúmeras questões não somente de ordem social, mas também económica, cultural e política, pois *“... a habitação constitui em si mesma um fenómeno social pelos problemas sociais que levanta e pelas circunstâncias históricas em que se desenvolve. Está ligada às formas de comportamento do grupo familiar e de todo um sistema social e económico em que se instala ou é construída. (...) Daí o poder ser encarado como um indicador para a explicação de hábitos e formas de vida de um determinado meio social”* (Branco, 1994).

O desafio que se coloca nos processos de realojamento é o de intervir no nó estruturador que une os problemas acumulados das zonas degradadas. Uma intervenção integrada e global, faz apelo a um entendimento sistémico da realidade que afasta o raciocínio clássico das ciências sociais, que atribui aos problemas uma única causalidade. Deste modo, procura-se entender a multiplicidade de variáveis que estruturam determinada relação e

entender a complexidade dos laços que as unem. Uma rearticulação entre os diversos níveis (bairro, cidade, social, económico) é o grande desafio colocado à visão integrada.

Uma visão sistémica e integrada faz procurar novos sentidos para a acção. Onde antes se considerava realizar uma acção de integração, fala-se agora de inserção; onde antes se falava de participação fala-se hoje de parceria. Esta visão remete, sobretudo, para a criação de redes de comunicação e repartição de responsabilidades entre os cidadãos e as suas administrações. Em ambas as noções estamos perante a mesma evocação, ou seja, um apelo ao envolvimento dos cidadãos na acção pública (Guerra,1994).

Através da abordagem global conseguir-se-á uma participação da população, a articulação de entidades/organismos que possam contribuir para um desenvolvimento sustentado e a mobilização dos recursos da comunidade de forma geral.

Procura-se fomentar o desenvolvimento social das populações, partindo do pressuposto que a habitação faz parte de um todo, que possa contribuir para o desenvolvimento da comunidade e dos seus indivíduos.

O Realojamento é um processo que gera rupturas com os modos de vida e modelos de apropriação de espaços mais rurais, frequentes nos bairros de lata.

Para Nuno Portas (1995),*“realojar não significa apenas transferir fisicamente as populações das barracas para os novos bairros. Estamos a lidar com pessoas inseridas em sistemas sociais estabilizados que vão ser afectadas com a mudança de habitat. Por isso precisam de ser devidamente acompanhadas, integradas e promovidas segundo processos e metodologias adequadas. Se não for assim, arriscam-se os actores do realojamento a criar problemas sociais de difícil resolução no futuro.”*

1.1. Breve história do alojamento social em Portugal

Para desenvolver a nossa problemática sobre o realojamento, é necessário enquadrá-lo nas *Políticas Sociais de Habitação*, por considerarmos relevante perceber o percurso histórico da intervenção sobre a habitação nos diversos contextos políticos, sociais e económicos da sociedade portuguesa.

Não sendo embora objectivo ou intenção desta investigação proceder à descrição e análise da evolução histórica, no que respeita à problemática da habitação destinada à população de

menores recursos económicos, consideramos contudo importante salientar alguns aspectos mais significativos que ocorreram nesta área desde o Estado Novo até à actualidade.

Tal como refere Marielle Gros, “*o passado merece ser revisitado de modo a contribuir para a objectivação das condições da acção presente, já que as estratégias nem se elaboram, nem se implementam independentemente das lógicas sociais que as procederam*” (Gros, 1994). Contudo, uma vez que não se pretende apresentar aqui mais do que um esboço de reflexão neste sentido, esta história do alojamento social será, efectivamente, sucinta.

Sem pretendermos dar a ideia de que a evolução da habitação social portuguesa é uma súbita ideia do Estado Novo, apenas começaremos a fazer referência a esta época, na medida que foi durante este período que a política social habitacional passa também a ser directamente promovida pelo Estado.

Em 28 de Maio de 1926, triunfa um golpe militar que põe fim à implantação da 1ª Republica. Até 1933, vigora em Portugal uma transitiva ditadura militar baseada numa repressão generalizada, em especial dos movimentos do operariado, procurando assim pacificar a sociedade através de um discurso ideológico que visa o término dos conflitos.

Em 1928, dá-se a entrada de Oliveira Salazar para o Governo, indo ocupar o cargo de Ministro da Finanças, detendo o controlo absoluto sobre todas as despesas gerais do Estado.

Em 1933, são promulgados os textos base deste governo (Constituição, Estatuto Nacional de Trabalho e Acto Colonial), sendo nesse mesmo ano que o Estado define a sua política em matéria de habitação.

Na base da implantação do Estado Novo, como nos restantes regimes autoritários europeus, está um nacionalismo anti-democrático que contrapõe o corporativismo ao capitalismo liberal e um sindicalismo orgânico ao sindicalismo revolucionário e socialista.

Sob a égide do Integralismo Lusitano, movimento de influências fascistas por via de Mussolini em Itália e Primo de Rivera em Espanha, o Estado Novo virá ainda a consagrar um dos princípios mais caros na implantação do corporativismo: a família, entendida como o elemento primário da consagração do regime, disciplina e progresso da Nação, célula essencial do Estado social e corporativo.

Assim, as medidas tomadas pelo Estado Novo na área social, resultam deste arquétipo de sociedade construída por um conjunto de corpos sociais, onde a família ocupa o lugar

primordial, com funções específicas a desempenhar na comunidade, cuja reprodução do lugar ocupado por cada um garante a coesão e identidade nacionais.

O Estado Novo, com a instauração desta noção de família, pretende aliar o núcleo familiar à propriedade, com o objectivo de garantir plena formação, conservação e desenvolvimento do núcleo social fundamental, cujo equilíbrio é viável através do seu enraizamento à propriedade privada.

Deste modo, é publicado no mesmo ano da Constituição, o Decreto-Lei n.º 23052, de 23 de Setembro de 1933, que enuncia as grandes linhas do Programa das Casas Económicas. Para implantar, no domínio da habitação, uma política que se queria equidistante tanto do Socialismo como do Liberalismo, é o Estado que numa primeira fase e em parceria com os Municípios vai promover a construção das Casas Económicas, através do Ministério das Obras Públicas e das Comunicações (responsável pela execução) e da Subsecretaria do Estado das Corporações e Previdência Social (responsável pela atribuição dos fogos e respectiva gestão). Assim, o Estado era responsável pelo financiamento, pela aquisição dos terrenos, pela construção, pela distribuição das casas, e pela gestão dos Bairros.

Contudo, num Estado com um certo desequilíbrio financeiro e com um parco desenvolvimento das forças produtivas, uma medida de alcance social e político como esta teria que estar enquadrada num certo racionalismo económico. Assim, a legislação de 1933 estabelecia que *“todos os capitais investidos nas construções, quer proviessem do Estado, quer de outra entidade, deveriam ter um rendimento, embora este não pudesse ultrapassar os 5% ao ano. Na mesma lógica, os capitais avançados pela Caixa Geral de Depósitos teriam que ser amortizados em 20 anos”* (Gros, 1994).

Neste programa das Casas Económicas não está, fundamentalmente em causa, a resolução das carências habitacionais, está isso sim, a visibilidade do triunfo da doutrina corporativista.

Embora não tenha sido o único programa fomentado pelo Estado Novo, na medida que, a partir dos anos 40 e 50, multiplicam-se as medidas legislativas criadoras de uma certa pluralidade de programas com características, a vários níveis diversas, o Programa das Casas Económicas constituiu o eixo central da política da habitação do Estado Novo.

De facto, a partir da II Guerra Mundial, a política de alojamento social fragmenta-se num vasto número de programas que se distinguem uns dos outros pelas suas modalidades de

financiamento, os mecanismos administrativos, os estatutos de ocupação, as condições de acesso e atribuição, assim como pela qualidade do alojamento.

Estes programas eram dirigidos a categorias sociais funcionalmente diferenciadas e hierarquizadas. *“É por isto mesmo que o Programa das Casas Económica encontra-se dividido em classes, fazendo corresponder ao lugar ocupado por cada indivíduo na sociedade corporativista os standard de construção propostos. Nada deve desta forma, perturbar uma organização social bem definida, garante da ordem”* (Sousa, 1999). Assim, diferentes grupos de interesse devem estar separados, com o objectivo de evitar conflitos.

Para uma melhor clarificação acerca da lógica que estruturou as políticas sociais do Estado Novo, mais precisamente a política da habitação social, é importante salientar que segundo a concepção da realidade social, fundamentalmente antidemocrática e desigualitária, assumida pelo regime, não há necessidade de criar mecanismos que favoreçam uma maior igualdade de oportunidades e direitos. Assim, a divisão do trabalho era vista como essencialmente técnica e funcional.

Esta abordagem explica da mesma forma o modelo de habitação preconizado, a habitação unifamiliar. Acredita-se que num caos vertical ninguém reconhecerá devidamente os seus interesses e o seu lugar, os contactos com outros moradores e as conversas frequentes serão prejudiciais à manutenção do sistema.

É por tudo isto que a habitação social do Estado Novo e a política social em geral, não usou compensar redistributivamente as famílias mais desfavorecidas e sim providenciar os serviços correspondentes ao status social tido por cada uma delas. Num regime antidemocrático, não há compensação que possa contrariar a desigualdade, que é a natureza as coisas.

De facto, *“é tido como legitimo que necessidades e aspirações variam segundo as categorias sociais e todas elas merecem no contexto dos constrangimentos existentes, a intervenção do Estado. Este não tem que dar necessariamente prioridade aos mais desfavorecidos”* (Gros, 1994).

Desta forma, o Programa das Casas Económicas destinou-se às classes médias, propagandisticamente às classes trabalhadoras, com uma estreita selecção dos beneficiários, em que a capacidade aquisitiva e a fidelidade ao corporativismo de Estado funcionaram como critérios principais.

Assim, a carência habitacional foi em grande parte reduzida artificialmente, atribuindo-se as casas a um estrato populacional, à partida com capacidade aquisitiva para encontrar alternativa habitacional no mercado.

Desde a fraca disponibilidade financeira do Estado e a baixa produtividade do sector de produção, a habitação construída com a intervenção do Estado beneficiou fundamentalmente os grupos sociais que se situavam acima da média nacional. Os baixos programas destinados às categorias com mais baixos rendimentos, proporcionaram um número global inferior de alojamentos.

A massa dos trabalhadores indiferenciados, os pobres, os desempregados, os idosos, as mulheres, em suma, os mais necessitados, só tem acesso a programas marginais de realojamento ou são deixados ao cuidado de instituições caritativas.

No entendimento sistémico da sociedade baseado no ideal corporativista, funcionalmente numa categorização socioprofissional, os indivíduos com rendimentos oscilantes, com profissões não qualificadas, desempregadas e outros, são vistas como elementos externos ao próprio sistema.

Assim, os habitantes das casas desmontáveis, das casas para famílias pobres de realojamento, são tidos como indivíduos a reeducar socialmente. Só depois de educados e socializados em conformidade com a ideologia dominante estarão aptos a beneficiar das conquistas do Estado Novo, das Casas Económicas. Na verdade, nunca foi objectivo prioritário do Estado Corporativo a definição verdadeiramente social da habitação. As acções levadas a cabo nesta área resultaram sempre de pressões exteriores.

Mesmo tendo evoluído nesta matéria nos anos sessenta, as populações dos bairros precários viram-se sempre alvo de um controlo repressivo até ao fim do regime. Os bairros para populações socialmente desqualificadas foram votados ao isolamento e inseridos em freguesias periféricas, estigmatizadas à distância pelos standard adoptados e sem qualquer enquadramento. Por seu turno, a arquitectura do regime faz demarcar os sinais de pertença nos grupos a que se destinavam. Praticamente todos os Programas (Casas de Renda Económica, Casas para Militares, Casas para Funcionários Públicos), institucionalizaram a mesma lógica de estratificação interna em função da relação custo/qualidade.

Em 1969, faz-se uma tentativa de racionalização e unificação da política estatal com a criação do Fundo de Fomento de Habitação (FFH), pelo Decreto-Lei n.º 49033, de 28 de

Maio de 1969, e de outros serviços, sem que o problema da habitação se tenha praticamente alterado.

Apesar das competências incumbidas ao FFH, e talvez por via da recessão económica mundial ocorrida no início da década de 70, este organismo não realizou até 1974 qualquer empreendimento significativo, em termos de promoção habitacional directa, tendo, também, sido bastante diminuta a sua actividade na área de apoio técnico e financeiro a outras entidades intervenientes na execução de programas habitacionais.

As fortes esperanças depositadas no Estado Novo por diferentes quadrantes sociais no que concerne à resolução da questão da habitação para famílias de menores recursos, salda-se assim num fracasso quantitativo e qualitativo pelas opções tomadas.

Assim, o Estado Novo não conseguiu evitar a persistência ou mesmo o agravamento da questão da habitação. *“A partir da década de sessenta a sua expressão bem patente no crescimento das habitações clandestinas, no desenvolvimento dos bairros de lata, no número de sublocação e de sub povoamento de habitações existentes, frequentemente antigas e com deficientes condições de habitabilidade: enfim e não menos importante no desfasamento entre os preços de habitação e o poder de compra dos que dela precisavam urgentemente”* (Gros, 1994).

Após o 25 de Abril de 74, o SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), foi muito importante ao nível do problema habitacional em Portugal e, desenvolvendo projectos de habitação social e a sua construção, prestando apoio técnico às populações residentes em barracas na zona de Lisboa e também em Setúbal e no Porto, através de brigadas de actuação local.

O período de 1981-83 foi marcado pela expansão do sector privado e pela crise económica de 1982. Consolidou-se a democracia e alcançou-se a estabilidade política, no entanto não se conseguiu definir uma política de habitação coerente e produtiva.

Nos anos 80, o Projecto de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) foi um dos programas mais importantes de realojamento, dando possibilidade à Câmara Municipal de Lisboa fazer acordos de cooperação com o poder central para realizar operações de realojamento. Um outro organismo de realojamento dos anos 80 foi o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) a quem o governo decidiu atribuir competência para estabelecer acordos com os municípios, tendo em vista a construção de habitações sociais destinadas ao realojamento da população residente em barracas, no

sentido de proporcionar habitação condigna em regime de arrendamento, aos agregados familiares mais carênciados. Em 2002, o IGAPHE foi fundido no INH.

Perante a manifesta insuficiência do PIMP para afastar da cidade de Lisboa as barracas existentes, em 1993 foi criado o Programa Especial de Realojamento (PER). O PER parece ser a principal medida de política de habitação social, veio contribuir para uma melhoria significativa de qualidade de vida da população e uma melhoria substantiva de determinadas áreas anteriormente desqualificadas dos Concelhos. Segundo o Decreto-Lei 163/93, de 07 de Maio, que cria o PER, a habitação constitui um dos instrumentos de “*integração plena*” do cidadão. Consequentemente, podemos deduzir que se trata de uma inserção a todos os níveis, tanto do ponto de vista social como também cultural, psicológico e económico.

Em 1996 foi criado o PER - Famílias que pode ser considerado um sub-programa do PER. Esta modalidade cria condições para que as famílias mais equilibradas do ponto de vista económico tomem a iniciativa de procurar a sua própria habitação assumindo, os encargos que ela representa, sendo parte do custo da aquisição suportado pelo IGAPHE e pelos municípios (Secretaria do Estado de Habitação e Comunicação, 1997).

1.2. O papel das Autarquias e do Serviço Social no Alojamento Social

Segundo António Fonseca Ferreira (1994), “*o conceito de Política de Habitação compreende o conjunto de medidas adoptadas e postas em prática pelo Estado no sentido de alcançar ou garantir o equilíbrio global entre a procura da habitação no mercado.*”

Os desafios que se colocam à área da habitação são: o acesso à habitação social e a gestão do pós-realojamento, que implicam a implementação de políticas sociais, aplicadas e adaptadas à realidade social local pelas autarquias.

As medidas de promoção e gestão da habitação social passaram por várias mudanças ao longo dos anos, em função do contexto social, económico e político. Maria Clara Mendes (1997), afirma que até aos anos sessenta a promoção da habitação “*limitou-se à construção de pequenos bairros residenciais.*”

Com a descentralização das responsabilidades para as Autarquias dá-se maior importância à melhoria das condições de habitabilidade, e passa-se a ter em conta a realidade social dos

moradores, por intermédio, nomeadamente da criação de infra-estruturas, adopção de tecnologias de construção apropriadas ao meio social e físico no qual o bairro se insere, e apoia-se o envolvimento dos diferentes actores, em particular das comunidades locais.

As respostas aos problemas da habitação passaram a centrar-se na disponibilização de recursos, de modo a garantir a todos os estratos económicos e sociais da população o acesso a uma habitação condigna, na *“aplicação dos princípios de equidade e sustentabilidade.”* Atribui-se um papel importante às parcerias entre os sectores público e privado, organizações sem fins lucrativos e comunidades de base local.

Este modelo de políticas de habitação implica que se tenha em conta não só a dimensão económica e arquitectónica da construção de habitação social, mas também, que se deva atender aos aspectos sociais, culturais e ambientais.

Segundo Maria Augusta Negreiros (1995), a gestão autárquica é bastante recente, **existe desde 1985**, e na perspectiva de alguns autores é uma das lacunas do poder local. Para esta autora as autarquias por ela estudadas ainda estão longe de conceber uma gestão que permita questionar ou reproblematicar a acção política e assim permitir criar novas formas de participação na vida local. Refere que isto se deve, em parte, à minimização das capacidades do poder autárquico. A autora afirma que existe uma *“atitude imediatista da acção camarária.”*

Maria Augusta Negreiros acrescenta, apoiando-se em Mozzicafredo, que existe *“um auto-centramento das formas de gestão e sobrevalorização dos mecanismos institucionais.”* Sendo assim, esse tipo de gestão parece apoiar-se numa estrutura institucional que dá menos realce ao meio envolvente, em particular à evolução da vida dos habitantes, das instituições e infra-estruturas locais.

É deveras importante que existam objectivos claros, que permitam definir um programa de acção, com uma ideia definida do espaço de competências de determinado departamento autárquico, com uma estrutura que deve servir de suporte para a gestão habitacional, para assim atingir a sua eficácia técnica na coordenação das acções sociais. Definir uma estratégia de conjunto, de maneira articulada e possibilitar a partilha de recursos, saberes e poderes.

“A integração de acções que partem de um entendimento sistémico da realidade é necessário fazer localmente e pensar globalmente tendo em conta a intervenção a nível urbano, económico, social e cultural” (C.M.Lisboa, 1994). Isto significa, que a intervenção

tem de ser pensada num nível micro, mas direccionada ao nível macro, para que a intervenção feita com a comunidade de um bairro seja específica para esse bairro, para que assim os objectivos e as repercussões sejam sentidas pela própria comunidade e pela sociedade em que esta está ou vai ser inserida.

Segundo Marília Andrade (1992), *“A existência de Serviço Social nas autarquias locais insere-se na perspectiva de terciarização da economia e das sociedades, que decorre da trajectória percorrida pelo capitalismo, com a conseqüente alteração das funções da esfera privada e da esfera pública e o aparecimento da esfera social.”*

Com as sucessivas mudanças económicas e também da própria sociedade, houve necessidade do aparecimento da esfera social. O social começou a ter um maior destaque na reflexão, na implementação de novas políticas sociais e impacto na sociedade.

Para além das transformações sociais e políticas resultantes da revolução de Abril de 1974, em Portugal outros aspectos relevantes tiveram influência na existência do Serviço Social nas Autarquias:

- *“A tomada de consciência colectiva da existência de desigualdades, direitos sociais, contradição e conflitos, a par da conscientização das razões que conduzem a este estado de coisas e das possibilidades de mudança.*
- *A crescente democratização da sociedade e a conseqüente descentralização do poder.”*

Após o 25 de Abril de 1974, devido à mudança na conjuntura política em Portugal e com a institucionalização do Poder Local, as Autarquias Locais ampliaram a dimensão das políticas sociais, ou seja, assistiu-se ao alargamento das atribuições na esfera social, nomeadamente, a nível das necessidades básicas, como por exemplo o alojamento.

É neste contexto, segundo Marília Andrade (1992), que surge num número crescente de Autarquias, o Serviço Social enquanto serviço de administração das políticas sociais, na maior parte dos casos ligados à questão do alojamento, através dos Serviços Municipais da Habitação.

“Nos anos 80, e início dos anos 90, a administração das políticas sociais nomeadamente no caso particular em análise, da Política de Habitação Social, tende cada vez mais a ser atribuída, ao nível da sua concretização, às Câmaras Municipais, o que tem vindo a reafirmar a importância das autarquias como espaço mediador de intervenção dos Assistentes Sociais neste domínio (...) as Divisões Municipais de Habitação (DMH) das

Câmaras integram de uma forma quase generalizada um gabinete de Serviço Social. A estes serviços, recorrem os munícipes com problemas ou necessidades no domínio da habitação.”

Importa referir que o Serviço Social aparece enquanto racionalidade administrativa, intercalado entre decisores e munícipes. *“Na verdade, são os Assistentes Sociais que estabelecem o fluxo invisível entre os munícipes carênciados (mas eleitores), e a organização, transmitindo ao Vereador os elementos de diagnóstico da situação dos bairros e dos seus habitantes e canalizando para as populações a vontade política da Câmara, através do relacionamento profissional mediatizado, sobretudo, pelos programas da autarquia. Apoiam desta forma a administração e as políticas organizacionais, ao mesmo tempo que prestam um serviço aos munícipes e os tornam utentes da organização.”*

Segundo a autora, o profissional de Serviço Social, enquanto técnico, utiliza como mediação, não só a política social e a política organizacional, mas também um referencial teórico-metodológico, cultural, político e ético próprio.

Os assistentes sociais procuram exercer uma mediação entre a população e as instituições / organizações fornecedoras de bens e serviços, procurando articular as necessidades com o acesso à condição de utilizador dos serviços. As condições em que se efectua a mediação e o sentido que lhe é atribuído, poderão contribuir para a aquisição de cidadania, ou pelo contrário, transformar os indivíduos em usuários servis de bens e serviços, incluindo o próprio serviço social (Matias, 1996).

O Assistente Social, sente muitas vezes a própria Câmara e os moradores como um entrave a formas de agir que consideraria mais correctas. Esta ambivalência pode ser vista, por um lado, pelo facto de existirem parâmetros de actuação definidos pela Organização; por outro, pelas situações e condições de vida dos sujeitos/objecto da actuação. *“Estas incompatibilidades são vistas como limitações/condicionamentos, produtores de angustia e desânimo e como sendo de superação muito difícil.”*

É deveras importante que ocorra em vários níveis e em diversos espaços, a interferência dos Assistentes Sociais nas Políticas Sociais. Através dos organismos e das instituições de âmbito regional ou local, destacam-se dois vectores fundamentais de intervenção profissional: o da concepção e o da concretização das políticas sociais. Uma outra possível articulação, tendo por base as Câmaras Municipais no âmbito da habitação, é a intervenção na compreensão, explicação, definição e formulação das políticas, programas e projectos.

Tendo em conta, que *“Integrado em equipas multidisciplinares, o Assistente Social não só fornece um contributo que possibilita a análise conjuntural, integrando o conhecimento e a explicação da realidade social do Concelho, tendências e perspectivas de evolução, como também participa na projecção de directrizes, na definição de objectivos e na concepção/formulação de medidas de política habitacional.”*

Para Marília Andrade, o trabalho de gabinete e o trabalho de campo, complementam-se. É necessário ter sempre presente que o objecto de estudo deve reportar-se a situações concretas da vida das populações residentes no território municipal. O trabalho de campo permite ao Assistente Social, analisar e diagnosticar as características e necessidades objectivas e subjectivas da habitação, assim como as capacidades e recursos endógenos. Esta é uma base necessária e pode ser também decisória na definição das políticas e na estruturação de programas, estando presente a posição que o Assistente Social ocupa na organização, bem como os conceitos de mediação e de poder.

Como refere Marília Andrade (1992), *“é através de um trabalho de campo, junto de organizações e populações, lento e continuado, que altera as representações, fomenta a participação directa, consciente, crítica, organizada e solidária dos habitantes na tomada de decisões. Eleva a capacidade crítica nos modos de pensar e de agir. É um trabalho de informação, de desenvolvimento de capacidades nos domínios cognitivo, organizativo e relacional, que possibilita às populações o exercício do direito de opção, decisão e participação em domínios da política de habitação que lhes dizem respeito.”*

Para a autora, a intervenção deve estar vinculada aos projectos a quem a acção se destina, apoiando-se sempre em programas institucionais, transformando, sempre que possível e viáveis as soluções/resposta.

Para esta autora, o procedimento profissional contempla:

- *“A utilização de uma metodologia de abordagem e intervenção na realidade, que perspectiva as situações passíveis de alteração, de forma global, integrando o singular na totalidade das situações particulares em contextos societários mais amplos;*
- *A conjugação dos programas e potenciação dos recursos das várias instituições e organizações operantes na zona e da própria Câmara, procurando as alianças, solidariedades e articulações possíveis entre os vários técnicos da mesma e de outras instituições;*

- *A participação dos moradores (individual e colectiva), como componente essencial na formação e na escolha das opções e dos projectos a implementar, bem como na viabilização de acções, na procura e concretização dos bens e serviços de que precisam e a que tem direito.”*

Na intervenção, o Assistente Social tem de articular os objectivos da organização, com a realidade subjacente aos destinatários das acções, procurando parcerias com outros departamentos da organização, com outras organizações e, sobretudo, com a própria população. Marília Andrade afirma que *“Esta interferência concretiza-se através de um trabalho de campo, junto das organizações e populações, lento e continuado, que altera representações, fomenta a participação directa, consciente, crítica, organizada e solidária dos habitantes na tomada de decisões. Eleva a capacidade crítica nos modos de pensar e de agir. (...) Esta é uma actuação segundo o paradigma da emancipação/autonomia. O Assistente Social abre novos espaços e viabiliza a existência de canais de comunicação e informação directos, entre a Câmara e os grupos populacionais. A Autarquia conta então com grupos organizados de habitantes, como interlocutores e colaboradores válidos, que desencadeiam formas autónomas de intervenção, através de processos democráticos de tomada de decisões e execução de acções. (...) A intervenção profissional segundo os dois eixos atrás mencionados, é o tipo de intervenção que possibilita, a retotalização do social, coloca técnicos, políticos e munícipes como protagonistas de um mesmo processo e provoca a emergência de novos vectores de política habitacional, mais adequados às necessidades, aspirações e potencialidades dos moradores, e mais integrados na dinâmica de desenvolvimento local que todas as autarquias desejam.”*

O Assistente Social tem um conhecimento privilegiado dos grupos e da comunidade, porque participa no quotidiano das populações, conhecendo por dentro as suas carências, desejos, potencialidades e competências.

É aqui que o Assistente Social exerce um papel central, ao serviço da Autarquia, porque ao penetrar nos grupos, ao conhecer as suas estratégias e os seus líderes, os seus problemas e as suas possibilidades, detêm o saber que vem de dentro desses grupos.

É no campo da política do quotidiano que se exerce o poder do Assistente Social como elo de ligação entre a população local e os eleitos representativos na Autarquia.

É também importante a sua acção num trabalho articulado com instituições e associações locais, com vista à promoção do bem-estar, autoconhecimento e valorização dos indivíduos, grupos e comunidades.

O profissional tem de tentar dar resposta aos problemas da população, tendo em conta os interesses da Instituição e o saber do Serviço Social. Para tal, precisa de criar estratégias de intervenção, que vão de encontro dos interesses da Instituição sem descorar os problemas da população que necessitam de ser “tratados”.

“A estratégia e a tática não são o resultado de uma opção (...) Elas são o resultado de forças em presença, de recursos disponíveis e “mobilizáveis”, e de interesses e objectivos a atingir num momento dado”(Faleiros,1999).

Segundo Faleiros (1999), *“A prática profissional (...) se torna um saber estratégico (...) um saber tático. Um saber que necessita situar-se num contexto político global e num contexto institucional particular, visualizando as relações de saber e poder da e com a população”*.

A estratégia tem a ver com os objectivos a atingir a médio ou longo prazo, enquanto que a tática tem a ver com os objectivos a atingir a curto prazo, no seguimento da estratégia. Por vezes é definida uma estratégia de intervenção que apesar de ir ao encontro dos interesses da Instituição e da população, tem certos obstáculos no seu seguimento, obstáculos esses que podem enviesar os resultados pretendidos; logo têm de ser ultrapassados. É aqui que se tornam pertinentes as táticas de intervenção.

Faleiros enfatiza também a competência profissional com o momento oportuno de avançar e recuar numa estratégia institucional e em relação à população. Assim, método e estratégia combinam-se e articulam-se, formando uma unidade teórica e prática indispensável à actuação profissional. Segundo o autor, *“ o método é o desenvolvimento, o desdobramento de uma reflexão sobre um determinado objecto no próprio pensamento. (...) Constitui ainda uma construção do conhecimento que reflecte sobre ele mesmo, sobre o objecto desse conhecimento. Para se estabelecer o método, é necessário conhecer o próprio conhecer, reflectir sobre a própria reflexão e representar a relação dessa reflexão com a realidade e as mediações do próprio conhecimento”* (1987).

Devemos partir sempre do princípio de que as pessoas têm um potencial humano ilimitado, pelo que é sempre necessário que aprendamos a sua cultura e o seu percurso existencial.

A diversidade e o potencial devem ser pontos de referência. Neste sentido, deveremos destacar as potencialidades individuais e colectivas. As dificuldades passam a ser colocadas a nível dos métodos e das estratégias e não nos grupos alvo da intervenção, isto é, os obstáculos colocados à mudança não devem estar centrados nos participantes ou alvos da intervenção.

1.3. O Realojamento e os Paradoxos do Realojamento

Estas Políticas de Habitação visam como foi referido, o *Realojamento* “*Em princípio, o vocábulo realojar pode significar alojar de novo, e tem estado quase sempre associado à necessidade de atribuir alojamento a famílias vitimadas por catástrofes, a famílias residentes em áreas a desafectar em sequência de obras públicas ou ainda a programas de eliminação sistemática de ilhas e à distribuição de fogos pelos seus habitantes*” (Freitas, 1994).

É neste sentido que nos anos 50 se realojaram centenas de famílias em bairros de habitação social provisórios em Lisboa; que em 1970 se cria o serviço de realojamento do Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa e se constróem os grandes bairros de habitação social no Porto.

A atribuição de casa a estas famílias funciona, normalmente, ao nível do discurso do poder político, proporcionando a estas populações melhores condições e qualidade de vida, revalorizando a função habitacional. Contudo, tem havido várias discussões políticas acerca desta realidade que precisa de intervenção, mas estas têm tendência para generalizar as pessoas em estereótipos de pobreza, degradação e marginalidade.

Segundo António Baptista Coelho (1994), “*toda a habitação deveria ser social, considerando aspectos de bem estar, apropriação e vitalização e a própria designação / estigma de “habitação social” não deveria ter razão de existir*”. Ao autor parecem-lhe termos mais correctos as designações de “habitações a custos controlados” e “económica”.

Salienta que existem vários exemplos de como não se deve continuar a fazer a habitação com características sociais: isolada, concentrada, fortemente estigmatizada por inúmeras características urbanas e arquitectónicas. Refere ainda que, hoje em dia, existem dois tipos de habitação com características sociais que são muito instrutivas:

- malhas urbanas com algumas dezenas de anos e que permanecem eficientes, agradáveis e vitalizadas por actividades variadas, com imagens ricas e mutuamente compatíveis;
- zonas residenciais com alguns meses de uso e onde pouca gente deseja, realmente, morar, mesmo quando não tem qualquer outra hipótese de alojamento.

O segredo para fazer diluir, ou fazer desaparecer a habitação com características sociais no meio urbano, passa pela integração social e física dos empreendimentos, porque ninguém gosta de caridade habitacional bem patente em estigmas residenciais (por ex. as janelas iguais, cores mortíferas...).

Segundo António Fonseca (1994), desde que se iniciaram os realojamentos em prédios muito altos, normalmente nas periferias, segregados de outro tipo de habitações, os bairros de realojamento social têm constituído problemas, nomeadamente pela dificuldade dos seus habitantes a habituarem-se ao “anonimato” dos andares e à formação de “guetos”. E questiona: *“Valerá a pena o pesado esforço financeiro e institucional da construção de bairros sociais, rapidamente transformados em “guetos”, onde as populações melhoram de abrigo, mas vêm agravados os problemas económicos, familiares e de relações de vizinhança?”*.

Segundo o autor, para mudar esta situação não é preciso realojar as pessoas que vivem em barracas noutras situações de alojamento precário. O que está em causa é a forma e as condições como o realojamento é feito.

É de salientar que são muitas as causas e bastante complexos os mecanismos que conduzem à guetização e degradação dos novos bairros sociais:

- 1) As condições sociais e económicas em que vivem as populações a realojar. São geralmente famílias de reduzidos recursos económicos, com trabalho precário e profissões desqualificadas. Têm também tendência para serem famílias numerosas e em comunidades mais atingidas pelo desemprego.
- 2) O modelo de habitat que se tem construído. Estes bairros são construídos em regra nas periferias, são ocupados sem conclusão dos espaços exteriores e por vezes sem a conclusão das infra-estruturas, com total ausência ou deficiência de transportes públicos.
- 3) A gestão dos processos de concepção e construção dos fogos, limitados por condicionalismos legais de áreas e sobretudo de custos, que leva por vezes a

soluções menos felizes de compartimentação e a opção por materiais mais frágeis ou mais facilmente degradáveis.

- 4) A gestão dos processos de realojamento e administração dos bairros. Os processos técnico - administrativos estão profundamente burocratizados, distanciando assim as populações.

É preciso reconhecer, tomar consciência, dos problemas e das dificuldades que se levantam nestas quatro vertentes e actuar sobre elas de forma global e integrada para se poder realizar uma política social de habitação, em vez da habitação social que se tem tido.

Para que o realojamento social atenuar estes problemas e melhore as condições e vivência habitacional das famílias, é preciso ter em conta algumas “prevenções” que se devem adoptar:

- 1) O realojamento deverá ser feito, o mais possível, de forma dispersa pela cidade, integrando os respectivos bairros no tecido urbano e no acesso aos equipamentos urbanos;
- 2) Os projectos urbanísticos e de arquitectura deverão procurar a diversidade de soluções morfológicas, estéticas, cromáticas, etc.;
- 3) Os “standards” urbanísticos dos bairros sociais deverão ser idênticos aos de comercialização livre, enquanto que os “standards” das habitações poderão ser inicialmente inferiores, mas evolutivos;
- 4) É indispensável que, aquando do realojamento, estejam tratados e concluídos e todos os espaços exteriores;
- 5) É fundamental que as famílias possam escolher (com limitações) os vizinhos; ligação realojamento/emprego e outras acções de prevenção social;
- 6) É fundamental que haja uma preparação/formação sobre o uso e manutenção do fogo, dos espaços comuns e dos espaços exteriores, etc.;
- 7) Diversificar as modalidades de acesso à habitação: arrendamento, opção de compras; renda resolúvel;
- 8) A participação e implicação das populações em todo o processo é condição fundamental de sucesso, através da organização e auto responsabilização dos

moradores, desde a preparação do realojamento, distribuição de fogos, gestão e conservação dos bairros (Fonseca, 1994:10).

Verifica-se que o apoio social tem tido como objectivo mudar os hábitos e comportamentos das populações “educando-as”, para viverem nas casas.

Isto implica uma profunda mudança de mentalidades, de comportamentos e de formas de funcionamento dos serviços de administração habitacional. Exige abertura ao relacionamento com as populações e os seus problemas.

É certo que há muitas pessoas que não sabem viver em apartamentos, realidade que pude constatar na vivência do Bairro realojado: os hábitos da barraca, sem condições sanitárias por vezes sem esgotos, em que o lixo se atira para a rua, em que o pavimento é cimento e não madeira ou mosaico, em que as paredes são rebocadas ou mesmo tijolo à vista e não estuque pintado ou azulejo, leva à ausência de cuidados e procedimentos que nem sempre é fácil adquirir, reflectindo-se rapidamente em tacos arrancados, azulejos ou mosaicos partidos, paredes sujas, má utilização dos esgotos (tudo vai para a sanita, desde restos de comida e roupa), rápida degradação de móveis de cozinha, das torneiras, etc.

É certo que o número de famílias em que esta situação se observa não é elevado, mas nalguns estratos, sobretudo nos africanos e na etnia cigana (esta não existente no Bairro) é ainda uma realidade muito frequente.

Contudo,“ (...) *hoje a questão é de mudar as mentalidades e comportamentos dos funcionários e, fundamentalmente, a lógica e forma de funcionamento dos serviços da administração habitacional, criando novas formas de gestão dos processos de concepção, construção, ocupação e gestão dos bairros*” (Fonseca, 1994:10).

Segundo Isabel Guerra (1994), “ *é preciso passar progressivamente de uma acção limitada à habitação e aos bairros a uma estratégia de desenvolvimento social urbano da cidade ou de aglomeração metropolitana mais global. (...) Uma política de desenvolvimento sócio urbanístico deverá repousar num elo contratual e financeiro, que liga o Estado, a Autarquia à Instituição proprietária do bairro, a outros parceiros locais interessados e moradores. Assim, é necessário accionar uma gestão descentralizada, não burocrática e desenvolver uma dimensão social de gestão. Esta medida exigirá dotar os bairros de uma pequena equipa de técnicos de manutenção e gestão, quer através de processos de descentralização, quer de novas admissões*”.

Para António Ferreira Fonseca, (1994) “*o PER tem à partida todos os ingredientes para o desastre: construção massiva, realojamentos concentrados, populações de grande precariedade económica e com graves problemas sociais, serviços de administração burocratizados.*”

O autor aponta também elementos inovadores do Programa, como a possibilidade dos municípios e instituições particulares de solidariedade social, sensibilizadas e experientes no tratamento dos problemas que os realojamentos colocam, disporem de apoio, no âmbito do Programa Nacional da Luta Contra a Pobreza, para acções “visando a inserção social dos agregados familiares”, como formação, criação de emprego, prevenção da toxicod dependência, etc.

Outro aspecto positivo é, também, a possibilidade de aquisição de fogos, para realojamento, no mercado e a possibilidade de adesão das instituições particulares de solidariedade social, sensibilizadas e experientes no tratamento dos problemas que os realojamentos colocam.

Para Maria João Freitas (1994:27), “*o realojamento tem estado quase sempre associado à necessidade de atribuir alojamento a famílias vítimas de catástrofes que dele carecem com urgência ou seja, (...) muitas vezes realojar é dar casa. Não só para assegurar a transformação dos modos de vida e satisfação residencial dessas populações, como também para banir da sociedade portuguesa o cancro social que é a existência de barracas e de condições deficitárias de habitabilidade.*”

O alojamento é uma necessidade básica no desenvolvimento das populações, sendo hoje universalmente aceite e reconhecido o direito à habitação com padrões mínimos a adoptar para que aí o homem possa encontrar a protecção indispensável contra os elementos adversos da natureza, assim como condições de higiene e conforto mínimas num enquadramento social tanto quanto possível perfeito.

Um alojamento deficiente cria na população condições desfavoráveis, sob o ponto de vista da saúde, física e mental, a acrescentar às dificuldades materiais. Segundo Henrique Sá, (1975: 17) “*os problemas de habitação estão intimamente ligados aos problemas de saúde e de enquadramento social, havendo assim uma relação muito estreita entre doença, delinquência e bairros miseráveis. (...) O uso das habitações deverá satisfazer as necessidades de convívio indispensável à vida familiar e, noutras ocasiões deverá permitir o isolamento por motivo de repouso ou sono.*”

Maria João Freitas no artigo “Os paradoxos do realojamento”, na revista *Sociedade e Território*, tornou públicos alguns dos resultados de pesquisas sobre realojamento de famílias residentes em barracas ou em habitações degradadas. Refere que os processos de realojamento têm sido sobretudo caracterizados pela atribuição e distribuição de alojamento a famílias que deles carecem com urgência. Realoar tem sido “dar casas”, o que coloca muitos problemas, “*a começar pelos laços de dependência mútua e viciante que se criam entre os agentes e os receptores dessa dádiva, a desresponsabilização mútua na criação de qualidade habitacional e de vida, enquanto projecto último*” (1994). A dádiva ou oferta da casa assume assim o culminar de um processo do qual se espera resposta de reconhecimento e de agradecimento político e social, através da não degradação das casas.

Fica a dúvida se esta atribuição e distribuição de casas pretende resolver os problemas de deficiência de habitação das populações que a ela têm acesso, ou “*resolver os problemas de consciência pública afectada por um complexo de pobreza envergonhada com a existência de tantos bairros de barracas no final do séc. XX*”. É este o primeiro paradoxo.

O segundo paradoxo, consiste na quase sempre inexistente relação entre as especificidades das dinâmicas sociais das populações que são alvo de acções de realojamento, e as soluções políticas, técnicas e administrativas que são protagonizadas em processos parciais de atribuição e distribuição de responsabilidades públicas, para a resolução do seu problema habitacional.

As pessoas que não têm uma habitação condigna, são facilmente rotuladas como “os mal alojados”, pois têm condições habitacionais e de vida muito reduzidas, com fracos recursos de escolaridade e especialização profissional. Podem viver em bairros de barracas, de tábuas ou de alvenaria sem infra estruturas, bairros camarários provisórios que se vão degradando com o tempo, edifícios embargados ou não concluídos que são ocupados, em áreas antigas caracterizadas por coabitações e sobre-ocupações; nalguns pátios, vilas, sob árvores, podendo-se também considerar os sem abrigo que vivem na rua.

Em Lisboa, os mal alojados, podem identificar-se em três grandes grupos:

- Os que se fixaram nos finais dos anos 50 / 60, vindos do interior para o litoral;
- Os que se fixaram desde o pós 25 de Abril, até ao início dos anos 80, constituídos pelos retornados das ex-colónias (na sua maioria portugueses provenientes de diferentes etnias);

- Os de fixação recente, desde os finais dos anos 80 até hoje, vindos na sua maioria dos PALOP'S à procura de emprego, fugidos da guerra ou com condições económicas muito difíceis nos seus países de origem, bem como os imigrantes oriundos dos países de Leste, a partir da 2.^a metade dos anos 90.

A diversidade multi-étnica é característica destas populações.

Estas populações mal alojadas, face ao realojamento, são confrontadas com novos cenários habitacionais, que nem sempre vêm corresponder às suas necessidades e aspirações.

Como terceiro paradoxo, Maria João Freitas refere que “*o confronto com os novos cenários habitacionais implica sempre, necessariamente, a reestruturação dos modos de vida das famílias por ele abrangidas*”. A paradoxalidade dos efeitos desta reestruturação consiste na possibilidade de poder assumir dois sentidos contraditórios: por um lado, processos de transformação dos seus modos de vida, numa lógica de promoção e mobilidade sócio – residencial; por outro lado, processo de reprodução de uma cultura de pobreza na qual as famílias se podem inscrever.

Freitas realizou um estudo no Bairro da Boavista, em Lisboa, onde se pretendeu obter a relação problemática polarizada entre a casa enquanto novidade e o bairro como origem e preservação de uma identidade. Refere que, para as famílias realojadas, houve mudanças ao nível do conforto, da vivência quotidiana e dos afectos. Contudo, o bairro onde sempre viveram e onde foram realojadas apresenta-se como “*o berço que não se renega*” (Freitas; 1994: 28), de onde não querem sair, pois criaram raízes ao longo dos anos, solidificadas por uma ausência de outros referenciais residenciais. O bairro funciona como uma referência espacial dos seus quotidianos e da sua história.

Quanto ao tempo, diminui o passado com os vizinhos e o passado em casa aumenta; relativamente à nova casa, as pessoas acham que há vantagens em relação à anterior, mas mostram que têm saudades e pena de terem perdido as sociabilidades e o uso dos espaços secundários (espaços imediatamente exteriores às casas).

Deste modo, quando as famílias são realojadas, a dimensão funcional de extensão do espaço doméstico deixa de ter tanto sentido, o que poderá levar a um maior isolamento/fechamento relativamente ao exterior e às outras funções de sociabilidade e relacionamento com a vida do bairro. Quando as pessoas saíam tinham logo a rua, onde as crianças podiam brincar, onde os vizinhos passavam, estavam, onde se podia fazer uma sardinhada: a rua era um espaço de convivência para muitas pessoas, era um sítio onde as

peças se podiam relacionar e que agora foi substituída pelo patamar da escada (um não lugar) que cumpre “*uma função de passagem, e não de estar*” (Freitas, 1994:29).

Com a perda destes espaços, a casa ganha uma importância muito maior, tornando-se pela primeira vez no historial de muitas famílias, o centro do seu quotidiano, começando a dominar o princípio da privacidade. Portanto, “(…) *enquanto que nos cenários residenciais anteriores o centro da sua vivência quotidiana era a casa com extensão para a rua e, portanto, para o bairro, em situações de realojamento em prédios, o centro vital destas populações passa a ser predominantemente a casa*” (Freitas, 1994:30).

Assim, de uma lógica sócio-espacial comunitária passa-se para uma lógica sócio-espacial individualista, que corresponde a estilos de vida diferentes e práticas sociais também distintas.

Este confronto, entre um espaço de sociabilidade e um espaço onde há um efeito de fechamento espacial ou societal, obriga a que as pessoas reflectam sobre si mesmas enquanto indivíduos e actores sociais. Mas será que as famílias estão preparadas para esse fechamento consigo próprias, que implica por vezes uma reestruturação e consciencialização da sua identidade pessoal e social?

Por fim, o último paradoxo tem a ver com a opção por uma unidade política, que tem vindo a ser predominante na resolução dos problemas de habitação destas famílias que partilham de condições habitacionais muito degradadas. Consiste no assumir de uma certa condenação pública e política a soluções estereotipadas de realojamento, cuja eficácia e eficiência já deram provas de deixar muito a desejar.

Realojar aparece então como uma acção à qual se exige um âmbito e um conteúdo muito mais alargado que o simples facto de atribuir casas. Um conteúdo mais consistente e programático é indispensável quando se discutem, programam e decidem processos de realojamento.

Impõe-se como uma necessidade urgente a “*reflexão e definição de conteúdos programáticos de intervenção; de conhecimento em profundidade do tecido social que se vai querer desmanchar e costurar de novo; de preparar o aparelho político, técnico e burocrático para as intervenções propostas, de discussão, ponderação e preparação de soluções inovadoras e adequadas às realidades de intervenção*” (Freitas; 1994).

Maria João Freitas faz ainda uma crítica no seu artigo atrás referenciado, dizendo que *“constroem-se casas para pessoas abstractas ou muitas vezes casas para pessoas que técnica ou politicamente se postula que têm (ou deveriam ter) determinadas características”* (1994:31).

Estes paradoxos remetem para um desafio que alerta à necessidade de uma reflexão pública, política e técnica sobre os problemas do realojamento nas suas potencialidades não exploradas de técnica e progresso de promoção habitacional e social.

Teresa Pinto (1994:42) salienta que, genericamente, a acção de realojamento se traduz:

- *“Na melhoria substancial das condições habitacionais, e conseqüentemente na melhoria das condições de vida, levando à criação de requisitos fundamentais para uma melhor capacidade de promoção e integração social;*
- *Na concretização de um projecto de vida que tem como objectivo a conquista de uma casa digna;*
- *Nos investimentos em torno da casa e da vida familiar que se transforma no principal espaço e tempo da vida quotidiana, levando-a a certo modo a uma reestruturação das despesas e dos consumos”.*

Contudo, é ainda de grande importância referir que os realojamentos têm alguns *“efeitos perversos”* tais como:

- *“Perda de sociabilidades locais e de factores identitários fundamentais com incidências importantes no modo de apropriação do espaço residencial e das suas formas de vida social;*
- *Maior isolamento social e espacial, pela tendência a um centramento das actividades e temporalidades da vida quotidiana em torno da casa e pela diminuição dos espaços apropriáveis exteriores ao bairro;*
- *Aumento da conflitualidade interna e das disfuncionalidades da dinâmica social traduzíveis em sentimentos generalizados de insegurança e na interiorização de uma imagem negativa e estigmatizante”* (1994:43).

1.4. Satisfação Residencial

A maior ou menor satisfação residencial estará sempre dependente do grau e do tipo de articulação que se conseguir obter entre, por um lado, as características específicas das populações a realojar, o seu modo de vida, as suas necessidades e aspirações; por outro, as características dos modelos de habitat (urbanísticos, arquitectónicos e sociais) e das formas de habitar que implicam e permitem e, por fim, as políticas e os princípios do realojamento.

Segundo Albano Pereira e Filomena Cassis (1994:44), a atribuição de uma casa, em resposta a carências habitacionais, não parece ser suficiente para assegurar a satisfação residencial. Consideram que o conceito de *satisfação residencial* é subjectivo, onde os sentimentos e opiniões pessoais têm um papel preponderante. Para além dos indicadores objectivos da qualidade residencial, tem-se atribuído uma grande importância aos valores culturais e sociais da comunidade, e a sua incidência na percepção que a população tem do seu ambiente. Salientam ainda o facto do grau de satisfação dos residentes poder ser estudado com base em diferentes aspectos, tais como: o projecto em si, a construção, as infra estruturas, os equipamentos do bairro, as relações de vizinhança, a participação social e a manutenção / conservação da casa, do edifício e do bairro.

De acordo com o que já referimos anteriormente e segundo Isabel Guerra (1997), “a *Habitação é um bem heterogéneo, durável e essencial à sobrevivência quotidiana, constituindo um indicador indirecto das desigualdades sociais na cidade. É também um elemento essencial à estruturação urbana e uma fonte de conflito e negociação entre instituições e agentes envolvidos na sua produção, consumo e apropriação.*”

A questão da habitação é hoje um campo de estudo multidisciplinar e de confronto de diversas teorias. A autora faz referência à diversidade de abordagens sobre a questão do *alojamento*; estas estão relacionadas com a diversidade dos quadros conceptuais e as escolas e correntes de pensamento. Keith Basset e John Short, citado por Isabel Guerra (1980) apresentam cinco abordagens da questão do alojamento cujo recurso às diferentes teorias orientam os centros de interesse:

1. Abordagem Ecológica – caracterizada pela assunção de uma relação natural com o meio ambiente e o comportamento humano. A análise ecológica consistiu fundamentalmente na observação dos modelos de localização e de diferenciação residencial (Modelo de Burgess, 1925).

2. Abordagem Neo-Clássica – Pretendia desenvolver uma teoria explicativa das estruturas espaciais e da localização residencial. A sua importância advém do facto de enfatizarem as preferências das famílias e da procura de habitação, introduzindo um factor de racionalidade económica e sociológica nas formas de produção e apropriação do espaço (Modelo de Alonso, 1964).
3. Abordagens Weberianas – introduzem a lógica da procura e da oferta. Contestam a capacidade e escolha dos sujeitos em função dos rendimentos já que agem no contexto de outros constrangimentos do mercado. As teorias Weberianas estão sobretudo centradas na natureza das relações sociais associadas às relações de propriedade do alojamento, e nas consequências dessas relações de propriedade na consciência dos actores (Phal, 1975).
4. Abordagem Marxista – a questão do alojamento é uma questão central na formação social-capitalista, dando conta do carácter contraditório e complexo de funcionamento do sistema. Contraditório, porque a produção do alojamento é, simultaneamente, um factor de troca (mercadoria) e um factor de uso (essencial à reprodução da força de trabalho), valores contraditórios na lógica do actual modelo de produção. Para estes autores a crise do alojamento é pois, uma crise estrutural, que só será resolvida numa sociedade onde as necessidades básicas e os bens e serviços que as satisfazem estejam socializados.
5. Abordagem dos modos de vida – Surgem na sequência da teoria do interaccionismo simbólico e psicologia ambiental. Interessa-se pelas formas e usos de apropriação do espaço (Lefévre e Chombart de Lauwe, 1959).

1.5. A apropriação do alojamento / espaço

Segundo Isabel Guerra as abordagens mais relacionadas com os processos de apropriação do alojamento não têm sido objecto de análise do ponto de vista da sociologia urbana. A maioria dos contributos para este campo de análise advém de outras disciplinas sociais, tais como a psicologia comportamental, a antropologia, etc. A própria definição da noção “*apropriação do espaço*” é pouco clara, recobrando domínios variados. Parece significar,

não apenas um processo de uso funcional ou instrumental do alojamento, mas recobrir um domínio diversificado de práticas: culturais, simbólicas, afectivas, etc. (1997: 170).

A análise das formas de apropriação do alojamento tem suscitado o interesse nas últimas décadas da sociologia urbana, em certa medida por motivos de interesse das entidades públicas, relacionado com a necessidade de entender o comportamento dos diferentes grupos sociais face ao espaço construído; e também o interesse das entidades privadas, fundamentalmente com o reconhecimento da existência de dinâmicas demográficas, familiares e culturais.

Existem três grandes níveis de abordagem da análise das formas de apropriação dos alojamentos:

- i) Uma abordagem sobretudo de ordem sociológica, no quadro dos modos de vida e formas e apropriação do alojamento.

Neste nível, esta abordagem tem vindo a ser definida em torno de três eixos fundamentais:

- a função do espaço do alojamento na estruturação dos modos de vida;
- as formas de usos e apropriação do espaço de habitar;
- os factores de satisfação residencial.

Relativamente às diversas abordagens, conceitos e autores sobre a temática em causa, é difícil sintetizar, dada a dispersão e sobretudo, o carácter empírico da maioria das pesquisas, que não apresentam os seus quadros de referência.

Em 1945, Lefèbvre propõe o estudo da vida quotidiana numa oposição ao modo de produção. As diferentes concepções na análise dos modos de vida opõem-se no lugar e importância que atribuem ao trabalho, às categorias sócio – profissionais e às sociais.

Léger (1994) escreve que a tendência é para que o sucesso dos modos de vida venha da desgraça do modo de produção.

É Lefèbvre que define a relação com os objectos familiares, as relações de vizinhança e o habitar como uma relação de apropriação.

Para Bachelard, habitar é visto como investir afectos, imaginários, reais e irrealis, conscientes e inconscientes. A função de habitar é pensada a partir de duas dimensões: a satisfação de uma necessidade e resultado de um modelo cultural.

Para Michel Conan, a definição de habitar inclui estas dimensões, já que para o autor, habitar é um comportamento pelo qual os homens dão sentido ao espaço onde vivem, sentido que, simultaneamente os protege, reforça a permanência da sua identidade e lhes permite fazer face às mudanças adaptando a sua personalidade sem entrar em ruptura com a sua unidade.

Isabel Guerra refere que grande parte das pesquisas sociológicas sobre apropriação do alojamento estrutura em torno de duas questões fundamentais: o primeiro refere-se ao impacto das alterações demográficas na procura do alojamento e na evolução das características da oferta, onde se encontra uma atenção especial às dinâmicas demográficas de indivíduos e famílias, bem como à evolução das características da oferta habitacional. O segundo, questiona a estruturação do modo de vida e as suas articulações, com as necessidades e formas de apropriação ao nível do alojamento.

ii) A apropriação psicossociológica com recurso às variáveis estruturantes da psicologia social.

Muitos investigadores vão recorrer à psicologia, nomeadamente à psicologia ambiental e à análise transaccional, partindo dos modelos de análise das formas de uso e apropriação do alojamento.

“Na abordagem da psicologia ambiental, parte-se do pressuposto de que a casa é um repositório de processos culturais e psicológicos fundamentais e pretende-se averiguar os significados da casa para os moradores, o papel do alojamento na estruturação das relações familiares, ou o papel do alojamento no relacionamento com a vizinhança, etc.” (Guerra, 1997:175).

Segundo a perspectiva transaccional, o alojamento deve ser concebido numa dinâmica confluyente de pessoas, lugares e processos psicológicos.

Valorizam-se as dimensões de apropriação, enraizamento e identidade que advém de normas de apropriação positiva da casa, considera-se que essa apropriação positiva é indispensável para o equilíbrio psicológico, familiar e social. Estas dimensões ou conceitos referenciam a ideia que as pessoas investem significados e afectos nos lugares em que se relacionam.

O espaço casa aparece como processo de comunicação com os outros e com os lugares e também como factor de identidade, já que a casa é um sistema complexo que nos orienta as relações com os lugares, com o espaço e com a sociedade.

Um dos temas particularmente recorrentes nas pesquisas é a avaliação da satisfação residencial, estando presentes três dimensões de análise da noção de satisfação residencial: a afectiva, a cognitiva e a comportamental.

Os estudos realizados até ao momento identificam uma grande variedade de dimensões que fundamentam a satisfação residencial: dimensão, localização, densidade, vizinhança, etc.

As pesquisas realizadas permitem concluir que “*a apropriação do alojamento não é um simples processo funcional, recobrando uma grande diversidade de práticas de uso, de apropriação cultural, simbólica e afectiva*” (Guerra, 1997:177).

Jean Léger (1994) sintetiza duas ideias centrais que se poderão retirar de uma análise das pesquisas sobre as formas de apropriação do alojamento.

A primeira é de que os diferentes sistemas conceptuais disponíveis no mercado das ideias foram elaborados a partir da observação das práticas, mas nenhum produziu um método de ajuda à programação e à concepção do espaço habitado suficientemente fecundo e operacional.

Uma segunda constatação, referencia as variáveis que surgem como pertinentes nas pesquisas realizadas. Os modos de vida – no seu sentido genérico e neste contexto – poderão ser entendidos na referência a algumas categorias fundamentais, como a categoria profissional, o sexo e a idade.

No entanto, nesta temática torna-se indispensável tomar como unidade de observação a família, o que vem complexificar quer a problemática, quer as metodologias de análise que dispomos actualmente (Jean Léger, citado por Isabel Guerra, 1997: 179 e 180).

iii) A apropriação simbólica, campo cada vez mais autónomo e interdisciplinar das ciências sociais.

Outro autor que estudou a apropriação do espaço foi o antropólogo Rapport. Para ele várias noções estão presentes quando se fala de *espaço doméstico*:

- O grau de especialização do espaço-habitação: varia de acordo com a pertença dos grupos sociais. Por exemplo, a diferente utilização dos espaços na casa, a cozinha, a ausência ou não da utilização da sala, o escritório, etc;
- Distribuição do mobiliário: que peças de mobiliário se colocam e onde;
- Grau de isolamento das divisões: para uns é fundamental que exista isolamento, para outros não;
- Divisão do espaço por funções sociais e hierarquia dos papéis: há uma apropriação diferenciada conforme os papéis na família. Uma apropriação individualizada do espaço doméstico é por exemplo, o escritório do pai.

A valorização que se faz da apropriação de cada espaço difere de grupo para grupo social e de acordo com as identidades sociais e culturais.

Isabel Guerra alerta para o facto que o indivíduo tem, enquanto ser social, necessidade de estabelecer relações sociais com os outros actores. Este conjunto de acções configuram-se num determinado tempo e espaço. O espaço é constituído pelas redes primárias (família, vizinhos e amigos) e pelas redes secundárias (organizações e instituições) que, quando activadas, permitem a participação efectiva dos indivíduos na comunidade. É deveras importante ter presente estes conceitos em qualquer processo de realojamento.

Quando falamos em realojamento, estamos perante um processo que pode gerar rupturas com os modos de vida e com a forma de apropriação do espaço. A apropriação do espaço habitado coloca questões de relação com o espaço doméstico (casa) e o espaço público, o exterior (rua).

Para Marlucci Menezes (data), haverá uma continuidade espacial entre a casa, a rua e o bairro. Salaria que os espaços domésticos reflectem a forma ou o modo como as pessoas, com culturas próprias, convivem, relacionam-se e também como manifestam os seus desejos, vontades, motivações, etc., face às solicitações da sociedade.

O espaço ganha a importância que lhe é conferida pela sociedade e pelo indivíduo numa interacção permanente, que resulta no espaço social (Gonçalves; 1995: 49).

1.6. Minorias Étnicas e Grupo Étnico na Sociedade Portuguesa

Uma vez que a nossa pesquisa incide sobre três grupos étnicos distintos, achámos pertinente delinear um outro eixo de análise, trabalhando os conceitos de *Minorias étnicas*, *Grupo étnico e Cultura*.

A existência de minorias étnicas na sociedade portuguesa não é um fenómeno recente.

Portugal era um país de forte emigração, nas últimas décadas passou também a ser um local de destino da imigração. Em termos numéricos, a imigração deixou de ser um fenómeno residual, constituindo hoje um movimento populacional, com crescente impacto na sociedade portuguesa. Em 1997, a população estrangeira com autorização de residência em Portugal atingiu os 175.263 indivíduos. Contando com os estrangeiros em situação irregular, este número ultrapassara já os 200.000, o que significa um pouco mais que 2% da população total do país (Pires, 1999).

É de salientar que os fluxos migratórios internacionais dominantes na sociedade portuguesa obedecem a um padrão que ilustra o que convencionalmente se designa por semiperifericidade de Portugal. “*Portugal é simultaneamente ponto de partida e de chegada de fluxos de dupla face e simétricos entre si*” (Machado, 1997: 16).

A inserção de um imigrante na região de destino implica a ocorrência de um processo de adaptação, por vezes bastante difícil, às regras e aos valores que vigoram na sociedade de acolhimento. Deste modo, para Jackson, “*o migrante é um veículo de mudança, encapsulando a experiência de duas sociedades; se por um lado constitui um desafio para o meio social que não soube fixá-lo, por outro também o é para o meio onde se instala*” (Jackson, 1991: 69).

De facto, os migrantes confrontam-se com uma situação complexa, que decorre da disparidade entre os seus valores de origem e aqueles que predominam na sociedade de acolhimento. Assim, a migração proporciona a matéria-prima com que são produzidos processos de aceitação e absorção do imigrante na sociedade de acolhimento, contendo um forte potencial quer para o conflito, quer para a acomodação com a população autóctone. O processo através do qual os imigrantes vão adaptando os valores sociais e económicos da sociedade de acolhimento, é designado por assimilação.

Importa salientar que a assimilação não é um processo homogéneo. De facto, nem todos os migrantes de uma mesma comunidade adquirem o mesmo grau de assimilação. Este processo varia dependendo de factores como o peso dos valores do país de origem, a capacidade individual de adaptação ou o grau de contacto com a sociedade de acolhimento.

Ana de Saint-Maurice (1997) constata que os imigrantes chegados a Portugal antes de 74, adquiriram mais estabilidade no trabalho e melhores condições de fixação. Foi o trabalho previamente assegurado e a existência de vínculos efectivos que favoreceram tal situação; por seu lado, os imigrantes chegados após aquela data enfrentaram grandes dificuldades nesses domínios.

A assimilação atinge, também, níveis diferentes, consoante se trate da esfera económica, cultural ou religiosa. Na verdade, um imigrante pode adoptar certas práticas de lazer do país de acolhimento, mas manter quase inalterados os seus hábitos alimentares ou religiosos. É neste contexto que surge o termo acomodação. Assim, a acomodação descreve as exigências e cedências tanto da parte da população imigrante como da residente, nos casos em que a população autóctone reconheceu a necessidade que o imigrante tem de manter os laços com as suas origens (Jackson, 1991).

Quando as diferenças étnicas, religiosas e culturais são marcadas, o processo de assimilação de novos valores tende a ser mais difícil. Os imigrantes sujeitos a uma dominação cultural e, por vezes, a situações de estigmatização e exclusão social, constroem uma identidade étnica, dando origem ao que vulgarmente se designa por “minorias étnicas”.

“Minorias tendem a ser, actualmente, todos os agrupamentos que não participam, em pleno, da vida social, cultural e política” (Fernandes, 1995:24).

O termo minoria, outrora de uso corrente, tende actualmente a ser substituído pela expressão *grupo étnico*. O grupo étnico é marcado por alguns traços característicos que o diferenciam da população autóctone. Assim, é possuidor de uma cultura própria e de uma particular religião, o seu universo simbólico é parte mínima numa sociedade em que dominam padrões diferentes. Por conseguinte, a pertença a um grupo étnico constitui-se como um vector importante de estruturação de valores, identidades e comportamentos dos seus membros.

É importante salientar que o conceito de grupo étnico nem sempre se refere a uma minoria étnica, pois no caso de se tratar de uma minoria étnica é necessário juntar à etnicidade o estatuto minoritário, tornando as questões a abordar mais específicas.

Um grupo de indivíduos com ancestralidade comum, padrões de cultura comuns e apresentando um determinado grau de identificação com esse grupo, isto é, reconhecendo-se como pertencendo ao grupo, pode ser considerado um grupo étnico. Um grupo étnico pode assim ser concebido como um grupo com uma história e uma cultura comum, bem como uma ancestralidade biológica e/ou linguística comum, mesmo que esta não seja imediatamente perceptível (Liebkind, K, 1989).

Rocha Trindade, (1995:221) refere que os indicadores mais comuns de um grupo étnico são a história e a ancestralidade, a aparência física, a língua, os estilos de vestuário e adornos, os hábitos e os costumes, as regras e as normas de conduta, o tipo de estratificação social, etc. Estes são os factores que diferenciam estes grupos da sociedade maioritária, e que podem ou não, dar origem a situações de isolamento face à sociedade onde estão inseridos. Estas diferenças encontram-se normalmente associadas a desigualdades de oportunidades de acesso à riqueza e ao poder económico, bem como a diferenças de estatuto e de prestígio social, na comparação com situações semelhantes na sociedade envolvente.

Estes grupos são facilmente identificados através de características ráticas (cor da pele, traços fisionómicos) e marcadores étnicos (o dialecto, as práticas culturais, os costumes, entre outros). Estes grupos são frequentemente alvo de reprovação e de discriminação por parte de alguns segmentos da população autóctone. A reprovação tem a face oposta na desconfiança, que os indivíduos pertencentes a estas minorias têm em relação ao português. Esta dinâmica cria forças de resistência entre uns e outros.

Por vezes dão-se processos de exclusão e de segregação de uma forma coerente e duradoura. Na ausência de medidas estatais de regulação da imigração, as minorias étnicas tendem a compensar a sua escassez de recursos com o adensamento das redes de sociabilidade intra-migrantes, concentrando-se em termos residenciais em espaços segregados, guetizados. É neste sentido que se dão processos de etnicização, levando certos grupos sociais à exclusão social.

“O processo de etnicização tende actualmente a referir-se aos mais diversos domínios, em especial às categorias sociais relegadas para situações de marginalidade. São hoje etnicizadas as populações marcadas pela discriminação e pela segregação” (Fernandes, 1995: 25).

Para Cashmore, “o grupo étnico sustenta-se como resposta criativa de um conjunto de pessoas que se sente de alguma forma marginal à sociedade” (Cashmore, 1988: 98, citado por Saint-Maurice, 1997: 7).

Estão também subjacentes outras características ao conceito de minoria recomendadas por Rocha Trindade, que se refere à identificação de certos traços socialmente visíveis, como a cor da pele, a religião, a linguagem, etc. que distinguem o grupo em questão do todo social, do mesmo modo os membros desse grupo devem possuir um forte sentido de solidariedade grupal e de pertença identitária, o que lhes dá a categoria de distintos e de diferentes face à maioria da população – o facto de se sentirem discriminados desse todo social acaba por gerar uma certa unidade no seio do grupo (Rocha Trindade, 1995: 222).

Para que se possa falar de identidade étnica, é necessário que esta seja construída de dentro do grupo que partilha colectivamente um sentimento de pertença a um “nós”, o que implica um nível de organização colectiva e uma mobilização étnica (através da existência de líderes dentro do grupo) que consiga alterar o status inferior e discriminatório do grupo, estruturando-o em torno de uma revisão dos centros de interesse, mitos e valores comuns, que permitam uma afirmação cultural positiva do grupo.

No entender de Liebkind (1989), existem dois processos na identidade étnica: o auto reconhecimento por parte dos indivíduos da sua pertença a um determinado grupo étnico, e por outro lado, o reconhecimento dos outros, isto é, ter reconhecimento, dessa mesma pertença. Nem sempre estes dois processos estão em concordância para um determinado indivíduo.

Freitas refere que os diferentes grupos “*comportam habitus de ocupação e vivência do habitat bastante específicos, com expressões bastantes complexas, mas também com uma riqueza ecológica sócio cultural muito grande*” (1994:28).

A diversidade multi-étnica é característica da população alvo da presente pesquisa.

1.7. Cultura

A *Cultura* é outra das características definidoras de minoria étnica ou de grupo étnico, sendo considerada como um factor significativo da etnicidade, bem como uma das características base da formação da identidade étnica minoritária (Ramada, P.V; 1992).

Tylor define o conceito de cultura, tomada no seu sentido geral etnográfico, como sendo “*aquele conjunto complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, moral, lei, hábitos e qualquer outra capacidade de costumes adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade*” (citado por Edmund Leach, 1982).

Esta definição clássica de cultura inclui tudo o que é socialmente aprendido e partilhado pelos membros de uma sociedade. O indivíduo recebe cultura como parte de uma herança social e, por sua vez, pode remoldá-la e introduzir mudanças que então, se tornam em parte a herança de gerações vindouras. As novas gerações absorvem os hábitos e tradições, parcialmente por ensinamentos deliberados, mas principalmente por observação e por fazerem parte da vida.

Uma cultura não é simplesmente uma acumulação de hábitos e normas, é também um sistema organizado de comportamento. Cada cultura inclui milhares de traços, é uma unidade reconhecida de um padrão de comportamento aprendido. Por exemplo, a dança é uma colectânea de traços, incluindo os passos, o acompanhamento musical, o ritmo. Todos estes elementos se combinam e servem para formar um complexo de cultura, um aglomerado de traços relacionados. Uma lista de traços não é uma cultura. Cultura é um sistema organizado em que cada traço se ajusta ao resto da cultura. Cada grupo étnico inclui um conjunto de padrões de comportamento que se tornam altamente padronizados, um conjunto de normas, atitudes, valores e um conjunto de tradições, rituais e cerimónias, símbolos e parâmetros.

Segundo o antropólogo português Jorge Dias, a cultura é uma herança social, transmitida de geração em geração, mediante mecanismos de socialização e enculturação dos indivíduos que fazem parte dos grupos sociais completamente alheios a qualquer transmissão genética. Este conceito permite uma visão mais ampla da realidade, quando dá relevo ou integra o factor história.

Para Durkheim (1957), a Cultura é definida como um padrão de significados corporizados em formas simbólicas (representações colectivas) que coexistem no foro individual e da sociedade. Como afirma, “*as formas simbólicas existem independentemente dos indivíduos e constituem estruturas que não podem ser reduzidas à interacção social. O que justifica que haja uma cultura comum resultante da partilha de experiências e valores, solidarizada pelas formas simbólicas que exprimem, muitas vezes, valores universais. Deste modo, os indivíduos internalizam os valores como imperativos morais, agindo não apenas de acordo*

com os seus interesses próprios, mas em universalidade com os outros membros da colectividade. A ordem simbólica teria assim, por função, criar os valores necessários para garantir a coesão social: a vida social só seria possível, ao longo da História, por intermédio de um vasto simbolismo”.

Cultura é a linguagem de qualquer grupo humano; tudo quanto é expressão do homem é cultura. Não é só a palavra escrita e oral, mas também todos os gestos, as coisas, o ordenamento do espaço, ou seja, tudo o que é feito pelo homem.

Não é uma lista de coisas, mas um conjunto ligado de maneiras de pensar e agir apreendidas e partilhadas por um grupo ou uma pluralidade de pessoas, que servem de uma maneira objectiva e simbólica (que revela os sentidos, os valores, faça o que se fizer) para organizar essas pessoas numa comunidade particular e distinta.

O conceito de Cultura só faz sentido quando se apela aquele que a produz. Só existe cultura se existir um sujeito que a produza. Todas as culturas são igualmente válidas, todas provêm da intencionalidade do sujeito, em suma, todas têm igual valor.

“Fundamental no fenómeno de cultura, na cultura é pois a intencionalidade do sujeito cultural, seja ele indivíduo ou colectivo, a sua vivência, a qualidade e intensidade desta vivência. No que toca à compreensão de cultura como desenvolvimento, processo, tecnologia, há que acentuar seja qual for a forma cultural realizada, seja qual for a tomada de consciência do sujeito cultural, a consecutiva afirmação do espírito como realidade que conquista seres e objectos, que cresce e se diversifica, que se autonomiza frente a outras formas de realidade: ou seja que as “espiritualiza” (Romeu de Melo, 1978).

Apesar das diferenças entre as várias culturas, existem quatro elementos fundamentais para a sua caracterização:

- 1- Conhecimento – o conhecimento é a matéria que se quer trabalhar para melhor conhecer ou elaborar a cultura. A cultura surge como uma determinada forma de conhecimento, elaborada na vivência espiritual, com base na experiência interior e exterior do sujeito;
- 2- Método – existem dois métodos para avaliar uma cultura. O reflexivo, que se encontra no sujeito, apoia-se na lógica, na dedução, na compreensão; e o experimental, que se desenvolve fora do sujeito e procura exercer-se através da observação, descrição e experimentação. O primeiro é mais teórico e interior, incide

sobre as essências ou as leis universais. O segundo é mais prático, e assenta em factos e no particular. Tanto a experiência como a reflexão são fundamentais para uma abordagem sobre as culturas;

- 3- Intenção – a intenção de uma cultura é a sua finalidade ou propósito. Para que haja cultura tem de existir uma intenção de alguém para criar ou para construir algo próprio situado ao lado do mundo natural e físico;
- 4- Maturidade – a maturidade de uma cultura é a consciência de que cada sociedade cultural adopta determinados valores e princípios distintos de uma outra. É o reconhecimento que cada cultura vale por si e que não é nem superior, nem inferior a outras tantas. É também a consciência de que as culturas não morrem, apenas adquirem novos caminhos, modificam-se, evoluem.

De modo sucinto, podemos dizer que sem o conhecimento (matéria de onde se irá criar a cultura) não haveria cultura; sem método não poderíamos fazer qualquer caminhada para criar conhecimento; sem intenção não existiria vontade de criar um projecto cultural e sem maturidade não poderia existir consciência de que as culturas se alteram e transformam.

A sociedade, como organização humana, encontra-se na base da cultura, é onde esta se faz sentir e se manifesta. Primeiro, a sociedade é o veículo da tradição e do passado cultural, nela acontece a divisão do trabalho e, muitas vezes é pelo trabalho que se dá a apropriação da natureza e/ou construção de culturas; segundo, é na sociedade que o homem encontra interlocutores, cria comunicação, transmite experiências, vivências, interioriza novos conhecimentos e culturas. A cultura passa pela sociedade e esta aparece como veículo a que a cultura se comunica, transmite e por onde se repercute.

Para Jorge Dias, um grupo de pessoas que estejam integradas e compartilham um território bem definido e um espaço comum, as quais estão ligadas por laços de intimidade, convívio e participam de uma herança cultural comum, denomina-se de comunidade.

A presente pesquisa inscreve-se num contexto multicultural, porque no bairro estudado estão presentes três culturas específicas, ou seja, estamos perante um conjunto habitacional de convivência multi-étnica, onde os grupos convivem e contactam diariamente entre si, acabando por se desenvolver um fenómeno de interculturalidade, o que designa a comunicação entre indivíduos ou grupos pertencentes a culturas diferentes ou de origem diferente.

2. A ESCOLHA DO OBJECTO DE ESTUDO

A escolha do objecto deste estudo recaiu sobre um bairro de habitação degradada e provisória da freguesia da Portela (concelho de Loures) – o Bairro Quinta da Vitória do qual se deu início o realojamento, ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER).

Ao abrigo do protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Loures e a Câmara Municipal de Lisboa, foram alvo de realojamento 100 famílias residentes no Bairro Quinta da Vitória. Em Novembro de 2001, no âmbito do PER, deu-se início à primeira fase de realojamento, para o novo empreendimento, tendo sido realojadas 30 famílias. (ver anexo VIII)

O objecto empírico da presente pesquisa incidiu sobre algumas famílias que residiam no Bairro Quinta da Vitória que foram alvo de realojamento, e a nossa amostra recaiu em nove agregados familiares, sendo três famílias de origem africana, três de origem indiana e três de origem portuguesa.

Procurou-se perceber o grau de satisfação das mesmas face à nova casa e compreender de que modo estas se apropriam do espaço doméstico de acordo com as suas referências culturais e religiosas, bem como apresentar de forma generalizada a caracterização e contextualização das famílias das diferentes origens presentes no novo Bairro, bem como a maneira como se relacionam e convivem entre si, e de que modo o realojamento veio afectar.

PARTE II - ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

1. METODOLOGIA DE PESQUISA: UMA ABORDAGEM QUALITATIVA

À medida que fomos demarcando os objectivos de investigação, defrontámo-nos com a necessidade de optar pelas alternativas metodológicas mais coerentes. Tendo em conta, por um lado, que a presente pesquisa incide no universo sócio - simbólico dos moradores de um bairro de realojamento, e por outro, as características da população, optámos por uma metodologia qualitativa.

A metodologia qualitativa associada a uma lógica compreensiva, pela atitude que permite na relação flexível com o objecto de estudo, parece-nos a mais adequada, com objectivo de tentar compreender de que modo os grupos étnicos existentes no novo bairro se apropriam do espaço doméstico, compreender qual o impacto que o processo de realojamento teve na vida dos moradores, bem como a que alterações e modos de vida foram sujeitos.

A pesquisa qualitativa procura significados, interpretações, sujeitos e as suas histórias. A autora Maria Lúcia Martinelli (1999) salienta a importância do contacto directo com o sujeito da pesquisa, pois considera que, se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas: a imprescindibilidade de, na pesquisa qualitativa, haver um contacto pesquisador – sujeito, para que as informações ganhem vida.

Neste tipo de pesquisa, privilegiam-se os factos que estão próximos do sujeito e que se repercutem para a vida, sendo que se deve procurar entender os factos a partir da própria interpretação que o sujeito faz da sua vivência quotidiana. Para tal, deve-se ter em atenção a singularidade de cada sujeito, bem como a sua experiência social.

Deste modo, a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele são atribuídos, sendo precisamente devido a este facto que se privilegia a narrativa oral.

Deve ressaltar-se que a este tipo de pesquisa não exclui a recorrência a outras fontes, como veremos mais adiante.

A pesquisa qualitativa apresenta, portanto, um carácter inovador, dado inserir-se na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas próprias experiências sociais.

Como estratégia metodológica, nesta investigação seguimos o modelo indutivo. Partimos da observação e de dados acumulados e procuramos num primeiro momento encontrar singularidades, descobrir e compreender os sujeitos e as suas trajectórias individuais, familiares e sociais.

“O procedimento indutivo parte da observação do terreno, (...) na sua base encontra-se uma pesquisa exploratória, fase aberta na qual o investigador se situa como um verdadeiro explorador, se familiariza com uma situação ou um fenómeno e tenta descrevê-los e analisá-los” (Albarello, 1997:97).

Segundo Sierra Bravo (1987), o método científico é um procedimento de actuação geral seguido pelo conhecimento científico que assenta num conjunto de procedimentos, fases ou etapas. Neste sentido, o método científico consiste em reformular questões ou problemas sobre a realidade do mundo e dos homens, com base na observação da realidade e de teorias já existentes, em antecipar soluções a estes problemas e contrastá-las ao verificar com a mesma realidade estas soluções para os problemas, mediante a observação dos factos, a classificação dos mesmos e a sua análise.

Para Quivy e Campenhoudt (1992), a investigação tem três actos de procedimento epistemológico necessários para a realização da construção do conhecimento científico: a ruptura (onde se inserem as três primeiras fases: a elaboração da pergunta de partida, a exploratória e a problemática), a construção do modelo de análise e a verificação (que engloba a observação, a análise das informações e a conclusão).

A pergunta de partida é o ponto de base para efectuar um projecto de investigação social. O investigador formula o embrião do projecto de pesquisa através de uma pergunta que transmita com clareza o que pretende aprofundar.

Para formular a pergunta de partida percorremos um caminho com algumas incertezas. Só à medida que fomos avançando nas diversas etapas é que conseguimos aprofundar e clarificar a nossa pergunta, de maneira a que esta possa expressar com clareza e objectividade o que pretendíamos. Neste sentido, elaborámos a seguinte questão:

De que forma é que as famílias do Bairro Quinta da Vitória de origem africana, indiana e portuguesa realojadas no Bairro Social da Av. Alfredo Bensaúde se apropriam do espaço doméstico e do espaço envolvente do novo bairro, de acordo com as suas referências culturais e religiosas?

A fase exploratória tem como objectivo ajudar o pesquisador a clarificar o seu problema e aprofundá-lo, de modo a adquirir uma maior capacidade de questionar o problema que pretende investigar.

De acordo com Sierra Bravo (1987), *“a exploração pode ser feita ao nível das leituras, de documentos e de bibliografia relacionada com a pergunta de partida e ao nível da realização de entrevistas exploratórias, para tomar um maior contacto com o problema.”*

A pesquisa destas fontes permitiram seleccionar as leituras mais pertinentes e organizá-las, para delas tirar o máximo proveito. Permitiram dar a conhecer perspectivas diferentes sobre o mesmo problema, para definirmos o campo de pesquisa, ou seja, o nosso quadro teórico. Assim, reflectimos sobre alguns livros, estudos e artigos sobre políticas sociais de habitação, visando aprofundar as temáticas do realojamento, apropriação do espaço, grupo étnico e cultura.

Em todo o decorrer da pesquisa foi privilegiado o trabalho de observação como forma de aproximação ao nosso objecto empírico, o Bairro Quinta da Vitória (bairro de barracas), bem como o Bairro Social na Av. Alfredo Bensaúde (bairro onde algumas famílias foram alojadas).

A problemática construiu-se progressivamente a partir da realização das leituras e das entrevistas, no sentido de escolher a orientação ou orientações que pareceram ser mais pertinentes para a nossa investigação.

Na elaboração da problemática procurou-se fazer um balanço das várias abordagens do problema pelos diferentes autores, inventariando os diferentes pontos de vista adoptados, detectando semelhanças ou oposições que existem entre eles, tornando visível o quadro teórico que cada um dos autores refere; de seguida definiu-se uma problemática, inscrevendo o trabalho num quadro teórico, ou seja, tratou-se da construção da problemática; finalmente descreveu-se o quadro teórico em que se inscreve o investigador, definiram-se os conceitos fundamentais e desenhou-se a estrutura conceptual em resposta à pergunta de partida.

Todo o quadro teórico desenvolvido nesta fase serviu de base à etapa seguinte, a da construção. Tendo em conta que estamos a seguir o modelo indutivo, a presente pesquisa não construiu hipóteses, mas teve como prioridade a elaboração de um guião de entrevista que serviu de instrumento para a recolha dos dados, no intuito de obter o máximo de informação, tendo como finalidade responder aos objectivos da pesquisa. Na elaboração

deste guião tivemos em conta os eixos de análise da pesquisa: realojamento, apropriação do espaço, relações de vizinhança, redes de sociabilidade, grupo étnico e cultura. Só após a reflexão sobre cada um dos objectivos e referências teóricas, foi elaborada uma série de questões concretas, tangíveis, fáceis de precisar e referentes a dados concretos.

Relativamente à análise das informações, para avaliar as questões abertas do guião de entrevista utilizado (ver anexo I), recorreu-se à análise de conteúdo temática que permitiu a descrição objectiva e sistemática do conteúdo manifestado pela comunicação (ver anexo II).

2. TÉCNICA DE RECOLHA DE DADOS

A preferência pela utilização de uma determinada técnica de recolha de dados relaciona-se com as opções teóricas e metodológicas previamente estabelecidas, bem como com os objectivos da pesquisa.

Assim, em primeiro lugar por considerarmos os comportamentos e as interpretações dos actores imprevisíveis, utilizou-se uma aproximação indutiva exploratória ao objecto, privilegiando-se a descoberta como contexto de partida. Deste modo, a observação directa constituiu-se como uma importante técnica de recolha de informação. Tal como afirma Ander-Egg (1987), *“a observação directa é um procedimento de recolha de dados e de informação que consiste em utilizar os sentidos, para observar factos e realidades sociais presentes no próprio contexto real; condição que seja intencionada e ilustrada; pretende-se detectar os acontecimentos tal como são ou têm lugar na realidade, no momento presente.”*

Este método de recolha de informação, é um método de investigação social que apreende os comportamentos, os modos de vida, a organização espacial do grupo e os acontecimentos no próprio momento em que se produzem, e analisa a autenticidade relativa dos acontecimentos em comparação com as palavras e com os escritos.

Esta técnica permitiu observar aprofundadamente alguns quotidianos domésticos e inter-domésticos; entender profundamente o estilo de vida dos grupos étnicos residentes no novo bairro, e adquirir um conhecimento integrado da sua cultura.

O principal interesse desta investigação residiu no levantamento de fenómenos sociais, que só a abordagem desenvolvida em trabalho de campo, em que são privilegiados os contactos directos e seguidos no tempo, permitiu a obtenção dos dados procurados.

Segundo McCall e Simmons, a pesquisa etnográfica inclui uma genuína interacção social no terreno de estudo, isto é, uma interacção entre pessoas, observação directa de acontecimentos relevantes, entrevistas informais e formais, contagens sistemáticas, recolha de documentos e de artefactos e uma atitude de extrema abertura em relação à própria orientação que a pesquisa vai adoptando (Moreira, 1997).

Assim, e para além do exposto, foi elaborado um conjunto de questões que foram introduzidas de modo mais formal nos guiões de entrevistas.

A técnica da entrevista permitiu obter de uma forma indirecta, de determinados actores sociais, as informações que necessitava, com a finalidade de responder aos objectivos da investigação. Para a realização da entrevista foi construído um guião que serviu de instrumento para a recolha dos dados, recolha esta que “... *Consiste em recolher ou reunir concretamente as informações determinadas junto das pessoas ou unidades de observação incluídas na amostra*” (Quivy, 1992). Dispõe de uma série de perguntas, que serviram de guia, para receber da parte do entrevistado determinadas informações, ascendendo a um grau de autenticidade e profundidade.

Em termos de vantagens desta técnica, salientam-se a profundidade dos elementos de análise, a flexibilidade e a fraca directividade, respeitando as opiniões, quadros valorativos, o tipo de linguagem e as características dos entrevistados.

A entrevista é essencialmente uma forma de interacção humana e pode variar desde a mais descontraída conversa até ao mais cuidadoso pré-codificado e sistematizado conjunto de perguntas e respostas disposto num programa ou roteiro de entrevista (Mann, 1983).

Na verdade, o entrevistador deve assumir a capacidade de adaptação à situação, assumindo a paciência, o discernimento e a reflexividade necessárias para conseguir contextualizar a informação necessária e dela tirar o melhor partido.

No caso concreto desta pesquisa, na construção do guião houve o cuidado de deixar ao entrevistado um grau de liberdade suficiente por forma a que a lógica do texto fosse a do entrevistado e não a do entrevistador. O período de recolha dos dados decorreu em Maio de

2002. As entrevistas foram feitas em casa dos entrevistados, tendo oscilado a sua duração entre 45 a 90 minutos (ver anexo I).

A realização das entrevistas pressupõe contactos prévios com os potenciais entrevistados a fim de saber sobre a sua disponibilidade e consentimento para o efeito. O facto da técnica trabalhar no gabinete de intervenção local do bairro, facilitou o contacto com a população realojada, proporcionando uma abordagem mais informal e uma maior abertura por parte dos entrevistados.

3. PERFIL DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA

Atendendo ao método a utilizar, a entrevista semi-directiva, o número de entrevistados não poderia ser elevado. A presente pesquisa não pretende fazer generalizações, mas sim uma análise em profundidade, e o que se tentou garantir foi a diversificação das pessoas inquiridas, bem como das problemáticas abordadas no guião.

De acordo com as informações facultadas pelo Gabinete de Intervenção Local (GIL) da Quinta da Vitória no dia 30/11/2001 ao abrigo do Protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Loures e a Câmara Municipal de Lisboa (ver anexo VIII), foram realojados, numa 1ª fase, no Bairro Social na Av. Alfredo Bensaúde, em Lisboa, 30 agregados familiares residentes no bairro de barracas da Quinta da Vitória: 9 agregados de origem indiana, 6 de origem africana e 15 de origem portuguesa.

Optou-se por entrevistar o titular do arrendamento de cada habitação (e na sua ausência ao cônjuge ou descendentes directos) no local da sua residência, tendo sido realizadas: 3 a agregados familiares de origem africana; 3 a agregados familiares de origem indiana de religião Hindu e 3 a agregados familiares de origem portuguesa.

Os critérios utilizados para delimitar a amostra das famílias de origem africana, indiana e portuguesa, foram os seguintes:

- Inquirir número igual de agregados familiares das três etnias, pois só com o mesmo número de agregados inquiridos, das diferentes etnias, se poderia chegar a conclusões com a mesma unidade de avaliação;

- inquirir famílias com diferente número de elementos por agregado familiar, a fim de perceber quais os papéis desempenhados pelos seus elementos na utilização da habitação, bem como a sua influência na apropriação doméstica;
- Inquirir famílias que residam em casas com tipologia diferenciada.

Deste modo, foram seleccionados os seguintes indivíduos para a realização das entrevistas:

	Sexo	Idade	Naturalidade	Tipol.	Nacionalidade	Etnia	Profissão	N.º pessoas do agregado
Ent. 1	Fem.	40	Fudam/Índia	4	Portuguesa	Indiana casta Fudamia	Doméstica	6
Ent 2	Fem.	22	Moçamb.	3	Portuguesa	Indiana casta koli	Curso Superior Desempregada	4
Ent 3	Fem.	43	Diu / Índia	4	Portuguesa	Indiana casta koli	Feirante	6
Ent 4	Fem.	64	Lisboa Portugal	1	Portuguesa	Portuguesa	Empregada de limpeza	1
Ent 5	Fem.	37	Viseu Portugal	4	Portuguesa	Portuguesa	Empregada de limpeza	5
Ent 6	Fem.	34	Lisboa Portugal	2	Portuguesa	Portuguesa	Desempregada	4
Ent 7	Masc.	47	C. Verde	1	Cabo verd.	Africana	Motorista	1
Ent 8	Fem.	45	Angola	2	Portuguesa	Africana	Empregada de limpeza	4
Ent 9	Fem.	37	Guiné	4	Portuguesa	Africana	Empregada de limpeza	5

O registo das referidas entrevistas foi efectuado em gravador, sendo posteriormente objecto de audição, transcrição e análise de conteúdo, o que nos permitiu reagrupar informação, construir novos conhecimentos face aos objectivos definidos e chegar a conclusões concretas sobre o problema levantado na presente pesquisa.

As entrevistas realizadas foram transcritas para papel, a fim de serem alvo de análise mais detalhada. Contudo embora cuidadosa seja a transcrição perde sempre alguma graciosidade e gestos ilustrativos que acompanham e complementam a comunicação verbal.

A transcrição das entrevistas foi integral. Ao transcreverem-se as entrevistas, deixámos grandes margens para que depois, ao fazer-se as leituras, para além das anotações no próprio texto, pudéssemos ir indicando quer numa quer noutra margem (consoante se tratasse de uma problemática já contemplada no guião de ou de uma problemática referida pelo entrevistado), a problemática com a qual o discurso do entrevistado se relacionava.

Simultaneamente, fomos assinalando as frases que julgámos mais pertinentes e elucidativas para uma posterior utilização e ilustração ao nível do trabalho escrito.

As informações recolhidas foram, posteriormente, tratadas através de análise de conteúdo que “ (...) *é uma técnica de tratamento de informação, não é um método. Como técnica pode integrar-se em qualquer dos grandes tipos de procedimentos lógicos de investigação e servir igualmente os diferentes níveis de investigação empírica*” (Vala).

4. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Este tipo de análise permite uma descrição metódica, sistemática e comparativa do conteúdo das entrevistas.

A análise de conteúdo opera em três níveis: o nível descritivo, onde se faz uma descrição tão exhaustiva quanto possível das respostas às perguntas abertas na entrevista; o nível correlacional, onde se procura estabelecer correlação entre as variáveis, ou seja, recortar as ideias que se constituem em enunciados e que transportam um determinado significado; e o nível casual, onde se relacionam os dados adquiridos com o quadro teórico.

O recurso à análise de conteúdo constitui um dos momentos mais importantes da investigação. Neste contexto, a análise de conteúdo é hoje uma das técnicas mais utilizadas na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais.

Tal como Birelson entende, “*a análise de conteúdo é uma técnica com vista à descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação*” (Birelson citado por Ghiglione e Matalon, 1983:177).

De facto, apenas a utilização de métodos construídos e estáveis permitem ao investigador elaborar uma interpretação que não tome como referência os seus próprios valores e representações. Não se trata de utilizar as suas próprias referências ideológicas ou normativas para julgar os outros, mas sim de analisar a partir de critérios que incidem mais sobre a organização interna do discurso do que sobre o seu conteúdo explícito.

A análise de conteúdo foi a técnica que utilizámos para o tratamento dos dados, pois foi ela que nos permitiu analisar as informações recolhidas nas entrevistas. Este tipo de análise assume um papel muito importante na investigação social, porque possibilita o tratamento

das informações e testemunhos recolhidos de forma metódica e com rigor, que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade (Quivy, 1992).

A análise de conteúdo foi efectuada sobretudo de forma qualitativa, pois analisámos um pequeno número de informações detalhadas. Pontualmente fez-se uma análise quantitativa, particularmente quando a uniformidade das respostas era significativa.

Esta técnica pretende, não apenas compreender o conteúdo manifesto das respostas obtidas mas também o que está por detrás dele: conseguir captar características relevantes de natureza quer psicológica, quer sociológica, histórica, política ou cultural sobre a origem, destino e aspectos das mensagens.

Segundo João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto (1990), “*a análise de conteúdo (...) procura agrupar significações e não vocábulos, e é, em princípio, aplicável a todos os materiais significantes, a todas as comunicações, não se cantonando aos textos escritos.*”

Pode-se conceber a análise de conteúdo como um processo que se estabelece numa dialéctica que ocorre a partir dos níveis descritivos para os analíticos.

Quanto aos procedimentos utilizados no tratamento da informação recolhida através das entrevistas, tomaram-se como ponto de partida as orientações de Poirier e al.

Assim, no contexto desta pesquisa, utilizou-se a chamada análise de enunciação, que toma o processo de comunicação não como algo adquirido, mas como um processo interactivo.

Depois de recolhidos os dados, ocorre a *transcrição* integral da conversa respeitando as pausas, as repetições e as hesitações. A este propósito, importa salientar “*que esta tarefa encontra-se facilitada quando é o próprio inquiridor que recopia a história que recolheu, é-lhe mais fácil agarrar o discurso, já que viveu a entrevista*” (Poirier et al, 1995:102).

Em seguida procede-se à construção do “corpus”, ou seja à *identificação e organização* do material sobre o qual irá recair a análise. Nesta fase efectuam-se várias leituras das entrevistas e anotam-se, nas margens do texto, as frases chave, com vista a uma posterior ilustração no texto da apresentação dos resultados.

Numa terceira fase, dá-se a *organização da leitura* de cada uma das entrevistas com o objectivo de chegar às sinopses das mesmas. As sinopses são sínteses de cada um dos temas abordados nas entrevistas. Neste contexto, as grelhas vão sendo elaboradas em função da visão teórica que determinou as orientações de recolha de dados. Esta fase consiste numa

análise do tipo horizontal onde se apreendem num todo a soma das respostas específicas que foram recolhidas (Poirier et al, 1995:111).

Na quarta fase, a partir da grelha das sinopses realizam-se outros tipos de *análises mais aprofundadas*, situadas a níveis mais interpretativos – análise temática, categorial e tipológica. Esta etapa consiste após a elaboração das respectivas sinopses, numa análise vertical das problemáticas resultantes do conjunto das entrevistas.

A grelha que criámos, procurando numa análise por etnias, registar em colunas por etnias, as respostas dos vários elementos de cada etnia, devidamente identificados. Temos, assim, por coluna, as respostas dadas pela mesma etnia à questão colocada.

Por fim chega-se ao momento da *apresentação dos resultados* por meio de uma análise descritiva da informação recolhida. É com base nesta análise que a um nível mais elevado de abstracção se extraem os resultados de pesquisa.

Após a análise completa dos dados, fase que se segue, procuraremos tanto quanto possível dar conhecimento da nossa reflexão e interpretação sobre os mesmos.

PARTE III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após a colecta dos dados, a fase seguinte à pesquisa é análise e interpretação dos dados. Estes dois processos, apesar de conceptualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados.

A análise tem como objectivo organizar e sumariar os dados, de tal forma que possibilitem o fornecimento de resposta ao problema proposto para a investigação. Já a interpretação tem como objectivo a procura do sentido mais amplo do conjunto das respostas, o que é feito mediante a sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Antes de se proceder à análise e à interpretação dos dados, achamos pertinente e relevante fazer uma breve caracterização da população e do Bairro de barracas da Quinta da Vitória, enquanto bairro de origem, bem como das famílias entrevistadas, que se encontram a residir no bairro de realojamento na Av. Alfredo Bensaúde, enquanto bairro de realojamento.

1. BREVE CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E URBANÍSTICA DO BAIRRO QUINTA DA VITÓRIA

O Bairro Quinta da Vitória está localizado a norte da freguesia da Portela, Concelho de Loures, fazendo fronteira com a freguesia dos Olivais, pertencente ao Concelho de Lisboa. Situa-se junto da Urbanização da Portela de Sacavém, que funciona como a sua área de referência, usufruindo de uma boa localização relativamente a equipamentos básicos e de transportes (ver anexo III).

O Bairro, implantado em terrenos particulares, começou por ser ocupado por algumas famílias portuguesas no início da década de 70, por famílias africanas oriundas de Cabo Verde, Guiné, Angola e São Tomé, depois de 1974, mas foi sobretudo no decorrer da década de oitenta que se verificou a ocupação de forma mais massiva, por população hindu oriunda de Moçambique. Estas famílias, como veremos, representam quase 50% dos agregados do Bairro.

A geração anterior desta população provinha, na maioria dos casos da cidade de Diu e dos seus arredores. Moçambique foi o primeiro destino de imigração.

Segundo Malheiros (1996:123,134), a população indiana que aí se fixou, começou pela imigração dos homens, que tinham como objectivo ou voltar para a Índia depois de acumular as suas poupanças ou, mais tarde, fixar as suas famílias e constituir aí a sua vida. Em Moçambique, os motivos da imigração para Portugal diferem de acordo com as datas dessa mesma imigração.

Num primeiro momento, no pós 25 de Abril, as famílias vieram com a vaga de portugueses e africanos que deixaram o seu território. Num segundo momento, nos anos 80, a motivação principal prende-se com o agravamento das condições de vida, com a guerra instalada, e com factores macro económicos como a fome e as consequências alargadas da crise do petróleo. As pessoas que vieram a partir dos anos 90, foram essencialmente, mulheres e homens que se casaram com pessoas que já residiam em Portugal, e cujas condições de vida em Moçambique não melhoraram ao longo da década de 80.

A partir de 1995, houve uma vaga de imigração, desta vez proveniente da própria Índia e dos países vizinhos.

Há, no entanto, algumas famílias hindus que vieram logo após o 25 de Abril, no início da ocupação do bairro e construíram a casa de raiz. Vieram também famílias nos anos 90, no início da década e depois de 1995. Regista-se ainda hoje a vinda de indivíduos oriundos da cidade de Diu que têm familiares a residir no bairro. Isto também acontece relativamente a outras famílias de origem africana.

O Bairro Quinta Vitória possui rede de esgotos, de telefone, recolha de lixo, limpeza de ruas, distribuição de correspondência, mas não possui fornecimento de água, apenas tem alguns chafarizes que se encontram espalhados no bairro. Relativamente à electricidade, o bairro foi equipado pela EDP, em Agosto de 1999. Desde os anos 70 até esta data, a energia eléctrica que chegava ao bairro era roubada e puxada de casa em casa. O roubo da electricidade era vendido e sub-vendido aos vizinhos. Concomitantemente reuniram-se esforços para que a electricidade “oficial” chegasse ao bairro.

A população ocupa indiferenciadamente o seu território, não se reconhecendo zonas etnicamente distintas e apresentando uma coabitação territorial e social bastante pacífica (ver anexo IV).

O Bairro apresenta uma estrutura mais ou menos ordenada em torno de duas ruas principais e, para além de espaços com funções habitacionais, possui espaços de comércio – pequenas lojas e tabernas – e um espaço destinado ao culto da comunidade hindu, o Mandir (ver anexos V e VI).

No entanto, regista-se que as famílias africanas habitam em especial o lado sudoeste do bairro, mais próximo dos prédios que compõem a urbanização da Portela de Sacavém, e com a qual se verifica alguma conflitualidade. Está-se em crer que o facto da população jovem não ter um espaço próprio para ocupação dos tempos livres, a leva a optar por “brincadeiras menos lícitas” (exemplo disso, são os estores dos primeiros andares dos prédios junto ao bairro estarem danificados).

As famílias hindus na sua maioria habitavam, junto ao Templo (*Mandir*) *Joyambema*, que se encontra numa das ruas principais do bairro. O *Mandir* é o local mais referenciado pela comunidade hindu, pois exerce uma função agregadora da identidade cultural e é o único local no bairro onde as famílias hindus se juntam. É lá onde se reúne o maior número de elementos da comunidade hindu; é neste espaço que se tomam as refeições cerimoniais (ligadas ao casamento, por exemplo), que se conversa sobre vários temas, enfim, onde é consagrado todo um código de conduta aceite pela maioria, de acordo com a continuidade da tradição religiosa e adaptações admitidas, constitui também um factor de orgulho para a comunidade hindu (ver anexo VI).

Os alojamentos da Quinta da Vitória são predominantemente de alvenaria, muito embora tenham sofrido alterações ao longo dos anos, seja na substituição de materiais de madeira, cartão ou chapa para materiais mais resistentes, seja na construção de acrescentos às matrizes iniciais (ver anexo X – fotografia 1).

Exteriormente, as casas da população hindu tornam-se facilmente reconhecíveis pelas folhas de mangueira ou nespereira que normalmente decoram as suas entradas, os Saris em estendais, pátios de entrada decorados com pinturas, entre outros elementos representativos da cultura não europeia; apresentam uma estrutura interna também diferenciada das restantes, pela sua dimensão (destinada a acolher famílias numerosas e de estrutura alargada), e pela sua organização interna em torno de pequenos pátios de entrada, destinados à execução de rituais e à convivialidade, sobretudo entre as mulheres (ver anexo X- fotografia 1.6).

Na visita à antiga colónia portuguesa, na Índia, em Díu, verificámos que as habitações são muito similares às do Bairro, tendo muito presente as folhas de nespereira ou mangueira na entrada das casas e os pátios de entrada pintados, entre outros elementos típicos da cultura indiana.

Relativamente à apropriação do espaço, as casas apresentam-se com símbolos, artefactos, tais como, fotografias dos seus antepassados penduradas nas paredes com um colar de flores à volta da moldura, o mandir doméstico com as divindades presentes e toda uma atitude de religiosidade e devoção patente na população Hindu-Gujarate. Todo este modo de vida e de estar está muito enraizado na comunidade hindu residente no Bairro Quinta da Vitória.

No Bairro Quinta da Vitória é a população hindu a que mais se destaca, não só em número como também na vivência diária, pelo vestuário, festas e cerimónias religiosas.

A comunidade hindu apresenta-se bastante mais organizada e coesa que a restante população. As famílias portuguesas e africanas privilegiam muito mais as relações entre si do que a comunidade hindu, que é mais fechada ao exterior.

Esta atitude por parte da comunidade hindu, privilegiando um relacionamento intra-grupal não revela, no entanto, atitudes segregativas relativamente aos diferentes grupos. Pode-se mesmo registar um forte sentimento de pertença ao Bairro por parte dos vários grupos, evidenciando uma certa identidade territorial globalmente partilhada.

Segundo a fonte: Base de Dados “Gestão de Habitação”, da Divisão Municipal de Habitação da Câmara Municipal de Loures, e de acordo com os dados recolhidos pelo Centro de Estudos Territoriais, em 1993, para o Programa Especial de Realojamento (PER), existiam no bairro 446 agregados domésticos a residir em 416 alojamentos, totalizando 1 782 indivíduos.

N.º de Famílias	Nº de Indivíduos
446	1782

No que respeita à nacionalidade, predomina a portuguesa, muito embora este dado não tenha propriamente correspondência nas naturalidades das famílias aí residentes: a quase

totalidade das famílias hindus, por exemplo, apresenta nacionalidade portuguesa, adquirida predominantemente em Moçambique, bem como uma importante parte da população africana residente no bairro. É de salientar que no bairro encontram-se a residir famílias africanas provenientes de Cabo Verde, São Tomé, Angola, Guiné e Moçambique, como consta no quadro que apresentamos:

Nacionalidade	N.º de Famílias
Angolana	13
Cabo-verdiana	43
Guineense	14
São-tomense	29
Moçambicana	5
Portuguesa	337
Outras	5

Tivemos algumas dificuldades relativamente aos dados respeitantes à naturalidade, uma vez que, quando se efectuou o recenseamento em 1993, a maior parte das famílias já tinham nacionalidade portuguesa e no inquérito não ficou registado a naturalidade dos mesmos.

Deste modo, houve necessidade de recorrer à pesquisa em outros documentos, a fim de verificarmos através da consulta nos processos individuais existentes no Gabinete de Intervenção Local (GIL) da Quinta da Vitória - Portela, verificámos a origem de cada agregado familiar recenseado nos dados PER da Câmara Municipal de Loures. Salienta-se que os dados apresentados correspondem aos titulares de cada agregado familiar.

Número de famílias por país de origem

Naturalidade do Titular	N.º de Famílias
Angolana	13
Cabo-verdiana	43
Guineense	14
São-tomense	29
Moçambicana	5
Indiana	208
Portuguesa	129
Outras	5

A estrutura etária apresenta uma população jovem, com incidência numa população adulta em idade activa, enquanto a população idosa representa um número bastante reduzido. Esta população caracteriza-se por ter um elevado número de jovens e um forte potencial para um crescimento natural bastante rápido, conforme se verifica no quadro seguinte.

Distribuição por escalões etários

Escalões Etários	Masculino	Feminino	Total
[0 aos 5[1	1	2
[5 aos 10[65	52	117
[10 aos 15[99	82	181
[15 aos 20[114	101	215
[20 aos 25[85	84	169
[25 aos 30[91	69	160
[30 aos 35[114	86	200
[35 aos 40[94	84	178
[40 aos 45[100	67	167
[45 aos 50[63	40	103
[50 aos 55[49	32	81
[55 aos 60[35	23	58
[60 aos 65[36	24	60
[65 aos 70[24	15	39
[70 aos 75[14	12	26
[75 aos 80[9	7	16
≥ 80	3	7	10
Total	996	785	1781

Relativamente à condição perante o trabalho, desta população, em 1993, somente 37% da população residente exercia uma profissão, registando-se uma elevada percentagem de domésticas e estudantes, factor que está correlacionado com a composição étnica do bairro – na comunidade hindu a mulher raramente exerce uma profissão – e com a juventude da sua população.

As profissões predominantes estão ligadas ao sector da construção civil (os hindus que fazem parte da casta dos pedreiros e carpinteiros), que ocupa cerca de metade da população realmente activa, e as profissões ligadas aos serviços domésticos.

Neste bairro sobressaem também profissões relacionadas com actividades comerciais, sobretudo desempenhadas por alguns elementos da comunidade hindu.

No que respeita à população hindu existente o bairro, existe a presença de cinco castas, a casta fudamiá (pedreiros da aldeia de Fudam); a casta koli (pedreiros); a casta kanya (pedreiros); a casta sutar (carpinteiros – existem no bairro 41 famílias pertencentes a esta casta) e a casta panjabi (são homens que vieram para trabalhar e pretendem voltar para as suas famílias. Trabalham nas obras. Existem no bairro cerca de seis homens e que rondam os 30/40 anos).

Apesar de pertencerem às castas mencionadas, os trabalhos por eles realizados não correspondem aos verdadeiros ofícios subjacentes a cada casta.

As profissões desempenhadas pelos homens são as seguintes: trabalhadores da construção civil, sendo alguns empreiteiros, e comerciantes. Quanto às mulheres, destacam-se sobretudo os trabalhos de limpeza em part-time nas grandes empresas.

Relativamente ao bairro, a globalidade da população nutre uma simpatia grande, fomentando um elevado sentimento de pertença comunitária.

A presença multi-étnica é evidente, bem como a forma como se entrecruzam as diversas culturas, cheiros, sons, sensibilidades, sentimentos, atitudes... que a sua presença implica.

3. BREVE CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E URBANÍSTICA DO BAIRRO SOCIAL DA AV. ALFREDO BENSÁUDE

Situado na freguesia dos Olivais, Concelho de Lisboa, o Bairro Social da Av. Alfredo Bensaúde encontra-se construído em terrenos confinantes com o Bairro degradado Quinta da Vitória (ver anexo III).

Inserido no PER, a área de intervenção do PER Bensaúde situa-se numa parcela camarária e tem a superfície de 29,231m². O número de fogos corresponde a 315, sendo 26 de tipologia T1; 119 fogos são de tipologia T2; 138 de tipologia T3 e 32 fogos correspondem à tipologia T4 (ver anexo IX).

Está previsto na área de construção, 1 456 m² para espaços de comércio; 2 215m² para equipamentos e 10 534m² para estacionamento e arrecadações. Inicialmente, este

empreendimento, destinava-se ao realojamento da população residente em bairros de barracas do Concelho de Lisboa.

Ao abrigo do Protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Loures e a Câmara Municipal de Lisboa, em Novembro de 2001, permitiu-se realojar 100 agregados familiares que residiam no degradado Bairro Quinta da Vitória, no empreendimento na Av. Alfredo Bensaúde (ver anexo VIII).

Os realojamentos das 100 famílias do Bairro Quinta da Vitória foram conduzidos pela Câmara Municipal de Loures e teve início em Novembro de 2001, com as primeiras 30 famílias. Quando o processo de realojamento das 100 famílias teve término, a tarefa da gestão social e habitacional passou então para as mãos da Câmara Municipal de Lisboa. Após a demolição das barracas destas famílias, o Bairro Quinta da Vitória ficou mais reduzida, libertando-se uma faixa correspondente às zonas A1,A2 e B1 (ver anexo VII).

Em termos de acessibilidades, o Bairro Social na Av. Alfredo Bensaúde é servido por uma boa rede de transportes públicos.

Quanto a equipamentos, estes são inexistentes no Bairro, apesar de existirem infra-estruturas locais que a população utiliza. Verifica-se que os espaços exteriores e a iluminação estão ainda por terminar.

3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA

O estudo em questão incide nas primeiras famílias realojadas, ou seja, nos agregados que compõem a primeira fase de realojamento da população no bairro social Av. Alfredo Bensaúde. Em Novembro de 2001, foram realojados 30 agregados familiares residentes no Bairro abarracado da Quinta da Vitória: 6 famílias africanas, 9 famílias indianas e 15 famílias brancas, ou seja, 36 indivíduos, sendo 21 do sexo feminino e 15 do sexo masculino.

A amostra da presente pesquisa é composta por 9 agregados familiares. Foram realizadas 3 entrevistas a famílias de origem africana, 3 entrevistas a agregados de origem indiana e 3 entrevistas a agregados familiares de origem portuguesa, etnia branca.

Tendo por base informação recolhida no GIL da Quinta da Vitória – Portela, da Divisão Municipal de Habitação da Câmara Municipal de Loures é-nos possível traçar um breve perfil das famílias realojadas, salientando desde já o seguinte:

Composição étnica

Etnia	N.º Indivíduos	Sexo Fem.	Sexo Masc.
Africana	10	7	3
Branca	10	5	5
Indiana	16	9	7
Total	36	21	15

Relativamente às tipologias de habitação, uma análise global do bairro demonstra que a maior parte das famílias inquiridas residem em T 4, seguidas por aquelas que residem em T1 e T2, menos representados estão os agregados domésticos residentes em T3. Esta situação está, sem dúvida, em consonância com os tipos de família que predominam no bairro em questão e que, como se viu, são, na maioria, famílias com filhos solteiros e no caso das famílias de origem indiana, compostas por um elevado número de elementos. Dos 9 agregados familiares inquiridos, verificámos que, no que diz respeito à tipologia familiar, as famílias indianas são todas nucleares com filhos. Em relação aos africanos, a tipologia é também maioritariamente nuclear com filhos, 2 famílias nucleares e 1 indivíduo isolado, sem filhos. Por último, a tipologia das famílias brancas, constituída por 1 família nuclear com filhos, 1 agregado de família alargada e um isolado sem filhos. Quanto às tipologias de habitação, estas distribuem-se da seguinte forma:

Tipologia dos fogos

Etnia	T1	T2	T3	T4
Africana	1	1	–	1
Branca	1	1	–	1
Indiana	–	–	1	2

Pode-se concluir que a maioria dos agregados inquiridos dos diferentes grupos étnicos são constituídos por famílias nucleares com filhos, regista-se, contudo, que a etnia que apresenta maior número de elementos é a indiana.

De acordo com os dados recolhidos nas entrevistas, no que respeita à actividade profissional, as categorias predominantes são as empregadas de limpeza, os comerciantes, os trabalhadores na construção civil, donde se conclui que predominam as categorias de baixas qualificações e de fraca remuneração.

Outro elemento que importa realçar é o número elevado de jovens que frequentam o ensino, atendendo que trata-se de uma população jovem, potencialmente em idade escolar.

Os elementos que trabalham nas famílias africanas, as profissões dos homens estão ligados à construção civil ao passo que as mulheres são maioritariamente empregadas domésticas.

Os homens indianos que trabalham, 4 estão ligados ao comércio, apenas 1 na construção civil, ao passo que a maioria das mulheres são domésticas e as que trabalham exercem a profissão de empregada de limpeza. Por sua vez, as mulheres ficam em casa a cuidar da habitação e dos filhos, o que se verificou aquando das entrevistas, pois foram sempre as mulheres e filhos que nos receberam.

Nas famílias de origem portuguesa, as mulheres exercem a profissão de empregada doméstica, enquanto que os homens estão ligados à construção civil.

Ocupação por Etnia

Ocupação	Africana	Branca	Indiana	Total
Estudante	6	4	7	17
Doméstica	–	–	2	2
Emp. Limpeza	2	2	1	5
Motorista	1	–	–	1
Const. Civil	1	1	1	3
Comerciante	–	–	5	5
Desempregado	–	1	1	2
Reformado	–	1	–	1

No que concerne à faixa etária verifica-se que se trata de uma população jovem e onde predomina um número significativo de adultos em idade activa. O escalão composto pelos indivíduos mais idosos (65 e mais anos) é aquele que se encontra menos representado, recolhendo apenas dois indivíduos, ambos de famílias brancas.

Composição Etária por Etnia

Idade	Africanos	Branços	Indianos	Total
0-14	3	2	3	8
15-19	3	1	3	7
20-64	4	5	10	19
65 +	–	2	–	2
Total	10	10	16	36

Estado civil dos residentes por Etnia

Idade	Africanos	Branços	Indianos	Total
Solteiro	8	5	8	21
Casado	2	4	8	14
Viúvo	–	1	–	1
Divorciado	–	–	–	–
Total	10	10	16	36

Relativamente ao estado civil verifica-se que mais de metade da população é solteira (21 indivíduos), sendo que apenas 14 inquiridos são casados. De destacar ainda a inexistência de divorciados, e apenas um viúvo.

4. SATISFAÇÃO RESIDENCIAL

4.1. Avaliação subjectiva do espaço privado: A Casa

O realojamento é, para qualquer um dos entrevistados, um momento crucial nas suas vidas. A casa aparece como concretização de um sonho e como suporte de uma esperança para a promoção no estatuto residencial. A casa concretiza um momento de viragem na vida da família, permitindo, em comparação com a situação anterior, melhores condições de habitabilidade e conforto. A casa concorre para a promoção social, exigente de uma postura perante a vida, mas também perante os novos espaços que lhe são propostos.

Na opinião de Teresa Costa Pinto (1994), *“o facto de se ter agora uma casa, projecto talvez mais importante das suas histórias de vida é, por si só, despoletador de um forte*

sentimento de satisfação, à margem das características morfológicas e dos modelos habitacionais onde foram realojados e das condições habitacionais do novo espaço residencial.”

Quase inevitavelmente, diríamos, o realojamento é associado de imediato à casa, ponto sobre o qual se faz, unanimemente, uma avaliação positiva.

Segundo estudos já realizados (Freitas, 1993; Pinto, 1994), para algumas destas famílias o realojamento vale sobretudo pela casa, pois permite a concretização de um desejo que para muitos, por falta de recursos, teria sido mais adiado.

Quando se fala da casa como um sonho, dois dos entrevistados referem que a doação da casa, foi em si um sonho concretizado e, relativamente aos restantes inquiridos sonham é colocar coisas diferentes para o preenchimento da casa.

“Senti um sonho... gostei muito da nova casa, não esperava tão depressa ter a casa, né? Não esperava mesmo... senti uma emoção grande, né? Sempre é diferente do que nas barracas”.

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“O meu sonho é a decoração... principalmente para mim uma decoração moderna, coisas muito mais simples... não sou a favor de todas as coisas que as famílias hindus têm... os retratos dos familiares, todas as divindades...”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Isto foi um sonho... a coisa melhor que podia ter acontecido. Já devia ter sido há 40 anos atrás, para ter as coisas que gostava de comprar... Gosto muito da casa, foi a melhor coisa que recebi em toda a minha vida... eu cuidei muito dela...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“Imagino coisas que lá em baixo não tinha... uma mobília nova... Estou a pensar comprar um varão para o cortinado do quarto... comprámos um estúdio para o quarto do meu filho. O meu filho quando viemos para a casa nova ofereceu-me uma máquina de lavar loiça...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Ia desmaiando, quase cai de alegria e emoção com a alegria da casa, estava morta com uma casa nova... vimos a casa, fomos tratar da água e luz e chamei a minha filha para ajudar a limpar a casa porque estava tudo com pó.”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Como sonho, a casa vai ficar muito bonita... vou pôr ali um móvel, a mesa ao fundo... a minha cozinha precisa de coisas novas... isto vai devagarinho... com as carpetes e candeeiros fica outra coisa...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Sonhar, não. Pensativo, estou a pensar na mobília para aqui (sala), sonho em pôr cá uma família, mulher que não tenho... sonhos há muitos.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“Tenho sonhos, só que ainda não posso, isto trouxe da barraca... Para mim não preciso de nada, elas (filhas) querem mudar a mesa, a mesa da televisão... pois não tenho muitos sonhos, tenho para as minhas filhas, elas querem mais moderno”.

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“Sonho pôr uma mesa de jantar que ainda não tenho, ainda não tenho gás canalizado, vou comprar um fogão novo...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Um dos entrevistados manifestou um certo descontentamento relativamente ao aspecto e à forma como os actuais vizinhos se apropriam do espaço público, inclusive fala da necessidade de haver acções de formação a explicar o funcionamento dos espaços e as atenções a ter relativamente aos mesmos.

“... também já estragaram a porta, a escada está sempre suja, não há ninguém que queira varrer... as pessoas têm que ser asseadas, devia haver acções a explicar como estar numa casa.”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

“Acho a casa boazinha... temos na cozinha uma marquise para estender a roupa, cabe na marquise a roupa... vejo as roupas estendidas na janela, fica muito feio... parece um mercado, e se fizeram uma marquise é para isso, para pôr a roupa, e cabe, se dobrarem duas vezes os lençóis, cabe perfeitamente... que remédio. Fica mesmo feio a roupa estendida, devia ser proibido.”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

A casa aparece-nos como o centro dos afectos, a satisfação com a casa apresenta valores bastante elevados, sendo sustentada na globalidade dos casos pela melhoria das condições

habitacionais que proporciona e pelas possibilidades que oferece em termos de apropriação e personalização do espaço habitacional.

Numa das pesquisas mencionadas (Freitas, 1993; Pinto, 1994), registam-se níveis de satisfação com a casa muito elevados, o que não será de todo surpreendente se pensarmos nas condições habitacionais em que estas famílias viviam.

Os entrevistados sentem uma satisfação positiva relativamente às divisões existentes na habitação, por ter o número de divisões adequadas ao tamanho da família, devido às boas condições de higiene e conforto, portanto a mudança de casa é avaliada positivamente, sustentada também por uma grande vontade de mudar as coisas, de fazer obras e alterar os modos de relacionamento com os espaços existentes.

Importa referir que um dos entrevistados que não recebia visitas na barraca, agora no seu novo espaço habitacional recebe, o que significa que a mudança altera modos de vida e atitudes positivas.

A satisfação relativamente à casa está também ligada á proximidade dos locais anteriormente frequentados, tais como as compras e os locais de trabalho.

“Sim, a casa é suficiente para todos. Tem sala, 4 quartos, 1 cozinha, 2 casas de banho e uma varanda para estender a roupa. Não tem dispensa, faz falta a dispensa, mas não tenho... já vii as mobílias dos quartos são iguais à cor do chão e portas... de madeira clara... ficou muito bem... gostava de viver num andar mais baixo, mas só havia 6º andar com 4 quartos, estas foram as primeiras casas”.

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“A casa tem muita claridade, sol nos quartos, é importante... as divisões e tudo, o único problema é que não tenho dispensa, todos os que vinham ver, gostaram, quase todo o bairro vieram ver a casa. Todos querem ver a casa nova...” é muito gira”, diziam uns aos outros, depois todos queriam ver... quase todas as pessoas do bairro conhecem...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Tem, tem... tem 3 quartos, um para cada um, as condições não são más...”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Sim, estou muito satisfeita... é outra coisa. Temos melhores condições.”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Sim, temos quatro quartos, mas não me importava de ter mais um... para as visitas e família... mas tinha pedido uma casa para a minha filha que casou... assim tá a viver connosco... acho a cozinha pequena.. se estamos todos os seis na cozinha... já viu... não dá...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“... Falta comprar os candeeiros, um quadro para a sala... temos muitos quadros das divindades (mostraram todos os quadros que tinham, uns 8, com figuras dos Deuses. Tinham apenas um na parede da sala.), já tínhamos da barraca, lá tínhamos uma divisão pequena que era onde estava o nosso Mandir e todos estes quadros... sabemos que um dos espaços aqui em baixo destes prédios vai ser o Mandir... vamos doar estes quadros ao novo Mandir. Não precisamos de todos aqui...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“Sim, é melhor... é outra coisa...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“... tenho um quarto, uma casa de banho, uma dispensa, que é muito importante, a cozinha, a casa não tem roupeiro, eu mandei fazer um roupeiro...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“Gosto imenso da casa toda”.

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“... os meus familiares, ficaram muito contentes de vir para aqui... na barraca não iam visitar-me, aqui eles vêm... minha irmã vem visitar-me mais vezes agora que estou na casa nova...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“... só ter água quente... é diferente”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Acho que sim, temos 4 quartos, uma sala boa...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Muito satisfeita... é pertinho do meu trabalho, das compras... foi uma alegria... já viu se nos mandassem para Apelação, Mocho,... aqui é um ambiente que já conhecia...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Na cozinha passo a maior parte do tempo... gosto de estar em todas as divisões da casa, passo mais no quarto e na cozinha para fazer as refeições...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Tratei logo tudo depressa com a ânsia de vir logo para a casa nova.”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“No dia meus filhos andavam maluquinhos... na semana antes de virmos para casa andavam aéreos...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Tem um quarto para as minhas filhas e um para mim e meu marido...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“É muito mais confortável, tem mais espaço. Sinto-me muito feliz... mas nem dá para esquecer a minha barraquinha... está mesmo aqui em baixo...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“A barraca era muito grande... para arrumar tudo era preciso muitas horas. Aqui já é diferente...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

As janelas, um elemento de eventual transição para o exterior ou para os espaços públicos, acabam por assumir um papel activo, no entanto um dos entrevistados faz referência à janela que está na sala e de onde se pode ver o bairro onde estava anteriormente alojada. Delas se pode observar algum movimento, e pela própria altura a que as janelas se encontram, estas não permitem muito mais do que um controlo esporádico do que aí se passa e alguns fugazes cumprimentos de bons dias.

“Eles convivem mais na sala ou nos quartos, eu gostei muito da vista da casa, passo todo o tempo na janela a fofocar um pouco... Mal me levanto venho logo para a janela ver quem passa, ver o que se passa... daqui vê-se tudo... (da janela só se vê o bairro de barracas da Quinta da Vitória). Levanto-me as 7 h e venho para a janela e depois vou trabalhar.”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

“Na janela, adoro estar. às 7 h levanto-me e vou para a janela... fico calada... só vendo. Aqui vê-se muitas coisas, se mando minhas filhas buscar pão, daqui vejo para onde vão...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Quando questionamos sobre a necessidade de ter feito ou não adaptações na casa, a maioria dos agregados inquiridos responderam que não tiveram necessidade de fazer adaptações, no entanto verifica-se uma insatisfação relativamente à falta de infra-estruturas na casa, nomeadamente ao nível da cozinha, quando fazem referência à inexistência de estendais e, em alguns casos, de despensa. Seis dos entrevistados referem a necessidade de ter estendal. Apenas um inquirido salienta a falta de despensa.

“Sentimos muita falta dos estendais... somos quatro pessoas adultas... não há espaço suficiente na marquise para estender toda a roupa...”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“... devíamos ter estendais para a roupa...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“... Havia de ter mais armários, estendal da roupa também não tem... temos uma marquise muito pequena e é lá que temos que estender... a sala devia ser mais pequena e a cozinha maior.”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“ (...) devia haver estendal, só temos a marquise, não dá para nada... tive que pôr um fio na janela, sei que não é permitido...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“... a despensa é muito pequena... e temos sorte em ter porque sei que há casas que não têm...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“A cozinha devia ser um pouco maior... quando tenho visitas tenho que vir para a sala.”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“A cozinha gostava que fosse maior, a casa de banho também podia ser maior, a despensa também... mas dá para mim... os estendais também fazem muita falta, a marquise é pequena, se lavo um lençol ou dois já não dá para estender.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“Não temos estendais na marquise... Meto a roupa na janela e ponho uma coisa em cima para não cair.”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“Os quartos são pequenos e despensa não tenho... o problema é o inverno, estou desejosa que venha o inverno para ver as humidades...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

“Só não tenho despensa... a casa é boa...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

“As minha irmãs já vieram visitar-me. Gostaram, só que notaram que não tenho despensa.”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

“Na cozinha, se pudesse fazia da marquise uma despensa. Faz-me falta a despensa, não tenho onde pôr nada... o móvel da cozinha não presta, mas é melhor que nada e eu não tenho dinheiro para mudar... mas está bom, não vou dizer que gostei... se tiver possibilidade mais tarde mudo o móvel da cozinha.”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Salienta-se que três dos inquiridos manifestaram particular interesse em ter mais um quarto para acolher familiares. Duas famílias africanas revelaram a necessidade de ter mais uma divisão para receber família próxima, apenas uma família de origem portuguesa considera que não existe espaço suficiente na sua habitação, alegando da necessidade de ter mais um quarto para o seu agregado familiar.

“Um T2, considero só que um dos filhos já está numa idade que gostaria de ter um quarto só para ele... só não estou contente com as paredes que são de pladur...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“... pelo menos gostava de ter mais um quarto. Fui a Cabo Verde e gostava de trazer a minha família para passar férias. Família não é só pai e mãe, irmãos e filhos,... mulher, não tenho filhos, infelizmente...”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“Se vem mais era melhor... porque tenho um rapaz, só que não está cá, está em Cabo Verde, é o meu primeiro filho...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

A casa passa a ser o centro das despesas, ou seja, a casa obriga a um conjunto de despesas fixas que os entrevistados referem ser uma mudança e uma transformação relativamente aos modos de vida anteriores. As novas despesas com a casa representam um aumento do esforço económico, pessoal e familiar, com a renda da casa, a água e a electricidade são aquelas que apresentam maior variação relativamente às efectuadas nos anteriores alojamentos. Os encargos são um aspecto focado igualmente por todos. A mudança fez-se acompanhar de novas e/ou mais despesas e, por isso, todos a referem pela negativa.

“A única coisa é a renda elevada. Eu vou falar com a técnica.”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“ (...) a renda é muito alta, se fosse há dois anos não me importava... agora é muito, pago 24 contos, sem contar à água e luz... ainda tenho renda atrasada, tenho o papel na gaveta, ainda não paguei... o meu sistema nervoso é muito alto...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“... não sei qual é a renda, mas se for muito alta, vou montar outra barraca, a minha barraca tem de vir de volta.”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

A casa passa também a ser o centro da vivência quotidiana, está relacionada com a religião, na medida em que os inquiridos demonstram uma valorização, uma sensação de bem estar e gratidão, tendo presente o divino e, isto é notório nos três grupos étnicos existentes no bairro.

“... damos muito valor à religião... vamos aos eventos importantes e também temos muitas celebrações na casa, todos juntos...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“A sensação que tive é que estava num andar, numa casa nova. Agradei.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia branca, 47 anos)

“A primeira coisa que fiz foi acender uma vela, porque eu gostei... Agradei a Nossa Senhora. Fui rezar uma missa por ela, por me ter dado a minha casa... tudo o que encontro, acho que vem de Deus. Minhas filhas ficaram muito felizes com a casa.”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“... acredito em Nossa Senhora de Fátima, acendi uma vela, rezei muito a agradecer a casa, pelas duas casas de banho que sempre sonhei e uma sala grande...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

4.1.1. Sala de Estar

Em termos da apropriação do espaço doméstico é importante que apercebêrmos-nos também dos diferentes espaços no interior da habitação e das funções que lhes estão atribuídas.

Relativamente ao espaço da Sala de Estar, três dos entrevistados manifestaram que este compartimento da habitação destina-se para as refeições, salientando que a cozinha torna-se pequena para a refeição dados o número de elementos do agregado familiar.

A Sala aparece como o centro do alojamento, o espaço vital mais importante. Apresenta-se, na maior parte dos casos, como o local mais vivido e investido. Geralmente, a sala é o sítio mais sobrecarregado de mobiliário, objectos decorativos, quadros, fotografias, plantas, etc... a tendência é para encher o espaço, pois este é o cartão de visita para quem entra, é a divisão onde se registam geralmente os primeiros investimentos.

Em relação à casa, a sala é, por assim dizer, o espaço “mais público” e multifuncional da habitação: acumulando geralmente a função de sala de jantar, a sala é o local onde estão por exemplo, a televisão e o vídeo, onde a família costuma estar reunida e onde se recebem as visitas.

“É na sala, almoço aqui e janto aqui, pois a cozinha é pequena, não dá para almoçar, o espaço é muito pequeno, não cabemos todos, temos uma mesa pequena, somos uma família grande, tem que ser aqui...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Na sala, pequeno almoço... fazemos todas as refeições na sala. Na cozinha cozinhamos, lavamos loiça... tenho máquina de lavar roupa, frigorífico, e fogão, mesa e cadeiras estão na sala pois não cabem...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“ Como somos seis, não cabemos na cozinha... temos mesa pequena na cozinha, mas é muito pequena para todos”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

A divisão da habitação onde normalmente a família convive, recebe visitas e onde manifesta um particular interesse e gosto é na sala de estar, pois é o espaço maior para acolher as pessoas e, no caso das famílias hindus privilegiam o espaço da sala de estar para efectuarem as celebrações e eventos festivos próprios da sua cultura.

No que respeita ao convívio entre os vários elementos da família, verificou-se ser uma característica comum a todos os agregados familiares, o facto de este ter lugar na sala.

“A sala porque estamos todos juntos, para receber visitas é na sala que recebemos. Um dia fiz uma cerimónia, na cozinha não cabíamos todas para ajudar a cozinhar. Nas cerimónias costuma vir família para ajudar a cozinhar...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“A sala de estar porque acho que é a união de toda a família, o único onde toda a família, o momento onde todos se reúnem, no quarto não porque cada um vai para o seu, e ninguém se comunica. E para visitas, e onde temos a televisão.”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Normalmente é na sala de estar, onde todos se reúnem a conversar, para conviver, para qualquer evento, que haja, tipo noivado, casamento é sempre a sala. Há casos em que os homens ficam na sala e as senhoras na cozinha... assim separados uns dos outros...”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Aqui, é mais na sala, porque não nos vamos reunir nos quartos de cada um, não é?... a sala é grande, acolhedora... é para receber as visitas e familiares e também para fazer as cerimónias.”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“Eu, pessoalmente, acho que é a sala porque tem todos os meios, é a área mesmo para descansar, tem a televisão para relaxar, e em segundo lugar virá o meu quarto.”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Na sala, porque gosto mais... quando não estou a dormir, estou na sala”.

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“... quando vem alguém a casa passamos o tempo na sala.”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

A sala de estar está também associada à divisão para os momentos de descanso e é o espaço privilegiado para conversar.

“Quando vem gente cá em casa é aqui (na sala) que estamos, a ver televisão...”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“Às vezes aqui no sofá, um bocadinho descanso pois tenho cabeça cheia de problemas.”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“Sento-me aqui (na sala) com as minhas filhas e conversamos...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

Pela observação realizada, foi possível verificar que as famílias africanas, no que diz respeito à disposição da sala, é uniforme na maioria dos agregados, organizando a sala com sofás de um lado, móvel da sala do outro e uma mesa de apoio ao centro. De todas as casas que entrámos, apurámos que possuíam aparelhagem de som. A existência deste tipo de equipamento poderá ser explicada tendo em conta que uma das particularidades da cultura africana é o convívio entre familiares, amigos e parentes na sala, normalmente associada a músicas tradicionais.

Relativamente às famílias indianas, a existência de televisor e a incidência no canal indiano é visível, como uma necessidade de manter a tradição, a língua e as origens, factores predominantes nesta cultura.

4.1.2. Cozinha

Relativamente ao espaço da cozinha, quase todos os entrevistados manifestaram um descontentamento relativamente a esta divisão, alertando que o mesmo torna-se insuficiente e pequeno para toda a família.

“... a cozinha é pequena, não dá para almoçar, o espaço é muito pequeno, não cabemos todos, temos uma mesa pequena, somos uma família grande, tem que ser aqui (sala)...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“ Na cozinha cozinhamos, lavamos loiça... tenho máquina de lavar roupa, frigorífico, e fogão, mesa e cadeiras estão na sala pois não cabem...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Se vier a minha irmã e família não posso dar a comida na cozinha, pois o espaço é pequeno.”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“Na cozinha, a cozinha é bem pequenina, trabalharam mal na cozinha, na barraca a cozinha era grande... que remédio”.

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

“... na cozinha não há espaço, acho a cozinha pequena, não há espaço suficiente para uma mesa e estarem quatro pessoas lá dentro.”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Como somos seis, não cabemos na cozinha... temos mesa pequena na cozinha mas é muito pequena para todos...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

A cozinha é sobretudo destinada às refeições quotidianas e é onde as mulheres passam a maior parte do tempo.

“Passo mais tempo na cozinha a cozinhar todo o dia... e por isso gostava que fosse maior...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“Na cozinha passo a maior parte do tempo... gosto de estar em todas as divisões da casa, passo mais no quarto e na cozinha para fazer as refeições...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

Quando se fala na divisão da casa que a família gostasse que tivesse mais espaço, não temos dúvidas que todos são unânimes relativamente ao espaço da cozinha as famílias hindus gostariam que a cozinha fosse maior, porque é o espaço onde passam a maior parte do tempo, a cozinhar; como realizam muitas celebrações e rituais onde é necessário confeccionar alimentos, a cozinha é o espaço privilegiado para o efeito, contando com o apoio de familiares para os preparativos nos eventos. Verificou-se ainda que os agregados indianos também utilizam a cozinha para conviver.

“A cozinha é pequena, gostava que a cozinha fosse maior. Não tenho dispensa e as coisas que deviam estar na dispensa estão na cozinha. Gostava de ter mais um armário. Os alimentos estão na cozinha.”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Eu acho que a cozinha, gosto de estar na cozinha a cozinhar e devia ter mais espaço e porque podia-se comer mais à vontade e gosto muito de movimentar-me quando cozinho... cozinhamos comida inglesa, portuguesa e indiana... principalmente é indiana.”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Passo mais tempo na cozinha a cozinhar todo o dia... e por isso gostava que fosse maior...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“Talvez a cozinha... quando temos visitas, quando há casamentos, celebrações... quando vêm mais pessoas, para ajudarem a cozinhar já não dá... a marquise tem estendal, mas não dá para tudo... somos seis pessoas... é muita roupa... e é na marquise que nós temos o material da feira guardado... vendemos brinquedos, bijutarias,... e não dá...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

Quando se fala na divisão para as refeições, verificou-se que esta utilização não é particular em nenhuma família, pois quer para os africanos, quer para os brancos, quer para os indianos, utilizam tanto a sala como a cozinha para tomar as suas refeições.

Quatro entrevistados salientam que é na cozinha, pois sentem que o espaço é suficiente para o agregado familiar, referindo também que torna-se o espaço onde a família convive diariamente.

“Olhe, é mais na cozinha... ao jantar... cabemos todos os cinco na cozinha... É sempre na cozinha que tomamos as refeições... quando vem alguém a casa é na sala... normalmente é na cozinha (...) na cozinha, quando almoçamos ou jantamos.”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Nunca viria comer para a sala... temos espaço suficiente na cozinha, apesar de a cozinha ser muito estreita...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Costumo comer em vários lados, no restaurante, bem aqui em casa é na cozinha, sempre na cozinha... quando vem visitas venho para a mesa da sala.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“Na cozinha comemos, ajeitamo-nos lá...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

4.1.3. Quarto de dormir

Relativamente ao espaço privado que é o quarto de dormir, este está associado aos momentos de descanso da família, sobretudo dos filhos. é também o local onde têm a televisão e por vezes, o local de estudo e o espaço onde eles estão com os amigos.

Três dos entrevistados referem que o descanso é nos quartos fazendo referência à televisão.

“Descansa-se melhor nos quartos, né (...) tenho televisão no quarto e assim descanso também, pois...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“O quarto porque tenho lá a televisão, como não tenho sofás... só cadeiras... é o quarto e a cozinha.”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“Os quartos porque têm televisão nos quartos. Temos duas televisões, no meu quarto e das crianças...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Normalmente paro muito pouco em casa, mas é no quarto que descanso.”

(Entrev. 7, sexo masculino, etnia africana, motorista, 47 anos)

“Para descansar aqui no sofá, a ver televisão e a dormir nos quartos.”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“... mas quando dá para parar um bocadinho é aqui na sala a ver televisão ou então no quarto...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

Um dos entrevistados refere que os quartos não têm espaço suficiente, no entanto comparando com a habitação anterior, são maiores. E outro salienta que se encontra satisfeito com a divisão mencionada.

“Os quartos são assim para o pequenino... lá em baixo os quartos eram mais pequenos”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“... os quartos são bons e o resto também...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

4.1.4. Quarto de banho

Relativamente ao espaço mencionado, apenas dois dos entrevistados manifestaram que o espaço do quarto de banho é insuficiente para toda a família.

“Para quatro pessoas adultas, acho a casa de banho e cozinha pequena, devia haver mais espaço”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

Um dos entrevistados manifestou que a divisão que gostava que tivesse mais espaço é o quarto de banho, na medida em que tem um familiar que usa cadeira de rodas e o espaço é pequeno para o efeito.

“... a casa de banho podia ser um pouco maior... pelo menos uma por causa da cadeira de rodas da minha mãe... é muito apertado para a cadeira...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

4.1.5. Espaço e lugar destinado à oração/culto e a importância da religião

Os entrevistados revelam um sentimento e atitude religiosa na sua vida quotidiana. As famílias de origem hindu respeitam muito os seus rituais e eventos religiosos, sendo a religião o centro e o caminho para as suas vidas, daí verifica-se a importância e a fidelidade diária a que se submetem.

A questão religiosa é o traço unificador da identidade cultural da população hindu. O factor religioso manifesta-se de uma forma recorrente na vida quotidiana desta comunidade, tanto pela forma como cada família organiza os seus cultos religiosos diários, como pela distribuição do seu calendário/cosmogónico (os meses contam-se quinzenalmente, ou seja, de duas em duas fases da lua - da lua nova à lua cheia e da lua cheia à lua nova).

A religião dos agregados africanos e brancos diferem da religião dos agregados indianos. Na sua maioria, as famílias de origem africana e portuguesa são católicos.

Relativamente às famílias de origem portuguesa e africana têm uma religião católica, não praticantes mas sentem-se devotas e gratas a algo que os move. As famílias indianas têm religião hindu e praticam a religião todos os dias em casa. O local de culto privilegiado é a sala porque a casa não tem uma divisão própria para o oratório. O espaço doméstico hindu é o local principal de identidade pessoal e grupal, é onde se realizam a maior parte dos rituais religiosos. E, quando não é possível ter uma divisão só para o oratório, este é construído na sala de entrada e orientado preferencialmente para o sol nascente.

“(...) Fazemos muitas cerimónias, de falecimento, casamento,... da nova casa, o Arti de manhã, na sala onde tenho a igreja, mandir doméstico... este tinha na casa velha, estava assim, pus um papel bonito para forrar o mandir, sou eu que rezo, uma pessoa serve da família para fazer.”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Todos os dias, faço Arti de manhã em casa... depois quando há cerimónias vamos ao Mandir no bairro. de vez em quando vou também ao Mandir no Lumiar, para as grandes

festas, o Nortá, a festa dos nove dias... vou mais aqui no bairro, pois as passagens para toda a família fica caro... e aqui conhecemos todas as pessoas...

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Eu sou, sigo todos os eventos, o jejum, os eventos mais importantes... há coisas que eu não sigo à risca tradição... não importa a casta tem que se ser hindu...”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“... rezamos cada um com o Deus, todos os dias, logo de manhã. Toma-se banho e a seguir depois é aqui que rezamos (na sala onde está o Mandir doméstico), e depois faz-se o resto durante o dia... já estamos abençoados...”

Tivemos imensa gente a ver a nova casa... ainda vêem... teve muita família, pessoas do bairro...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“... damos muito valor à religião... vamos aos eventos importantes e também temos muitas celebrações na casa, todos juntos...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

Verifica-se que todos os entrevistados dão muita ênfase à religião, tendo um lugar primordial nas suas vidas e pode-se constatar na forma e na atitude face à nova casa.

As famílias hindus têm seus rituais próprios tendo uma variedade de divindades e ritos face à mudança para um novo espaço. Os rituais religiosos são ainda responsáveis por parte da organização do espaço da habitação, o altar doméstico ocupa um lugar privilegiado na sala (espaço de entrada da casa).

“Quando se vai para uma casa nova... eu não sei como explicar... faz-se o Avan... ainda não fizemos, põe-se uma coisa, que se põe em casa, não sei explicar, antes de se fazer o Avan. Temos que fazer o “Catá”, com o padre. Depois foi limpar e mudar a mobília de lá para cá. Ninguém ajudou a limpar, as pessoas conhecidas ajudaram nas mudanças... há pessoas que por opção quando têm uma casa nova convidam os familiares para jantar, almoçar, familiares vieram cá todos, mesmo pessoas do bairro, conhecidos vieram, convidamos toda a gente. Ainda não convidamos para virem jantar na casa nova, também não é urgente... é bom dar conhecimento da casa nova, mudança, não sei... temos o Hanuman na porta de entrada para dar sorte... significa vitalidade, força e virilidade... os homens rezam a este Deus, todos os sábados no Mandir vão rezar, deitam óleo sobre ele...”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Temos uma celebração que fazemos antes de entrar na nova casa... já fizemos o “Catá e Avan”. A primeira coisa que fizemos foi trazer uma imagem do Deus Ganeche... na religião Hindu, primeiro ele e a seguir o resto... e depois começamos a rezar e acendemos uma vela. O primeiro a entrar foi o Deus, é ele que entra primeiro na casa nova... para proteger... tá a ver?... para proteger primeiro entrar ele e instala-lo na nova casa. Depois fizemos o “Catá”, foi agora há pouco tempo, com Avan, o fogo... teve cá o nosso padre, o Brahaman...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

Relativamente às famílias de origem africana e portuguesa também se denota uma particular preocupação e devoção perante um novo quadro residencial, verificando-se um sentimento de alegria e gratidão.

“A primeira coisa que fiz... quando entrei, benzi-me a Deus, ajoelhei-me e pedi a Deus que me desse sorte... disse que era demais para mim...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“A primeira coisa que fizemos, pusemos o pé direito á frente e depois meu marido deu-me um beijo especial... e deu-me muitos beijos... e pedi a Nossa Senhora que nos desse muitos anos de vida e saúde para gozar a casa. Comecei a chorar de emoção e alegria... nesse dia fizemos a mudança, a minha mãe, um colega do meu marido e o meu irmão, eu e os meus filhos também acartamos as coisas com muita alegria... não queria acreditar... eu e minha mãe limpamos tudo à tarde enquanto o meu marido esteve na bicha para os contratos de água e luz. E nesse dia jantámos já na casa nova.”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“A sensação que tive é que estava num andar, numa casa nova. Agradei.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“A primeira coisa que fiz foi acender uma vela, porque eu gostei... Agradei a Nossa Senhora. Fui rezar uma missa por ela, por me ter dado a minha casa... tudo o que encontro, acho que vem de Deus. Minhas filhas ficaram muito felizes com a casa.”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“... acredito em Nossa Senhora de Fátima, acendi uma vela, rezei muito a agradecer a casa, pelas duas casas de banho que sempre sonhei e uma sala grande...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

4.2. Avaliação subjectiva do espaço semi-público: relações de vizinhança e redes de sociabilidade

Por sociabilidade, entendemos o conjunto de relações sociais estabelecidas e vividas pelos indivíduos, por meio das quais eles mantêm laços, quer de natureza pessoal, quer colectiva, com outros indivíduos. Nas redes de sociabilidade incluem-se as relações de vizinhança, de amizade e familiares.

A família e a vizinhança são os registos mais importantes de recrutamento de parceiros de socialização e amizades. O local de recrutamento das sociabilidades continua a ser o próprio bairro e neste, as relações de vizinhança, a par da família, continuam a figurar como a mais importante rede de sociabilidade dos nossos entrevistados.

Relativamente à satisfação dos agregados familiares face ao bairro, conclui-se que a maioria dos inquiridos estão satisfeitos com o local onde se localiza a habitação.

Esta satisfação é muitas vezes manifestada pelas referências familiares, três dos entrevistados salientam que residem próximo da família, estes residentes no Bairro Quinta da Vitória, confinante ao bairro social onde foram alojados.

“Não tenho ninguém da família nos prédios, a minha mãe ainda não sabemos quando vem... espero que estejamos todos juntos, estão ainda na barraca e os meus irmãos... está previsto virem para cá. A família do meu marido vive também no bairro.”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Sinto, tou perto da minha família que está lá em baixo...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“A residir no bairro tenho uma cunhada da parte do meu marido, sobrinhos, sobrinhas... tá cheio... aqui no bairro da Quinta da Vitória. Aqui eu não tenho muita família.”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“Tenho duas irmãs no prédio C 5, uma no 3º e outra no 5º andar... viviam no bairro, ao pé de mim... tenho também um irmão que está a viver na barraca da minha mãe, ali no bairro...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Tenho também família que vive em Chelas, nas Olaias.”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Familiares aqui, não. Tenho muita família mas é longe.”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Verifica-se que a maioria dos entrevistados afirma estar satisfeito com os actuais vizinhos, pois não têm razão de queixa, não têm problemas com os vizinhos, referindo a maioria que os actuais vizinhos são do seu conhecimento e confiança do alojamento anterior. Constatase que a relação dos diferentes grupos familiares com os vizinhos é boa. É de registar que nenhum agregado respondeu que tinha má relação com os vizinhos.

“Há 20 anos que estamos cá... sempre convivi e convivo... os vizinhos que estão no prédio são os mesmos...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Familiares, familiares, não. Só conhecidos, familiares chegados, chegados, não. Só conhecidos no bairro como fossemos família.”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Depois temos os conhecidos no bairro, chegados, não, já conhecemos há muito tempo”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Damo-nos bem... já nos conhecíamos de Diu... os que vêm de Diu conhecemo-los lá...”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Já conhecíamos lá de baixo... é, são bons...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“Sim temos a quem pedir ajuda... há muita gente conhecida lá em baixo... e também conhecemos as famílias que vivem aqui...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“Dou-me bem com toda a gente mas com os indianos super bem... os meus vizinhos que viviam ao meu lado lá em baixo são indianos, podia sempre contar com eles... ainda agora, quando deixo a roupa estendida eles dizem para não me preocupar... trabalho com raparigas africanas, ensino-as como lavar os braços, para não ficarem com cheiro activo

de baixo dos braços... elas aceitam muito bem... .as raparigas dos 18, 19 e 20 anos vêm ter comigo e pedem opinião sobre os desodorizantes a pôr, ensinei-lhes sobre os pensos, a passar a ferro, a rapar os cabelos... .com as jovens indianas não tenho este tipo de conversa, é mais como está e alguns dizem que saiu-me o totoloto sem jogar...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“... ensinei os meus vizinhos do andar de baixo, são de Cabo Verde, a utilizar os sacos para o lixo... é mais higiénico.”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“ Aqui no prédio só tenho duas famílias indianas, no 4º e 3º andar... já as conhecia do bairro, não tenho razões de queixa, têm as suas tradições, festas, não fazem muito barulho... chega aquela hora não fazem barulho nenhum...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Nunca tive nada com ninguém. Vivem neste prédio três famílias, duas portuguesas e um senhor de cor. Dou-me bem com a vizinha de baixo, desde que viemos para aqui já temos mais confiança... Convivo na mesma com os vizinhos da barraca, vou lá muitas vezes... dou-me muito bem com a mulher indiana, dou-me lindamente com ela... e com a D.ª (...), é uma senhora que tem 5 filhos é mulata... não sou racista.”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Os meus filhos é raro andarem na rua, mesmo na barraca . Eles lá em baixo tinham os filhos da Sra. (...) e a filha de uma senhora indiana... às vezes ainda vão brincar com os meninos do bairro. Sempre se deram bem, nunca tiveram problema nenhum com ninguém.”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Dou-me bem... já eram meus vizinhos lá em baixo e por isso dou-me bem com eles...”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“Para mim são todos iguais, os amigos são amigos, não há diferença... quando vivia na barraca, encontrava indianos e também nunca tive chatices. Não tenho queixas nenhuma de ninguém... dou-me bem com todos eles.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“A minha vizinha que estava junto à minha barraca, dávamos bem. Ela ficou no prédio ao lado.”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

De referir ainda que, em termos de manutenção das redes de vizinhança, surge como factor de satisfação a ajuda prestada pelos moradores, que se baseia na consistência de laços já antigos, bem como na reestruturação de novas relações sociais.

“Olhe, numa ocasião já pedi ajuda ao meu vizinho de cima para pôr a minha mãe na cadeira de rodas, ela caiu e eu estava sozinha e não consegui levantá-la, e meu vizinho indiano do 3º andar veio logo ajudar... não tenho razão de queixa... e também já levou algumas vezes o meu filho ao hospital... isso quando estávamos na barraca.”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“... mesmo o Sr (...), que é um senhor africano está sempre a oferecer o carro ao meu marido se for necessário...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Qualquer um dos vizinhos, penso que posso recorrer... eles pensam a mesma coisa... e continuamos a ser vizinhos... já o éramos nas barracas e continuamos a ser.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“Sei que posso pedir ajuda quando precisar...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

Cerca de três indivíduos possuem uma satisfação intermédia, ou seja, assumem naturalmente uma atitude de distância e de relação cordial face à vizinhança.

“Não me meto muito das coisas dos outros, quero é saber da minha vida e chega... não gosto de me meter na vida de ninguém.”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Só bom dia e boa tarde e chega...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

“Sim, no bairro não tenho relação chegada com ninguém... a minha mãe tem, conhece as senhoras, conversa e tudo, frequenta os eventos no mandir... agora eu... não tenho mesmo.”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

Salienta-se que a quase totalidade dos inquiridos referem manter relações de amizade com os vizinhos, verifica-se que o fazem em relação aos vizinhos que já tinham anteriormente, contudo esta continuação relacional tem como principal cenário o interior da habitação.

“(...) não tenho familiares no bairro, mas tenho amigos e pessoas conhecidas de há muito tempo... .”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“As minhas amigas estão aqui no bairro, sou amiga de toda a gente... .quando precisam de mim vêm ter aqui... Tenho uma grande amiga aqui no bairro [Quinta da Vitória], é a D^a (...), ela tem 80 anos, é de Moçambique. Todos os dias passo lá... ainda hoje lá estive... fui levar pão... é muito boa senhora. Ela também está para vir para aqui, para o bairro novo... era bom que ficasse perto de mim...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“Se quer que lhe diga, tenho só duas amigas do bairro... ainda estão no bairro... são portuguesas lá de cima, do norte...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Amigas, amigas, não, só conhecidos... os meus amigos vivem mais ao pé da minha mãe, em Moscovide, são amigas de solteira, vêm cá muitas vezes, aqui há outras condições, na barraca não vinham tanto... ou vou lá a casa delas...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Aqui no bairro, não tenho ninguém de família. Cá no bairro tenho muitos amigos.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“... aqui vivi no bairro 16 anos e nunca tive problemas com ninguém. Nunca vi coisas muito graves neste bairro.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“... Tenho algumas pessoas amigas... á minha casa ainda não vieram... já lá fui várias vezes e aqui ainda não... já deixei de lá ir. Algumas amigas também não conheciam a minha barraca e por isso quando mudei ainda não disse nada. Amiga assim para trazer para minha casa, não. Tenho uma amiga, acho que são todas minhas amigas, mas dentro do trabalho... aqui no bairro somos todas amigas, mas sinto que mudou, pessoas que iam à minha barraca agora não vêm aqui... eu não mudei nadinha... sou a mesma pessoa. Tenho uma amiga de Cabo Verde, essa sim, já cá veio. Tive 3 meses de baixa e sempre olhou por mim. Essa é uma irmã que tenho”.

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“Com essa aqui ao lado dou-me melhor é também de Cabo Verde, tomava conta do bebé dela...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

Os encontros entre vizinhos são tendencialmente ocasionais e têm lugar em espaços públicos – rua – ou em espaços semi públicos – escada ou entrada do prédio.

Referem dois entrevistados de famílias africanas que se relacionam com os vizinhos no espaço da rua.

“(...) às vezes encontramos-nos na porta de entrada do prédio e conversamos.”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“Ai, na rua ou quando encontro alguns nas compras.”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Em cinco casos, as relações de vizinhança surgem vocacionadas para o convívio, admitindo serem convidadas pelas vizinhas para ir à sua casa, convite esse que é por si retribuído. Relativamente às famílias de origem hindu, as relações de vizinhança estão muito ligadas às relações familiares existentes e à existência de festividades em que estas se tornam ponto de encontro entre as mesmas.

Existe no interior do Bairro Quinta da Vitória, numa barraca exteriormente semelhante às outras em termos de dimensão, um Templo religioso ao qual se dá pelo nome de Mandir Jay Ambema. Este é o local mais referenciado pela população hindu, pois exerce uma função agregadora da identidade cultural (ver anexo foto).

Está previsto haver um espaço para o Mandir no Bairro Social na Av. Alfredo Bensaúde.

“Sim, nas festividades, por causalidade, quando calha... é raro sair de casa também... não gosto muito... no bairro lá em baixo via mais pessoas...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Em casa, veiem visitar-me. Nas festas, no mandir costumo encontrar gente conhecida, amigos... em casa de minha mãe, na barraca também encontra-se muitos conhecidos... em casa de minha mãe vai muita gente pois ela é dona do mandir...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“... na barraca há pessoas que têm o ritmo de irem a casa das outras pessoas, sentarem, conversar...”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Costumo encontrar-me no Mandir, nas festividades... vou de vez em quando a casa deles. Já vieram também a nossa casa.”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“(...) costumamo-nos encontrar na rua, no super mercado, vêem também a minha casa visitar a minha mãe e a mim... é conforme...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“De vez em quando vou ter com eles ao bairro. Quando não estou em casa, gosto pouco de parar em casa, vou ali falar com meus amigos, jogamos cartinhas, meto-me nas tascas, bebemos uns copos,... vou lá muitas vezes por causa dos meus amigos, para conviver... daqui a pouco vou ter com eles, eles também já vieram ver a minha casa, gostaram...”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

Relativamente ao grau de satisfação com os actuais vizinhos, permite-nos verificar que a maioria dos entrevistados afirma estar satisfeito, no entanto assumem espontaneamente o seu descontentamento face à vizinhança, elaborando comentários negativos. Verifica-se uma relação conflituosa com um grupo de africanos existentes no Bairro Quinta da Vitória, que criam mau ambiente, associado à conflitualidade, à violência e criando sentimentos de insegurança.

Verifica-se que todos as famílias dos diferentes grupos étnicos, são unânimes em relação ao grupo africano que causa distúrbios sociais e materiais.

Vejamos estes posicionamentos:

“Os africanos. Nunca ouvi falar de indianos entrarem em conflito. Assaltos eu já ouvi com africanos... nunca vi... mas ouvi falar... já atiraram pedras muitas vezes para minha barraca, os vizinhos portugueses também... são crianças dos seus 10 e 12 anos, ralhava com eles e não queriam saber, depois às vezes falava com os pais e eles zangavam com os filhos, mas voltavam a fazer o mesmo...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Há sempre esse medo... pois andam por aí em grupos grandes e vêem pessoas sozinhas e atacam... tenho conhecimento e eles moram por aqui... ali onde estão mais os S. Tomenses.. .indianos, que eu tenha conhecimento, nunca vi ou ouvi... nem portugueses... mais, mais são africanos.”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Ouvimos falar lá em baixo de crianças com a idade de (...) (filho mais novo) com 14 e 15 anos que fazem muitos conflitos. Os africanos lá em baixo (apontam pela janela a zona onde vivem estas crianças, zona onde se concentra mais famílias S.Tomenses), é perigoso... Quando foi a nossa mudança, imagine... deixamos algumas coisas porque fomos trazendo aos poucos... deram-nos muito pouco tempo... e tínhamos tudo fechado com cadeado e tudo, e roubaram-nos... entraram pela janela e roubaram brinquedos, coisas da feira... a gente não viu, mas quem viu disse que eram rapazes negros... e quem entrou na janela era uma criança de dois anos...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“ Onde há mais conflitos é com os africanos, S.Tomístas, fazem músicas todas as 6.as feiras à noite, às vezes vem a polícia... os rapazes de 12 e 13 anos, quase todos africanos, nascidos aqui, roubam, juntam-se aos 6 e 8 e roubam as pessoas, até roubam cães, uns puxam outros... vivem no bairro”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“Que eu saiba, não... no princípio quando viemos para cá, as crianças negras, normalmente eram negros, enfiavam-se na cave, não sei como entravam e como na cave existe elevador... eles enfiavam-se nos elevadores e estragavam as coisas... por vezes viam-se alguns brancos... agora vedaram isto a separar os dois bairros, acho que está um pouco melhor.”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“... temos receio que venham pessoas que não conhecemos... ainda falta vir pessoas para o prédio... desejo que sejam pessoas conhecidas... prefiro que venham pessoas do bairro... porque já temos mais confiança.”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“... O prédio está sem segurança nenhuma, ainda no outro dia, o meu marido ia a entrar no prédio e sai do prédio três matulões de cor... eles dão cabo de tudo... metem-se aqui os rapazes de cor, uns vivem aqui no bairro da Vitória...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Ainda há dias estava um grupo ali atrás do prédio estavam a fazer distúrbios... e barulho, tentei falar com um que conheço os pais. Os pretinhos e branquinhos com os seus 16 e 17 anos... eles não têm noção do que estão a fazer... são crianças... .uma vez agrediram uma indiana que ia a passar na rua e a polícia apareceu...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“... são mais negros... não posso dizer que não... é, às vezes dói dizer essas coisas... são da minha raça... mas é a verdade...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“ (...) sei que existe alguns conflitos aqui no bairro, sabe como é... todas as crianças na fase dos 15 e 19 anos são complicadas, se calhar estão com raiva que uns vieram e outros ficaram na barraca. É mais de pessoas brancas que depois juntam-se com os pretos e como os pretos não mostram medo, são esses que ficam com a fama. Os indianos andam muito entre eles. Fazem a arte deles... acho muito bem...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Quando questionamos sobre o que mais incomoda relativamente às pessoas residentes ou a residir no novo bairro, verifica-se que dois dos inquiridos assumem naturalmente que é a presença dos ciganos que lhes causa mais insegurança.

“... só não quero é que ponham ciganos aqui no prédio... de resto sempre me dei com toda a gente no bairro.”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Talvez os ciganos. Disseram que vêm para aqui... bem, todos são iguais, os brancos também roubam, os negros também roubam... desde que não trazem coisas más...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Quatro dos entrevistados salientam os laços fortes estabelecidos pelas famílias de origem hindu, estes relacionados com a vertente religiosa, tratando-se de uma comunidade fechada, coesa; a existência de solidariedade e entreaajuda é patente neste grupo étnico.

“... existe muitas festas dos indianos, mas nunca fui convidada...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“... os indianos têm muitas festividades, acho a comunidade um bocadinho fechada.”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“... os indianos vivem bem, têm a sua comunidade que ajuda, encontramos-os sempre junto a conviver e sempre que precisam de alguma coisa contam uns com os outros... ..”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“Vejo que os indianos têm as suas festas e coisas, andam muito juntos... mas nunca fui a nenhuma coisa deles.”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

“Os indianos andam muito entre eles. Fazem a arte deles... acho muito bem...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

4.3. Avaliação subjectiva do espaço público: o Bairro

Quando se fala do espaço público, que é comum a todos os moradores, onde se entrecruzam pessoas com formas de estar e culturas diferenciadas, é inevitável não se falar do espaço Rua. É o espaço privilegiado para o encontro e para o convívio. A satisfação com a rua (também ela bastante positiva) tem sobretudo a ver com a sua localização no contexto do bairro. A rua ganha validade positiva porque se encontra dentro de algo com o qual se tem bastante afinidade de origem e pertença, este acaba por proporcionar aqui uma continuidade que a população deseja preservar. O facto do anterior alojamento ter dimensões mais reduzidas e dar directamente para o exterior, implicava que a rua se transformasse no seu prolongamento, possibilitando uma abertura da vida doméstica à vida comunitária.

Quatro dos entrevistados fazem referência ao espaço da rua como espaço de encontro.

Verifica-se que no caso das famílias indianas de religião hindu, o momento de encontro, para além da rua, é também nas festividades no “*Mandir*”, existente no Bairro Quinta da Vitória, local de culto das famílias hindus. Enquanto espaço sagrado, os elementos desta comunidade deslocam-se ao Templo para fazer as suas orações diárias (de manhã e ao fim do dia), embora algumas pessoas o façam nas suas casas, onde têm um pequeno mandir.

Para além disso, o calendário religioso é tão rico em festividades e cerimónias em homenagem aos seus deuses, as quais são realizadas naquele espaço sagrado; é também aí que os elementos da comunidade se juntam e tomam as refeições cerimoniais.

Relativamente à satisfação dos agregados familiares face ao bairro, conclui-se que a maioria dos inquiridos estão satisfeitos com o local onde se localiza a habitação.

“Na rua, nas festividades, no Mandir encontro as pessoas que conheço e dou-me bem...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“A minha mãe encontra-se com as outras senhoras no Mandir, nos eventos no Mandir...”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Encontramo-nos na rua, nas festas, também vêm nos visitar e nós a eles... convivemos nestas coisas, pois trabalhamos, não temos tempo...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“E também aí encontro as pessoas que conheço, quando passo no bairro, na rua encontro sempre gente conhecida...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“No bairro, nas tascas encontramo-nos para jogar e conversar. E na rua também.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

Verifica-se que os entrevistados nutrem uma simpatia muito grande pelo bairro onde residem, dado que, geograficamente este se encontra junto ao de origem e por este motivo as rotinas quotidianas se mantêm. Para além do espaço ser quase o mesmo, as ligações e relações que tinham permanecem, os vizinhos e as pessoas são conhecidas e por isso constata-se uma satisfação muito positiva relativamente ao Bairro.

“Os meus filhos brincam com a família, os primos que estão em casa da minha mãe, na barraca. Na escola com os colegas... não gosto, sempre estou com eles, depois podem arranjar problemas com outros... só entre família... na escola podem brincar... em casa não gosto que fiquem sozinhos.”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Estou muito satisfeita, estou junto ao bairro onde vivia, onde tenho as pessoas que conheço... daqui de cima vejo o que está em cima dos telhados... é pena ainda existir muitas barracas aqui... apesar de tudo estou muito contente... estou aqui...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“Só pelo facto de estar no mesmo sitio... é muito bom...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Viemos para o bairro há cerca de 13 anos. Andamos à procura de uma barraca porque não tínhamos dinheiro para pagar renda... e depois deram-nos esta barraca.”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Estou satisfeita por ficar no mesmo sitio que estamos habituados, perto das escolas dos empregos, das coisas que conhecemos, as pessoas também são conhecidas... já estamos habituados...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Sim, sinto-me satisfeito como tenho aqui os amigos a pessoa é conhecida. Por exemplo, hoje fui almoçar ali num restaurante na Encarnação de pessoas conhecidas, eu não paguei, porque não dava jeito, fiquei de pagar depois... já viu, isto acontece porque já vivo aqui há muito tempo, conhecemos as pessoas e elas conhecem-nos... se não, não podia ser assim .”

(Entrev. 7, sexo masculino, Motorista, etnia africana, 47 anos)

“Muito... isso sim, as escolas é aqui perto, tenho três crianças, assim não é preciso passe... quando estava na barraca recebi muito pó, barulho,... eu só dizia que tinham-me que dar uma casa aqui... se não, não podia ser, ia fazer barulho...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

“Sim, e o bairro está chique...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Dois dos entrevistados manifestam o seu desagrado relativamente ao desrespeito pelas normas estabelecidas e normas de higiene levando estas a criticar os seus vizinhos residentes no novo bairro, inclusive um dos inquiridos revela a importância de acções de sensibilização que deveriam ser efectuadas aquando da preparação do realojamento.

“... só há uma coisa, as pessoas que estendem a roupa deviam levar multa, fica feio, sou contra isso. estendal na rua, nas janelas fica feio, não autorizo. Quando venho para casa só vejo em todos os prédios montes de cores... parece o mercado, a feira da ladra. Quando vejo roupa fico nervosa com a situação, já viu... é cuecas, é soutiens de todas as cores e tamanhos... sou contra. Se meteram marquise é para isso, na barraca não tinham marquise,

nem sabem o que isso é... os indianos ainda para ajudar põem uma vassoura a segurar o fio e se aquilo cai na cabeça de alguém?”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

“ Gosto muito de estar aqui... tenho as minhas coisas. Dá-me raiva é ter as escadas, o elevador por lavar... sou sempre eu, e a gente irrita-se... sou sempre eu a lavar. As pessoas não estão habituadas na barraca a limpar... aqui no prédio só há famílias africanas, eu limpo... . as crianças jogam à bola e brincam e eu aborreço-me e ainda por cima os pais também não se preocupam... devia haver umas acções de como se deve tratar a casa e limpar, para as pessoas valorizarem e estimarem mais...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

Quando se fala do bairro é inevitável não falar do Bairro Quinta da Vitória. É de salientar que quase todos os entrevistados têm sempre como referência o bairro de origem e a necessidade de voltar ao espaço que deixaram. Pode-se verificar que seis dos inquiridos continuam a fazer as suas compras nas mercearias existentes no Bairro de origem, inclusive fazendo ênfase às mercearias pertencentes aos indianos. Um dos entrevistados fala da existência de uma relação de confiança e, por este motivo permanecem fiéis a uma tradição que mantinham aquando residentes nas barracas (ver anexo V).

“Nas barracas está-se mais em contacto, mais facilmente com os outros, mas como somos vizinhos vamos muitas vezes lá em baixo, as crianças vão muitas vezes ao bairro, pois têm família, primos, o mandir para festejar os dias importantes, têm a escola perto de casa, isso também é importante...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“... a minha mãe as coisas mais pequenas do dia a dia, fruta, legumes, açafraão, piri-piri, coentros moídos,... vai comprar aqui ao bairro da Quinta da Vitória... pois é mais barato e conhecemos... são pessoas indianas... todos os dias de manhã vem a carrinha do peixe ao bairro... vou lá sempre todos os dias... são africanos que vendem...”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Vou mais eu às compras, mas meu marido ajuda também (...) às vezes nas compras de mercearia, hortaliças ou quando falta coisa de repente vou buscar lá em baixo, vou ao bairro, nas mercearias dos indianos... tem lá especiarias, coisas nossas... e penso que é mais em conta...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“... às vezes costumo ir comprar lá, vendem mandioca, ervilha fresca, coisas africanas... faz falta aos africanos”.

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

“... eu costumo ir, tenho aqui as mercearias dos indianos que vendem legumes, hortaliças, especiarias,... tivemos sorte porque ficamos aqui... tudo fica igual, a escola perto, as pessoas que conhecemos... .”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“... e costumo ir fazer compras, comprar legumes frescos, fruta,... aos indianos, na mercearia ali no bairro... penso que é mais barato e de confiança...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“... tenho uma loja no bairro onde faço as minhas compras e pago no fim do mês, é na Bina e no Sr. Paulo, eles são indianos.”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

No que concerne á existência de carências no novo bairro habitado pelos nossos entrevistados, todos estão em conformidade relativamente às necessidades primordiais que são um supermercado, dado que na urbanização existe apenas um centro comercial que está um pouco afastado da zona de residência. Alertam também para a necessidade de espaços verdes e espaços para as crianças brincarem e ainda para a existência de um centro de saúde. Um dos entrevistados refere a necessidade de um lar ou centro de dia, atendendo que tem a mãe idosa quase acamada.

“Gostava que houvesse um super mercado aqui, pois temos que ir ao centro comercial, lá em baixo...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Acho que vão fazer aqui um jardim... bem que podiam fazer uns baloiços para eles... acho que devia haver no novo bairro os bens essenciais, um talho, um supermercado, um café, mercearia, peixaria,... acho que vão abrir um café...”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Faz falta no bairro um supermercado, uma mercearia, géneros alimentares... de primeira necessidade...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“Acho que devia haver um supermercado, talho,... coisas que faltam falta... um centro de saúde, polícia,...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 64 anos)

“Tenho indicação que vão abrir um Centro de Dia... era muito bom para a minha mãe... há vários espaços no fim dos prédios... penso que é para espaços comerciais... devia haver um mercado... e também espaços para as crianças brincarem... pois assim não se enfiavam nos prédios a brincarem com os elevadores...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Gostava que o bairro novo tivesse um Super mercado, um café, uma padaria, para ir ao pão ir ao centro comercial ainda é um bocadinho... um espaço verde para os miúdos brincarem... relativamente ao policiamento todos os dias vejo polícia no bairro... ou à frente do prédio ou atrás... está sempre.

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Devia haver mais espaço verde, café...”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“Um super mercado, ficava mais perto, temos o LIDL, mas pronto; uma esquadra, um posto médico, não era nada mau para uma urgência...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“Devia haver aqui um talho, com bons preços; uma farmácia, não chega, pode ser duas; um cabeleireiro; super mercado,... peixaria, faz falta; padaria, para se ir buscar pão quente a toda a hora; polícia; um ginásio faz falta para nós, um sitio para as crianças passarem os tempos livres; um jardim; um infantário para receber bebés, um pronto a vestir,...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Verifica-se, segundo os entrevistados, que o bairro social não é dotado de infra-estruturas suficientes e capazes de garantir o mínimo de qualidade de vida social, pois não basta alojar, é necessário criar um ambiente no qual as populações possam organizar o seu habitat.

Relativamente aos transportes que servem o novo bairro social onde as famílias foram realojadas, são os mesmos que servem o bairro de origem. Seis dos entrevistados

manifestaram uma satisfação positiva. Constata-se que os transportes existentes satisfazem as suas necessidades.

“Os transportes mantêm, tenho o 31, 22, 83 e 45... estou satisfeita.”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“Acho que bastam, até passa camioneta urbana.”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“... o bairro está muito bem servido de transportes.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

Três dos entrevistados alertaram para a necessidade da existência do metropolitano.

“ Devia vir até aqui o metro, é mais rápido, de resto estamos bem...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“... não era má ideia se pudesse o metro chegar aqui...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Está-se muito bem... eu nem preciso de andar de autocarro e as crianças também... mas penso que está bem servido, talvez devia haver metro.”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

4.4. Atitudes face ao alojamento anterior (barraca)

No que respeita às atitudes face ao alojamento actual, os entrevistados avaliam de uma forma positiva, dando ênfase à melhoria das condições de salubridade, higiene e segurança. Salientam a visível melhoria da qualidade de vida através do bem-estar e conforto que a nova habitação proporciona.

Podemos concluir que os agregados familiares reconhecem que a sua habitação tem condições de higiene e conforto, que é um dos objectivos da política social, como refere a socióloga Maria João Freitas (1994:26), *“o alojamento é uma necessidade básica no desenvolvimento das populações sendo hoje universalmente aceite e reconhecido o direito*

à habitação, com padrões mínimos adoptar para que o homem aí possa encontrar a protecção indispensável contra os elementos adversos da natureza, assim como condições de higiene e conforto mínimas no enquadramento social tanto quanto possível perfeito.”

“Aqui sempre é melhor, sentimos menos bicharada, ratos... estamos livres dessas coisas todas... é sempre diferente... água, luz... sempre é diferente... faltava na barraca, vivemos muito tempo sem luz, a água tínhamos que ir buscar no chafariz. Enchíamos tambores de água para utilizar todo o dia, pois com crianças, utilizam muito... comida, roupas, e tudo...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“As condições, temos luz, água, espaço, a temperatura também é diferente... a barraca era de madeira já a cair de poder...”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Muita diferença, não tenho dúvida... a qualidade de vida é melhor. Na barraca era tudo muito apertado, as humidades... aqui temos água, luz e gás... lá não, não é?... bem, luz tivemos lá três anos. A sala era muito pequenina... Agora meus filhos têm um quarto só para eles...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“Totalmente diferente... não mudou para melhor e não mudou para melhor... em questão de saúde sinto-me pior, desde que vim para a nova casa sinto-me mal... excesso de trabalho, nervos, é minha mãe na cadeira de rodas... ela estava recenseada noutra barraca nessa altura teve uma queda e ficou mobilizada, e depois achamos que devia viver com uma das filhas... a minha irmã também está realojada, no prédio ao lado, falamos e decidimos da minha mãe vir para aqui... para cuidar dela. Isto é tudo nervos, ela não está paralisada, mas é os nervos que não a fazem andar... isto para mim também me põe nervosa. Tenho problemas de coração.”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“... tem outro aspecto que na barraca não tinha...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Totalmente diferente... o bem estar, o conforto, a limpeza... eu lá na barraca, fartava-me de limpar, nunca estava limpo... gosto de ter tudo arrumado e limpinho... aqui consegue-se

mais... não tem comparação. Era tudo muito apertadinho, só tinha a sala, onde dormiam as crianças, um quarto, casa de banho com água e tudo, tinha máquina de lavar...

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“É bem diferente... é melhor.

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“É muito mais confortável, tem mais espaço. Sinto-me muito feliz...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“... eu gostei... gostei da casa, vim da mesma zona, isso eu adorei mais. Dos vizinhos... eles não gostam de mim... as minhas vizinhas de lá de baixo (bairro das barracas), estou aqui há 12 anos, nunca converso com os vizinhos... é só boa tarde... assim não posso sentir saudades... não sinto saudades deles, nada...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

“A barraca era muito grande... para arrumar tudo era preciso muitas horas. Aqui já é diferente...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Apesar da satisfação positiva relativamente à nova habitação, todos os entrevistados são unânimes no que concerne às despesas e responsabilidades acrescidas aquando da mudança para um novo quadro residencial. Os entrevistados quando falam das despesas sentem um certo desconsolo e um fardo acrescido de responsabilidade.

“(...) agora tenho que pagar renda, luz e água, contratos de luz, água e gás...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“ Sentimos diferença nas despesas e mais responsabilidades com aqueles que vivem no prédio, responsabilidades de relacionamento uns com os outros... ali em baixo as pessoas tinham a sua barraca... toda a documentação teve que ser mudada... porque agora pertencemos a um outro Concelho”.

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“... tenho a água, luz, renda passe, remédios, tudo é dinheiro... lá em baixo pagava a luz de resto não...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“... aqui é outra coisa mas também são outras despesas... água, luz, renda,... só com o ordenado do meu marido, acho muito puxado a renda, é quase 12 contos, não tenho ajuda de ninguém... para as nossas despesas faz-nos muita falta...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“... quando estava na barraca tínhamos menos despesas”.

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“... a renda é muito alta, se fosse há dois anos atrás não importava... agora é muito, pago 24 contos, sem contar água e luz... ainda tenho renda atrasada, tenho o papel na gaveta, ainda não paguei... o meu sistema nervoso é muito alto...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“... aqui tenho que pagar água e luz... já tenho recibos atrasados de água e luz, a renda... ainda não me disseram nada, tenho medo, podem mandar depois uns 20 contos para pagar e isso não posso. Dos vizinhos... eles não gostam de mim... as minhas vizinhas de lá de baixo (bairro das barracas), estou aqui há 12 anos, nunca converso com os vizinhos... é só boa tarde... assim não posso sentir saudades... não sinto saudades deles, nada...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Apesar de tudo, a ideia de ter uma casa, com as condições indispensáveis é o mais importante e sobrepõe-se a este discurso sobre as despesas. Dois dos inquiridos referem que é um Bem terem as condições que outrora não tinham e, por esse motivo sentem-se na responsabilidade de pagar:

“(...) pagar renda, luz e água... isso não interessa... qualquer coisa tem o seu custo”.

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“Aqui a pessoa tem que pagar, gastou tem que pagar... luz, água, concordo perfeitamente. Gasta, paga.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

Relativamente ao posicionamento face ao alojamento anterior, verifica-se que todos os entrevistados sentem uma nostalgia, um saudosismo, uma necessidade de voltar ao espaço enquanto ele permanece no terreno. Este sentimento deriva da ligação afectiva e efectiva àquele espaço e a tudo o que se relaciona, desde as redes de sociabilidade e vizinhança estreitas, a uma nostalgia do passado, das origens e a tudo o que aquele local proporcionou.

As sociabilidades são, tendencialmente, recordadas com saudade e fica-se com a ideia, nalguns casos, que ter-se-á perdido, sobretudo, o ambiente familiar que dantes se vivia e o sentimento de segurança que este transmitia e que agora se terá mudado. Cinco dos entrevistados têm como referência quando se fala na barraca, o quintal, local de encontro e convívio para alguns.

“Sinto saudades da casa... porque lá podíamos fazer barulho, abria-se a porta, estava-se na rua... era tipo uma vivenda... para mim tinha significado especial... muitos anos a viver lá...”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“... nós lá em baixo tínhamos vizinhos... encontramos-nos na rua, no Mandir... íamos a casa uns dos outros... agora cada um mete-se na sua casa e não nos vemos tanto...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“A barraca era um pré fabricado, era muito confortável, forrada, tinha tudo, casa de banho, só não tinha esquentador porque a pressão da água era pouca e não chegava lá... lá podia pôr os cobertores ao sol a estender... . aqui temos elevador... mas quando se estraga, já vii, tenho que vir para o 6º andar... sou hiper tensa e custa-me subir as escadas quando avaria...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“A barraca ainda não foi ao chão e por isso continuo a ir lá, vou lavar roupa ao tanque, enxuga e estendo lá... pois aqui só temos a marquise que é pequena para os lençóis e cobertores... .ainda há bocadinho fui apanhá-la... a toda a hora estou em contacto com os vizinhos e estão sempre a perguntar se gosto ou não e também lamentam por não estarem e ainda não serem realojados...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“Na barraca com meus vizinhos indianos conversávamos, porque eles também estendiam a roupa no meu quintal. Na barraca tinha esses indianos, meus vizinhos... de vez em quando perguntavam se precisava de alguma coisa... .o prédio está muito só, não tenho ninguém, a família africana que conheço melhor, ela é bêbada.”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“Tenho mais medo de sair daqui de manhã do que quando estava na barraca... .porque aqui não vejo muita gente a trabalhar... na barraca saíamos todas juntas para apanhar o

autocarro, pelas 5h20m, mulheres indianas e africanas, tinha companhia para ir para o autocarro... aqui a essa hora não se vê ninguém... mas vou com Deus...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“ Não sinto saudades nenhuma... o meu filho sente porque tinha um quintal e como ele não se relaciona com ninguém, entretinha-se no seu quintal...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Na barraca tinha um quintal e era onde estendia a roupa... até meus vizinhos iam lá estender. Tenho saudades da minha barraca, mete pena ver aquilo no chão. Os meus filhos nasceram lá, tenho recordações boas e más. Deu-me um ataque de choro quando partiram a barraca, evito lá passar, quando vou no carro, nunca olho para lá... tenho saudades do meu quintal, fazia lá assados, grelhados e festas,... dançávamos,... coisas que aqui não se pode fazer, temos mais cuidado para não sujar o chão. Quando as crianças eram pequenas púnhamos uma piscina no meu do quintal e iam lá outras crianças para a piscina... que saudades... e em relação ao convívio é muito diferente... sinto-me mais fechada, apesar de que na barraca era raro andar na rua, passava muito no meu quintal.”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“A barraca... gostava muito de viver na barraca. No prédio é melhor... tem aquela coisa... é muito diferente. Está-se mais privado, fechado... se fosse lá em baixo já estava na rua, era abrir a porta e estava na rua, tenho sempre saudades... tenho lá meus amigos.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“Muita. Gostava muito da minha barraca, a minha barraca salvou-me a vida (...)... era uma casinha toda preta, trouxe as minhas coisas e arranjei. Era só um espaço, era tudo, cozinha, casa de banho e tudo... de resto era horta, tinha as couves, até dava às minhas vizinhas as couves. As minhas filhas vieram há 4 anos, elas quando viram choraram muito e queriam ir embora para Cabo Verde (...) mas nem dá para esquecer a minha barraquinha... está mesmo aqui em baixo...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“... mas também fiquei agarrada na minha barraca. Ia lá todos os dias, entrava e sentava... sentava lá com minhas filhas... deram 8 dias para tirar as coisas... enquanto a barraca não ia ao chão, íamos lá ver a minha casinha.”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“ (...) se quer mesmo saber, tenho saudades da minha barraquinha, tinha um espaço grande, era de tijolo, agora vieram-me dar isto... (toca na parede), isto está mal, ainda pode cair a parede... uma vizinha estava a pôr um varão para os cortinados e caiu... as crianças lá em baixo ficavam á vontade para brincar, aqui elas não podem brincar e fazer barulho, a vizinha pode ralhar... tenho é saudades da minha parede, da minha barraca, tinha uma sala enorme e um quintal”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Verifica-se que seis dos entrevistados trouxeram mobiliário da barraca para a casa nova, no entanto, referem que compraram coisas novas. Um dos inquiridos salienta que casa nova, vida nova e, por isso sentiu a necessidade e gosto de colocar apenas coisas novas para o seu novo espaço.

“Trouxe alguma coisa da barraca... o frigorifico, a máquina de lavar roupa, os dois televisores, o esquentador, o fogão, a máquina de costura...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Trouxemos o Mandir, a máquina de costura, esta mesinha da sala, o fogão, o frigorifico, máquina de lavar roupa...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“(...) lá em baixo, não trouxemos nenhuma mobília, nenhuma... casa nova tem que ser mobílias novas... aquilo lá em baixo não prestava para pôr aqui... as mobílias dos quartos compramos tudo... escolhemos todos...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“ (...) já comprei coisas novas... trouxe a mobília do meu quarto, o quarto da minha mãe e o móvel do corredor... comprei estes sofás, a mobília da sala.”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“... tem que ir devagar, gostava de comprar tudo de uma só vez...”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Trouxe pouca coisa da barraca, o frigorifico só, esta cadeira e mesa (sala), mais nada, não valia a pena trazer coisas velhas para uma casa nova... as mobílias... trouxe a cama, a cama era nova, aproveitei e trouxe, mas não trouxe muita coisa... depois vai-se comprando...”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“O que comprei de novo foi estas duas coisas, o móvel da sala e a mesa. A mobília do quarto ainda não tenho, trouxe a cama e o roupeiro da barraca.”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“Isto tudo é da minha casa, da minha barraca... não tenho dinheiro... ele não me quer ajudar... já tem mulher e filhos, está no Algarve. Falta muita coisa, gosto muito de música, não tenho aparelhagem, tenho tudo estragado, a televisão, o vídeo, a aparelhagem,... tenho muitos problemas, bicos de papagaio, coluna estragada, varizes... o Estado nunca me deu nada...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

4.5. Atitudes face ao processo de realojamento

Interessa-nos fundamentalmente, numa abordagem qualitativa, perceber como é que os próprios indivíduos, protagonistas do realojamento, avaliam todo o processo de realojamento, que satisfação, quais os aspectos positivos e negativos e que impacto originou nas suas vivências e mudanças nos modos de vida.

Relativamente ao posicionamento face ao processo de realojamento, todos os entrevistados, na avaliação que fazem do processo, referem uma satisfação face ao mesmo, no entanto constatamos que todos os entrevistados são unânimes no que concerne à rapidez de todo o processo.

“Correu muito bem. Tinha os documentos em dia, por isso fui das primeiras... não houveram complicações nenhuma, apenas foi tudo muito rápido, chamaram-nos, entregamos papeladas e pronto...”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“Foi tudo muito rápido... só me deram dois dias para tirar tudo da barraca, tive que chamar meus familiares da barraca ao lado, minhas cunhadas, irmãos me ajudaram a tirar as coisas da casa. Foi tudo levado para o mandir do bairro... e depois só vieram demolir a barraca passado uma semana. As coisas fui levando aos poucos dia a dia em sacos, ficou cerca de 15 dias no mandir.”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“... no dia em que foram para demolir a barraca, não tínhamos nada arrumado... deram-nos um prazo de mais dois dias para tirar tudo de lá, depois tiramos tudo... a gente pediu mais dias mas... foi de repente... e depois não vieram demolir.”

(Entrev. 2, sexo feminino, desempregada, etnia indiana, 22 anos)

“Apesar de ter sido tudo muito rápido, deram pouco tempo para tirar as coisas da barraca, porque queriam demolir e depois ainda a casa teve lá vários dias...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“Levei todos os documentos, fui à Junta de Freguesia pedir o Atestado de Residência. Foi tudo muito bonito... foram todos muito compreensíveis.”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“Foi tudo muito a correr... mas fora isso correu muito bem... entreguei toda a papelada pedida, o que não tinha fui rapidamente tratar... Tivemos só oito dias para efectuar a mudança, entregaram-nos a chave numa 3ª feira e deram só oito dias para desocupar a barraca... foi tudo muito a correr...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“Apesar de ter sido tudo muito de repente, para nós foi mais, não estávamos á espera de ser realojados, andamos também a correr.”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia brtanca, 34 anos)

“... deram-nos um prazo para tirar as coisas da barraca... apesar de nos dizerem que iam deitar a casa ao chão com rapidez, só deitaram ao chão passados 8 dias”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia brtanca, 34 anos)

“Correu bem... levei tudo o que pediram (...) as coisas que trouxe também foram poucas, mas acho que deviam dar mais tempo para pôr tudo em ordem (...) penso que as coisas correram bem, mas acho que foi tudo rápido...”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“Foi tudo muito rápido, tinha lá as coisas (...) custou muito a desapegar das coisas...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“Correu bem, foram simpáticos, ajudaram-me, não me trataram mal...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Sabemos que um processo de realojamento tem sempre vários intervenientes, de entre os quais, os que executam as medidas segundo os critérios implementados. Os técnicos de Intervenção Social. É com estes técnicos que as populações lidam todos os dias, são eles que mais próximos estão no terreno, que melhor conhecem a população, suas expectativas, anseios, desejos e competências.

Relativamente ao relacionamento com os técnicos responsáveis pelo realojamento, verifica-se que todos são unânimes relativamente a todos os actores sociais, afirmando que o relacionamento correu bem, salientando que foram muito bem atendidos e sentindo-se uma sensação de compreensão.

“A pessoa que nos atendeu foi muito simpática...”

(Entrev. 3, sexo feminino, Feirante, etnia indiana, 43 anos)

“A técnica que me atendeu ali na Câmara foi muito simpática...”

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

“Não tenho razão de queixa... fui sempre muito bem atendida, quando chamei a técnica para virem ver a barraca, por causa da minha mãe vieram e depois como minha mãe estava com uma trombose e não podia ir sozinha para uma casa, a técnica falou comigo e com minhas irmãs e chegamos todas à conclusão que era melhor minha mãe viver com uma de nós...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“A técnica que acompanhou o meu caso era simpática e compreensiva.”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“... a Dra. é muito boa moça, gostei muito, andava muito nervosa pois tinha medo que o meu marido ficasse com a casa, mas a moça ajudou e compreendeu e pôs a casa em meu nome”.

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Apenas um dos entrevistados manifestou desagrado relativamente ao valor da renda, atribuindo a mesma à técnica que acompanhou o processo.

“Correu mal, a Dra. Gostei dela... falei tudo com ela, pedi relatório médico, receitas,... Entreguei tudo, expliquei tudo da minha doença e que nem sempre faço horas e depois... a renda é muito alta, acho que a renda foi muito... não sei qual é a regra...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

No que concerne ao apoio prestado pela Câmara Municipal de Loures aos residentes, na ocasião da mudança para a nova habitação, apuramos que os entrevistados manifestaram um apoio inexistente por parte da Autarquia, tendo estes arranjado alternativa e ajuda de familiares e amigos.

“Os senhores da Câmara não ajudaram a levar as coisas, ainda por cima para um 6º andar, pois o elevador não funcionava... agora já funciona.”

(Entrev. 1, sexo feminino, doméstica, etnia indiana, 40 anos)

“... nas mudanças ninguém ajudou a trazer as coisas para a casa. Só nós é que trouxemos e um sobrinho nosso... aqui do bairro...”

(Entrev. 3, sexo feminino, feirante, etnia indiana, 43 anos)

“não tivemos ajuda para levar as coisas e também não tínhamos muito tempo...”

(Entrev. 5, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 37 anos)

“... não tivemos ajuda por parte dos homens da Câmara”

(Entrev. 6, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 34 anos)

“Tive algumas ajudas, de amigos aqui do bairro. Os homens da Câmara não trouxeram nada”

(Entrev. 7, sexo masculino, motorista, etnia africana, 47 anos)

“(...) fui buscar uns rapazes do bairro para ajudarem a trazer as coisas, os homens da Câmara também não ajudaram a mudar as coisas...”

(Entrev. 8, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 47 anos)

“ Tive ajuda de alguns patrícios do bairro, do meu marido... trouxeram as coisas para casa... sem elevador... o Augusto, o vizinho de cabo verde também ajudou, foi muito simpático... os vizinhos não ajudaram, pois ficaram com raiva pois não vinham...”

(Entrev. 9, sexo feminino, limpezas, etnia africana, 37 anos)

Contrariamente a estas posições, há quem considere que a Câmara prestou um bom acompanhamento no que respeita ao apoio prestado.

“Os senhores da Câmara trouxeram-me as coisas para a casa. Tiveram que subir as escadas para o 6º andar, não havia elevador... Fui lá numa 2ª e queria que saísse numa 4ª... era impossível embalar tudo... e pedi à técnica que me desse mais dois dias e pedi para

que os senhores da Câmara me levassem as coisas pois não tinha ninguém... e ela deu-me mais dias e os senhores levaram as minhas coisas... como podia?"

(Entrev. 4, sexo feminino, doméstica, etnia branca, 64 anos)

CONCLUSÕES

Pretendemos com este trabalho perceber de que forma é que as famílias do Bairro Quinta da Vitória, de origem africana, indiana e portuguesa, realojadas no Bairro Social da Av. Alfredo Bensaúde, se apropriam do espaço doméstico e do espaço envolvente do novo bairro, de acordo com as suas referências culturais e religiosas.

Para tal, analisámos como se processou o realojamento e se esta acção se traduziu na melhoria das condições de vida e de bem estar destas famílias, quando confrontadas com a nova realidade residencial e habitacional, nomeadamente a forma como estes indivíduos se apropriaram do espaço doméstico e envolvente, a influência nas redes familiares e referências religiosas, saber como os diferentes grupos culturais se relacionam entre si e analisar a satisfação residencial dos novos moradores dirigida à casa e ao bairro, compreendendo a forma como estes avaliam e percebem o seu espaço habitacional.

Esta análise teve como base nove entrevistas aos titulares de três famílias, de cada uma das etnias, africana, indiana e portuguesa, que analisámos na Parte III deste trabalho.

Apresentamos de seguida as conclusões desta análise.

De acordo com os dados obtidos, parece-nos afirmar que a população realojada possui particularidades culturais que interferem na sua apropriação do espaço doméstico, adaptando-o à sua cultura. No entanto são mais os indianos que vinculam a particularidade da sua cultura na apropriação da habitação, enquanto que os africanos têm tendência a inserir-se na cultura lusa.

Como balanço geral sobre a satisfação residencial da população do Bairro Social na Av. Alfredo Bensaúde, podemos concluir que a situação de realojamento provoca sentimentos de satisfação elevados, eles devem-se sobretudo à aquisição de uma nova casa, que apresenta uma qualidade muito superior à anterior.

A Casa como concretização de um sonho

O realojamento é associado de imediato à casa, ponto sobre o qual se faz, unanimemente, uma avaliação positiva.

A casa surge como concretização de um sonho e como suporte de uma esperança para a promoção do estatuto residencial. A casa concretiza um momento de viragem na vida da família, permitindo, em comparação com a situação anterior, melhores condições de habitabilidade, higiene, segurança e conforto. A casa concorre para uma promoção social, exigente de uma postura perante a vida e também perante os novos espaços que lhe são propostos.

A casa aparece-nos como o centro dos afectos.

A satisfação com a casa apresenta valores bastante elevados, sendo sustentada na globalidade dos casos, pela melhoria das condições habitacionais que proporciona e pelas possibilidades que oferece em termos de apropriação e personalização do espaço habitacional.

Relativamente às características da habitação, as famílias de origem africana estão insatisfeitas com o espaço que lhes foi atribuído, pois têm família alargada e gostariam de ter mais uma divisão para receber os familiares que não se encontram no país. As famílias indianas tiveram de adaptar a sua forma de culto a uma parte da sala, pois a habitação não tem uma divisão própria para o efeito, como era desejável.

A satisfação relativamente à casa está também ligada à proximidade dos locais anteriormente frequentados, tais como os pequenos comércio e os locais de trabalho, bem como o Templo (para os Hindus) e onde se encontram alguns dos antigos vizinhos.

A maioria dos agregados não tiveram necessidade de fazer adaptações na casa, no entanto mostram-se insatisfeitos devido à inexistência de estendais e, alguns casos, de despensa.

A nova casa implica uma nova dimensão: as despesas fixas, nomeadamente com a renda e os consumos de água e electricidade, se bem que esta já era paga na maior parte dos casos. Esta mudança é uma transformação significativa relativamente aos modos de vida anteriores. A mudança fez-se acompanhar de novas e/ou mais despesas e, por isso, referido pela negativa.

De salientar que a maior parte dos agregados não têm hábitos de gestão económica.

Para alguns indivíduos, o realojamento originou uma mudança profunda nos modos de vida e de estar, mudança esta percebida de forma negativa. Para estes, a barraca era melhor porque, por um lado, possuía um grande valor afectivo, por outro, porque permitia uma noção de liberdade e uma maior vivência no exterior, configurada pelo quintal e pela rua.

Em termos de apropriação do espaço doméstico é importante apercebermo-nos também dos diferentes espaços no interior da habitação e das funções que lhes estão atribuídas.

A sala é o centro do alojamento, o espaço vital mais importante. Apresenta-se na maior parte dos casos, como o local mais vivido e onde se registam geralmente os primeiros e maiores investimentos. Geralmente, a sala é o sítio mais “sobrecarregado” de mobiliário, objectos decorativos, quadros, fotografias, plantas. A tendência é para encher o espaço, pois este é o cartão de visita para quem entra.

A sala é o espaço “mais público” e multifuncional da habitação, acumulando geralmente a função de sala de jantar, onde a família costuma estar reunida e onde se recebem os familiares e amigos, é o local onde estão por exemplo, a televisão e o vídeo.

Pela observação realizada, foi possível verificar que para as famílias africanas, no que diz respeito à disposição da sala, os sofás ficam de um lado, o móvel de sala do outro e uma mesa de jantar ao centro, com cadeiras. De todas as casas em que entrámos, apuramos que possuíam aparelhagem sonora, geralmente grande. A existência deste tipo de equipamento pode ser explicada pelo papel que a música tem na cultura africana, sempre presente no convívio entre familiares, amigos e parentes.

Para as famílias indianas, a existência de televisor e a incidência no canal indiano é notório, como preocupação de manter as tradições, a língua e as origens, factores predominantes nesta cultura que procura preservar numa vivência familiar. É também na sala que se encontra o Mandir, Templo doméstico.

Todos são unânimes em referir que o espaço da cozinha deveria ser maior.

Particularmente para as famílias hindus, porque é o espaço onde passam a maior parte do tempo, quer a cozinhar, quer como espaço de convívio e porque realizam muitas celebrações e rituais onde é necessário confeccionar alimentos, para o que contam com o apoio de familiares.

Quando se fala na divisão para as refeições, verificou-se que esta utilização não é particular em nenhuma família, pois quer para os africanos, quer para os portugueses, quer para os indianos utilizam tanto a sala como a cozinha para tomar as suas refeições. Algumas famílias africanas são numerosas pelo que a cozinha não é suficiente para tomarem as refeições.

A casa passa a ser o centro da vivência quotidiana, relacionada, em bastantes casos, com a religião.

Relativamente às famílias de origem portuguesa e africana, são de religião católica, não praticantes, mas sentem-se devotos e gratos a algo que os move.

As famílias indianas têm religião hindu e praticam a religião todos os dias em casa. Os rituais religiosos são ainda responsáveis por parte da organização do espaço da habitação, o altar doméstico ocupa um lugar privilegiado na sala (espaço de entrada da casa), porque a casa não tem uma divisão própria para o oratório. O espaço doméstico hindu é o local principal de identidade pessoal e grupal, é onde se realizam a maior parte dos rituais religiosos. E, quando não é possível ter uma divisão só para o oratório, este é construído na sala de entrada e orientado preferencialmente para o sol nascente.

As famílias hindus têm os seus rituais próprios tendo uma variedade de divindades e ritos face à mudança para um novo espaço.

Relativamente às famílias de origem africana e portuguesa também se denota uma particular preocupação e devoção perante um novo quadro residencial, verificando-se um sentimento de alegria e gratidão.

Verifica-se que todos os entrevistados dão muita ênfase à religião, tendo um lugar primordial nas suas vidas e pode-se constatar na forma e na atitude face à nova casa.

O Bairro: uma referência para uma satisfação positiva

A satisfação sentida pelo bairro insere-se na lógica de continuidade da satisfação pela casa.

Relativamente à satisfação dos agregados familiares face ao bairro, conclui-se que a maioria dos inquiridos estão satisfeitos com o local onde se localiza a habitação.

Uma vez que os entrevistados sofreram um processo de realojamento local, a continuidade espacial funcionou como promotora de sentimentos de satisfação positiva, pois regista-se uma valorização afectiva e efectiva pelo bairro, fruto de elementos identitários, reflexo de um longo período de residência e de antigas ligações de sociabilidade, que se mantém.

Quando se fala do espaço público, que é comum a todos os moradores, onde se entrecruzam pessoas com formas de estar e culturas diferenciadas, é inevitável não se falar do espaço rua. A satisfação com a rua, também ela bastante positiva, tem sobretudo a ver com a sua localização no contexto do bairro. A rua ganha validade positiva porque se encontra dentro de algo com o qual se tem bastante afinidade, de origem e pertença, esta acaba por proporcionar aqui uma continuidade que a população deseja preservar.

O facto do anterior alojamento ter dimensões mais reduzidas, implicava que a rua se transformasse no seu prolongamento, possibilitando uma abertura da vida doméstica à vida comunitária. Os entrevistados fazem referência ao espaço da rua como espaço de encontro.

Verifica-se que no caso das famílias indianas de religião hindu, o espaço de encontro, para além da rua, é nas festividades e rituais no “*Mandir*”, local de culto das famílias hindus. Este situa-se no bairro de barracas, sendo aí que os elementos da comunidade se juntam, e tomam as refeições cerimoniais. Está prevista a construção de um novo “*Mandir*” no Bairro Social da Av. Alfredo Bensaúde, fundamental para a vivência da comunidade.

Verifica-se que os entrevistados nutrem uma simpatia muito grande pelo bairro onde residem, dado que, geograficamente este se encontra junto ao espaço de origem e por este motivo as rotinas quotidianas mantêm-se: as ligações e relações que tinham permanecem, os vizinhos e as pessoas são conhecidas.

Apesar de satisfeitos, alguns entrevistados demonstram uma insatisfação com o bairro, devido ao desrespeito pelas normas estabelecidas e pela higiene, levando estes a criticar os seus vizinhos residentes no novo bairro. Inclusive, um dos inquiridos revela a importância de acções de sensibilização, que deveriam ter sido efectuadas aquando da preparação do realojamento.

No que concerne à existência de carências no novo bairro, todos estão de acordo relativamente às necessidades primordiais, nomeadamente o supermercado, dado que na urbanização existe apenas um centro comercial que está um pouco afastado da zona de residência. Alertam também para a necessidade de espaços verdes e espaços para as crianças brincarem e ainda para a existência de um centro de saúde. No novo bairro existe

espaço para várias lojas, as quais ainda se encontram em processo de atribuição, havendo já um café a funcionar.

Relativamente aos transportes que servem o novo bairro social são os mesmos que servem o Bairro Quinta da Vitória. Os entrevistados manifestaram uma satisfação positiva. Consta-se que os transportes existentes satisfazem as suas necessidades.

O realojamento destas famílias no Bairro Social na Av. Alfredo Bensaúde não contribuiu para a desinserção social. A maioria dos agregados inquiridos está satisfeita com o bairro e mantém uma boa relação de vizinhança. Apesar de algumas destas famílias referirem a falta de infra-estruturas no bairro, não implica a sua insatisfação e desinserção no bairro.

Salienta-se que na globalidade, os agregados familiares realojados possuem uma satisfação positiva quer no que concerne à casa, quer no que respeita ao bairro, funcionando estes como referenciais de uma identidade positiva. Avaliam de forma positiva, dando ênfase à melhoria das condições de salubridade, higiene e segurança. Salientam a visível melhoria da qualidade de vida através do bem-estar e conforto que a nova habitação proporciona, apesar de referirem como negativo o acréscimo de custo, devido à renda, consumos de água e electricidade, bem como mobiliário para a nova casa.

Relativamente ao posicionamento face ao alojamento anterior, verifica-se que todos os entrevistados sentem nostalgia, saudosismo, a necessidade de voltar à barraca enquanto ela permanece no terreno, o que deriva da ligação afectiva e efectiva relativamente àquele espaço e a tudo o que se relaciona: as redes de sociabilidade e vizinhança estreitas, uma nostalgia do passado, das origens e a tudo o que aquele local proporcionou. As sociabilidades são tendencialmente recordadas com saudade e fica-se com a ideia que, nalguns casos ter-se-á perdido sobretudo, o ambiente familiar que dantes se vivia e o sentimento de segurança que este transmitia e que agora se terá mudado. Cinco dos entrevistados têm como referência quando se fala na barraca, o quintal e a rua, locais de encontro e convívio para alguns.

Quando se fala do bairro é inevitável não falar do Bairro Quinta da Vitória e é de salientar que quase todos os entrevistados têm sempre como referência o bairro de origem e a necessidade de voltar ao espaço que deixaram. Pode-se verificar que a maioria dos inquiridos continuam a fazer as suas compras nas mercearias existentes no bairro de barracas, inclusive fazendo ênfase às mercearias, todas pertencentes aos indianos. Falam da

existência de uma relação de confiança e, por este motivo permanecem fiéis a um hábito que mantinham desde que eram residentes nas barracas.

Relações de vizinhança e redes de sociabilidade

O local de recrutamento das sociabilidades continua a ser o próprio bairro. Neste, as relações de vizinhança, a par da família continuam a figurar como a mais importante rede de sociabilidade dos nossos entrevistados.

Verifica-se que a maioria dos entrevistados afirma estar satisfeito com os actuais vizinhos, pois não têm razão de queixa, não têm problemas com eles, referindo a maioria que já são do seu conhecimento e confiança do alojamento anterior. Constata-se que a relação dos diferentes grupos familiares com os vizinhos é boa. É de registar que nenhum agregado respondeu que tinha má relação com os vizinhos.

Em cinco casos, as relações de vizinhança surgem vocacionadas para o convívio, admitindo serem convidadas pelas vizinhas para ir à sua casa, convite esse que é por si retribuído. Relativamente às famílias de origem hindu, as relações de vizinhança estão muito ligadas às relações familiares existentes e as festividades, que se tornam ponto de encontro entre as famílias.

Relativamente ao grau de satisfação com os actuais vizinhos, verifica-se que a maioria dos entrevistados afirma estar satisfeito, no entanto os diferentes grupos étnicos são unânimes em assumir espontaneamente o seu descontentamento, elaborando comentários negativos, nomeadamente com um grupo de jovens africanos, residentes nas barracas, que criam mau ambiente, associado à conflitualidade e violência gerando sentimentos de insegurança.

Após o realojamento, as famílias perderam um pouco a intensidade das relações de amizade e confiança que outrora mantinham. A própria operação de realojamento ao redistribuir as famílias pelas novas habitações, na maioria dos casos, não respeitou as relações de vizinhança preexistentes.

Também a influência de novas morfologias habitacionais, com a substituição de uma habitação térrea, em que a entrada dá para a rua, por uma habitação em altura, em que a entrada dá para uma escada interior, proporciona menos contactos e uma dinâmica relacional no exterior diferente da habitação de origem.

As antigas habitações possuíam um uso bastante intenso dos espaços exteriores ao alojamento, tais como o quintal e a rua, que permitiam um contacto mais próximo com os vizinhos e uma maior intensidade de relações.

O Processo de Realojamento

Todos os entrevistados, na avaliação que fazem do processo de realojamento, demonstram uma satisfação face ao mesmo, contudo um descontentamento face à rapidez do processo.

Relativamente ao relacionamento com os técnicos responsáveis pelo realojamento, todos os actores sociais afirmam que o relacionamento correu bem, salientando que foram muito bem atendidos e sentindo-se uma sensação de compreensão.

Os aspectos considerados como negativos pelos entrevistados prendem-se sobretudo com as questões ligadas ao valor da renda, atribuindo alguns a responsabilidade à técnica que acompanhou o processo.

Apesar de tudo, a ideia de ter uma casa, com as condições indispensáveis é o mais importante e sobrepõe-se a este discurso sobre as despesas. Houve quem referisse que a casa é um bem e que esta proporciona condições que outrora não tinham e, por esse motivo sentem-se na responsabilidade de pagar.

Quanto ao acompanhamento e informações prestadas pela entidade promotora pelo realojamento, os entrevistados possuem uma satisfação positiva. A maioria considera que a Autarquia desempenhou um bom trabalho.

No que concerne ao apoio prestado pela Câmara Municipal de Loures aos residentes, para a mudança para a nova habitação, apuramos que os entrevistados manifestaram um apoio inexistente por parte da Autarquia, tendo estes arrançados como alternativa e ajuda de familiares e amigos.

No que respeita à preparação para o realojamento, não foi efectuada nenhuma sessão de esclarecimento à população, facto que aparece sinalizado no discurso dos entrevistados. Estas acções têm como função integrar, informar, mobilizar e implicar os moradores na utilização, manutenção e conservação do habitat, de modo a garantir uma melhor apropriação dos espaços pelas famílias e em consequência, mais estima e preservação.

No caso específico deste trabalho, verifica-se que as famílias a residirem no Bairro Social, possuem uma apreciação globalmente positiva acerca do processo de realojamento.

O Papel do Serviço Social

Como verificámos, a atribuição da casa apresenta-se como um elemento importante e fundamental para a mudança e promoção habitacional destas famílias, mas não é, por si só, suficiente para a melhoria e qualidade de vida e para a promoção pessoal e social global. Torna-se necessário pensar em estratégias integradas de intervenção social que aproveitem as potencialidades de intervenção destas populações, e que possibilitem e promovam as suas capacidades de resposta a estes desafios de mudança e transformação.

Esta intervenção passa obviamente pelo envolvimento e acompanhamento das famílias nos processos de realojamento, desde o pré – realojamento à gestão habitacional.

Um dos pontos onde a intervenção do assistente social deverá incidir, é na valorização da auto-imagem dos indivíduos e também no sentido destes investirem com maior protagonismo na alteração das suas condições de vida.

Qualquer acção deverá, no entanto, ter como objectivo a autonomização dos indivíduos e na valorização da imagem dos espaços onde habitam.

As acções de realojamento deveriam impulsionar uma reestruturação dos modos de vida, de forma a tentar evitar situações de assistência.

Qualquer mudança, deverá passar pela organização e/ou revitalização da vida colectiva dos bairros, procurando envolver activamente a população, responsabilizando-a sempre mais para a mudança e transformação efectiva no sentido da promoção e integração social.

Devemos partir sempre do princípio que as pessoas têm um potencial humano ilimitado, pelo que é sempre necessário que conheçamos a sua cultura e o seu percurso existencial.

Como refere Marília Andrade (1992), *“é através de um trabalho de campo, junto de organizações e populações, lento e continuado, que altera as representações, fomenta a participação directa, consciente, crítica, organizada e solidária dos habitantes na tomada de decisões. Eleva a capacidade crítica nos modos de pensar e de agir. É um trabalho de informação, de desenvolvimento de capacidades nos domínios cognitivo, organizativo e*

relacional, que possibilita às populações o exercício do direito de opção, decisão e participação em domínios da política de habitação que lhes dizem respeito”.

A este respeito, salienta Myrian Veras Baptista (2001), *“o investigador tem que ter, necessariamente, um trabalho prévio de contacto com a realidade, para obter um conhecimento, na medida do possível, sistemático, dos factos empíricos que configuram a acção profissional, tomados como índices da realidade concreta”.*

Para que as políticas sociais tenham um papel de eficiência e de eficácia nas respostas a dar, é necessário, um conhecimento profundo da realidade e dos grupos em presença, um conhecimento que implica um saber técnico e profissionalizado.

O Assistente Social tem um conhecimento privilegiado dos grupos e da comunidade, porque participa no quotidiano das populações, conhecendo por dentro as suas carências, anseios, desejos e potencialidades. Ao penetrar nos grupos, ao conhecer as suas estratégias, os seus líderes, os seus problemas e as suas possibilidades, detém o saber que vem de dentro desses grupos, o que o coloca numa posição privilegiada face aos demais actores em presença. Tem também um papel importante como interlocutor, das necessidades e aspirações dos grupos com que trabalha, junto dos poderes instituídos.

Esta relação implica Poder e Saber dos sujeitos em conflito. Só esse conhecimento levará à análise da possibilidade, da oportunidade e da previsibilidade da acção, ou seja: o que fazer, quando fazer, como fazer e porque fazer.

É no campo da política do quotidiano que se exerce o poder do assistente social como elo de ligação entre a população e o poder instituído.

É deveras importante a participação das populações etnicamente diferenciadas num realojamento bem sucedido, exigindo modos de intervenção específicos.

Através da integração das especificidades próprias de cada grupo humano na conceptualização do seu habitat e da possibilidade de dar ao habitante de exprimir a sua “competência” para o organizar e produzir, poder-se-á num futuro próximo, extinguir ou pelo menos atenuar essa diferença entre “habitar” e ser “relojado”.

GLOSSÁRIO GUJARATI

Arti – ritual no qual uma lamparina é rodada à frente de uma divindade.

Brahman – sacerdote.

Casta (jati) – significa grupos “puros”. Tradicionalmente as castas estão associadas a profissões.

Cathá – história ou conto ritual.

Dharma - lei religiosa, costume, dever e a verdade.

Diu – ex-colónia portuguesa.

Fudamia – nome da casta de pedreiros da aldeia de Fudam.

Ganexa – o removedor de obstáculos, o filho do Deus *Shiva*, com cabeça de elefante.

Gujarate – língua indiana utilizada pelas famílias em causa. Utilizada no Estado indiano com o mesmo nome.

Koli – nome da casta de pedreiros.

Havan – ritual de fogo.

Hanuman – divindade macaco, aliado a *Rama*.

Lakshmi – deusa da sorte e da riqueza. Deusa consorte de *Vishnu*. É normalmente representada como uma bela mulher dourada, quase sentada ou de pé sobre uma flor de lotus.

Mandir – templo sagrado.

Nortá – nome das festas em gujarati. São nove dias em que se canta e dança em dois períodos diferentes do dia.

Rama – encarnação de *Vishnu*. Tinha como objectivo a aniquilação de um demónio, *Ravana*. Casou com *Sita*, encarnação de *Lakshmi*, esposa de *Vishnu*.

Saris – vestuário das mulheres indianas.

Sita - encarnação de *Lakshmi*, esposa de *Vishnu*.

Shiva – representa a parte da violência e do perigo. Surge como o Deus selvagem, o Deus de todos os excessos, é também o asceta semi nu, sujo de cinzas, com caveiras à volta da cintura e um colar de serpentes. Considerado o Deus da fertilidade.

Vishnu – representa a misericórdia e a bondade, detém o poder de manter o universo e o *dharma* (lei religiosa, costume, dever e a verdade).

BIBLIOGRAFIA

- Estatísticas Demográficas, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999*, SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Lisboa.
- A.A.V.V. (1993), “O Serviço Social e as Autarquias”. In: *Revista do Serviço Social*, n.º 5/6, APSS, Lisboa.
- AAVV (1992), A Construção do conhecimento no Serviço Social em Portugal na década de 60, *Estudos e Pesquisas*, Departamento de Pós Graduação do ISSS, CRL.
- A.A.V.V. (1999), *Urbanismo Loures Habitação*, Câmara Municipal de Loures, Departamento de Administração Urbanística, Loures.
- ALBARELLO, L (1997) e outros; *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- ALMEIDA, João F; PINTO, José Madureira (1990); *A investigação nas Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa.
- ANDER-EGG, Ezequiel (1987), *Técnicas de investigación social*, El Ateneo, México.
- ANDRADE, Marília (1997), “O Estado, a sociedade e a questão da habitação em Portugal: o direito de habitar”, in *Revista Intervenção Social* n.º 11/12, ISSS., Lisboa.
- ANDRADE, Marília (1992), “Serviço Social, habitação e autarquias: movimento e liames da prática e da teoria”, *Intervenção Social*, n.º 7, Lisboa, ISSS.
- ALVES, Marina e ÁVILA, Patrícia (1994), “Indianos em Portugal: Processo de (re)construção da identidade”, in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia*, Lisboa, APS.
- AUGÉ, Marc (1998), *Não lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Bertrand Editora.
- ÁVILA, Patrícia (1994), “Comerciantes indianos na cidade de Lisboa”, comunicação ao Colóquio “*Minorias étnicas- a participação na vida da cidade*”, Concelho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas do Concelho de Lisboa.

- BAPTISTA, Myrian Veras (2000), *A Investigação em Serviço Social*, CPIHTS, Veras Editora.
- BAPTISTA, Myrian Veras (1997), *Novas perspectivas da participação na acção do Serviço Social*, Março.
- BARDIN, L. (1979); *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- BASTOS, Susana, BASTOS, José (1999), “Migração, etnicidade e reconstrução identitária – uma abordagem pluri-metodológica das estratégias identitárias de uma comunidade hindu tricontinental residente em Portugal”. In: *Projecto de investigação: Portugal Plural – relatório final*, vol.3, FCSH/FCT, Lisboa.
- BASTOS, Susana T. P., BASTOS, José G. P. (1999), *Portugal multicultural*, Fim de Século, Lisboa.
- BASTOS, Susana e BASTOS, José (1997), “O trabalho de terreno como crise – análise intercultural : uma reflexão polifónica sobre as vicissitudes da pesquisa antropológica, em casal no Saurashtra”. In: *Ethnologia*, nova série, nº 6-8, págs. 123-145, FCSH / Departamento de Antropologia, Lisboa.
- BASTOS, Susana (1990), “Espaço doméstico, espaço simbólico e identidade – um olhar sobre o viver indiano na cidade de Lisboa”, In: *Actas do Colóquio Viver na Cidade*, Grupo de Ecologia Social do LNEC / Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, Lisboa.
- BASTOS, Susana T. P. (1990), *A comunidade hindu da Quinta da Holandesa, um estudo antropológico sobre a organização sócio espacial da casa*, Grupo de Ecologia Social, LNEC, Lisboa.
- BILODEAU, Guy (1986), “Por uma real relação de aliança entre trabalhador social e cliente”. In: *Serviço Social e Sociedade*, VII (21), Cortez, São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre (1997), *Razões práticas : sobre a teoria da acção*, Celta.
- BRANCO, Francisco (1994), “Municípios e políticas sociais em Portugal”. In: *Intervenção Social*, nº12/12.
- BRAVO, Sierra (1987), *Nocion y fundamento de la asignatura, Técnicas de Investigacion Social*, Ed. Paradinfo, Madrid.
- COSTA, Alfredo Bruto da; PIMENTA, Manuel (1991), *Minorias étnicas pobres em Lisboa*, Lisboa, Departamento de Pesquisa Social, Centro de Reflexão Cristã.

- CACHADA, Firmino, et al. (1995), *Os números da imigração africana – os imigrantes africanos nos bairros degradados e núcleos de habitação social nos distritos de Lisboa e Setúbal*, DEDIAP/CEPAC, Cadernos CEPAC/2, Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa (1994), *Formas de gestão e organização de bairros sociais*, CET, ISCTE.
- CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro (1998), *Metodologia da investigação. Guia para auto aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa.
- CASTRO, Paula e FREITAS, Maria João (1991), *Contributos para o estudo de grupos étnicos residentes na cidade de Lisboa – Vale do Areeiro, um estudo de caso*, Grupo de Ecologia Social, LNEC, Lisboa.
- CHOUDHURY, Amuradha Roma, “Hinduismo”. In HOLM, J; BOWKER, J.(coord), *Práticas de culto*, Coleção Estudos Religiosos, Publicações Europa América, Mem Martins.
- COELHO, António J.M. Baptista (1994), “É preciso integrar a habitação social na continuidade urbana”. In: *Sociedade e Território*, nº20, Afrontamento, Lisboa.
- DIAS, Eduardo (1942), *O Islão na Índia*, Clássico Editora, Porto.
- DURKEIM, E. (1957), *The elementary forms of the religious life*, Allen & Unwin, London.
- ELIADE, Mircea (1993), *Dicionário das Religiões*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- FALCÃO, Maria do Carmo (1997), *Serviço Social: uma nova visão teórica*, Cortez e Moraes, São Paulo.
- FALEIROS, Vicente de Paula (1999), *Estratégias em Serviço Social*, Editora Cortez, São Paulo.
- FALEIROS, Vicente de Paula (1987), *Saber profissional e poder institucional*, Editora Cortez, S. Paulo.
- FERNANDES, António Teixeira (1995), “Etnicização e racização no processo de exclusão social”. In *Sociologia*, vol. V, Revista da Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- FERREIRA, António Fonseca (1994), “Habitação e urbanismo: lições e prevenções para o PER”. In: *Sociedade e Território*, nº 20, Afrontamento, Lisboa.
- FERREIRA, António Fonseca (1994), *Evolução das políticas de habitação em Portugal, Livro Branco de Habitação*.

- FLOOD, Gavin, “Hinduismo”, in HOLM, J; BOWKER, J.(coord), *Ritos de passagem*, Coleção Estudos Religiosos, Pub. Europa América, Mem Martins.
- FRADA, João José Cúrio (1995), *Guia prático para elaboração e apresentação de trabalhos científicos*, Edições Cosmos, Lisboa.
- FREITAS, Maria João (1994), “Os paradoxos do Realojamento”. In: *Sociedade e Território*, nº 20, Afrontamento, Lisboa.
- FREITAS, Maria João; CASTRO, Paula (1991), *Contributos para o estudo de grupos étnicos residentes na cidade de Lisboa*, LNEC, Lisboa.
- FREITAS, Maria João (1990), *Satisfação residencial e atitudes face ao realojamento – estudo de uma amostra de indivíduos residentes no Bairro do Relógio*, LNEC, Lisboa.
- FRÉMONT, Armand (1980), *A região, espaço vivido*, Livraria Almedina, Coimbra.
- FRIEDMANN, Jonh (1996), *Empowerment. Uma política de desenvolvimento alternativo*, Celta, Oeiras.
- GHIGLIONE, R; MATALON, B.1983; *O inquérito – teoria e prática*, Celta, Oeiras.
- GIL, António Carlos (1989), *Como elaborar projectos de pesquisa*, Editora Atlas, S. Paulo.
- GLAZER, Nathan e MOYNIHAN, Daniel P. (1993), *Ethnicity, theory and experience*, Harvard University Press, Cambridge.
- GONÇALVES, Helena Seita (1994), “Identidades culturais num bairro de habitação social”, *Sociologia problemas e práticas*, n.º 16, ISCTE, Lisboa.
- GONÇALVES, Jorge Manuel (1995), “Usos e abusos do urbanismo contemporâneo” In: *Sociedade e Território*, nº21, Afrontamento, Lisboa.
- GROS, Marielle (1994), “Pequena história do alojamento em Portugal”. In: *Sociedade e Território*, nº20, Afrontamento, Lisboa.
- SILVA, José Carlos Gomes da (1989), *A Identidade roubada – ensaios de antropologia social*, Gradiva, Lisboa.
- GUERRA, Isabel (1998), “Grupos Sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida”. In: *Sociedade e Território*, n ° 25/26, Lisboa, Afrontamento.
- GUERRA, Isabel (1997), “Um olhar sociológico sobre o alojamento”. In: *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 24:165-181.

- GUERRA, Isabel (1994), “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”. In: *Sociedade e Território*, nº 20, Afrontamento, Lisboa.
- HALL, Stuart (1997), *A Identidade cultural na pós modernidade*, Coleção *Identidade e Cultura na Pós Modernidade*, DPA&A Editora, Rio de Janeiro.
- HUTNICK, M. (1991), *Ethnic minority identity. A social psychological perspective*, Clarendon Press, London.
- IONS, Verónica (1987), *Índia*, Biblioteca dos Grandes Mitos e Lendas Universais, Editorial Verbo, Lisboa.
- JACKSON, John A. (1991), *Migrações*, Lisboa, Escher.
- LEACH, Edmund (1982), *A diversidade da Antropologia*, Edições 70, Lisboa.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1996), *Raça e história*, Editorial Presença, Lisboa.
- LIEBKIND, K. (1989), “Conceptual approaches to ethnic identity”. In: LIEBKIND, K. (ed.), *New Identities in Europe*, Billig and Sons, Worcester .
- LYNCH, Kevin (1982), *A Imagem da cidade*, Lisboa, Edições 70.
- JONES, James (1973), *Racismo e preconceito*, São Paulo, Ed. Edgard Bluchar, Ltd.
- MACHADO, Fernando Luís (1997), “Contornos e especificidades da imigração em Portugal”. In: *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 24.
- MAGALHÃES, Maria Inês M. de Melo (1994), *Goeses em Lisboa*, Tese de Mestrado, UA, Lisboa.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta (1996), *Imigrantes na região de Lisboa – os anos da mudança*, Colibri, Lisboa.
- MANN, Peter, H. (1983), *Métodos de investigação sociológica*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- MARQUES, Maria Margarida; SANTOS, Rui; PINTO, Maria Luís Rocha (1998), *Realojamento e Integração Social. A População do Vale de Algés perante uma operação de requalificação urbana*, Edições Colibri, Lisboa.
- MARTINELLI, Maria Lúcia (1999); *Pesquisa qualitativa um instigante desafio*, Veras Editora, S. Paulo.
- MASCARENHAS, Telo de (1943), *A mulher hindu*, Coleção Vida e Cultura, Lisboa.

- MATIAS, Maria Aurora (1996), “Escolas de Serviço Social – Funcionamento democrático e aprendizagem da cidadania”. In: *Intervenção Social e Direitos Humanos*, n.º 13/14, ISSS, Lisboa.
- MATOS, Ana Maria de Saint-Maurice Correia de (1994), *Reconstrução das identidades no processo de emigração: a população cabo-verdiana residente em Portugal*, ISCTE, Lisboa.
- MELO, Romeu de (1978), *Ensaio sobre a Cultura*, Moraes Editores.
- MENDES, Maria Clara (1997), *A Política de habitação: evolução recente, situação actual e perspectivas*, Conselho Económico e Social, Lisboa.
- MORAIS, Faria de (1994), *A Índia e as castas*, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, Lisboa.
- MOREIRA, C.D (1997), *Planeamento e estratégias de investigação social*, ISCSP, Lisboa.
- MOREIRA, C.D. (1996), *Identidade e diferença. Os desafios do pluralismo cultural*, ISCSP, Lisboa.
- MOREIRA, C. D. (1993), *A experiência do trabalho de campo*, ISCSP, Lisboa.
- NEGREIROS, Maria Augusta (1995), *As Representações sociais da profissão de Serviço Social – uma análise empírica em contexto autárquico*, ISSS, Lisboa.
- P. LEVY, Françoise; SEGAUDE, Marion (1983), *Anthropologie de l'espace*, Centre Georges Pompidou, Paris.
- PELLENC, Jean (1945), *A Índia dos marajás*, Livraria Tavares Martins, Porto.
- PEREZ, Rosa Maria (1994), *Reis e intocáveis: um estudo do sistema de castas no norte da Índia*, Celta Editora, Oeiras.
- PINTO, Carla (1998), *Empowerment. Uma prática de Serviço Social*, ISCSP, Lisboa.
- PINTO, Teresa (1994), “A apropriação do espaço em bairros sociais. O gosto pela casa e o desgosto pelo bairro”. In: *Sociedade e Território*, n.º 20, Afrontamento, Lisboa.
- PIRES, Rui Pena (1999), “A imigração”. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org); *História da expansão portuguesa*, vol. 5, Circulo de Leitores, Lisboa.
- POIRIER, J; VALADON, S. Chapiet (1996); *Histórias de vida*, Oeiras, Celta.
- PORTAS, Nuno (1995), “Breves comentários ao debate sobre o PER”. In: *Sociedade e Território*, n.º 21, Afrontamento, Lisboa.

- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1992), *Manual de investigação em ciências sociais*, Gradiva.
- RAMADA, P.V (1992); *The bases of minority identity*, Human Rights Quarterly, vol.14.
- RAMOS, Maria do Rosário (1992), *Comunidade Hindu Gujarati de Lisboa: uma análise antropológica do casamento entre as castas Loaran e Khaniá*, FCSH/UNL, Lisboa.
- RIFFAUT, Jacques (2000), *Penser l'écrit professionnel en travail social*, Dunod, Paris,
- RIVIÉRE, Claude (1995), *Introdução à Antropologia*, Edições 70, Lisboa.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995), *Sociologia das migrações*, Universidade Aberta, Lisboa.
- RUIVO, Fernando (2000), *Poder local e exclusão social*, Quarteto, Coimbra.
- SÁ, Henrique Oliveira (1975); *Política de habitação*, Coleção Teoria e Práticas, Diabril.
- SAINT-MAURICE, Ana (1997), *Identidades reconstruídas – Cabo-verdianos em Portugal*, Celta, Oeiras.
- SILVA, Augusto Santos; Pinto, José Madureira, *Metodologia das ciências sociais*, Edições Afrontamento, Porto.
- SILVANO, Filomena (2000), *Antropologia do espaço*, Celta, Oeiras.
- SILVANO, Filomena (1997), *Territórios da identidade*, Celta, Oeiras.
- SOUTA, Luís (1997), *Multiculturalismo e educação*, Profedições.
- TAYLOR, Charles (1998), *Multiculturalismo*, Instituto Piaget, Lisboa.
- TEIXEIRA, Maria Lucinda Figueira Barros de Abreu (1987), *A Comunidade Hindu da região de Lisboa*, FCSH/UNL, Lisboa.
- VAZ, Eunice M. de Carvalho (1990), *Vida e morte na tradição hindu*, FCSH/UNL, Lisboa.
- WARNIER, Jean Pierre (2000), *A mundialização da cultura*, Editorial Notícias, Lisboa.
- WATERSTONE, Richard (1996), *O espírito da Índia*, Temas e Debates.

ANEXOS

INDICE

- I – Guião de Entrevista
- II – Quadro da Análise dos Dados
- III – Mapa de localização (Freguesia da Portela)
- IV – Mapa do Bairro Quinta da Vitória por Grupos étnicos
- V – Mapa dos estabelecimentos comerciais existentes no Bairro Quinta da Vitória
- VI – Mapa das Associações e locais de Culto existentes no Bairro Quinta da Vitória
- VII – Mapa do Bairro Quinta da Vitória após a demolição das barracas das famílias já realojadas
- VIII – Protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Loures e a Câmara Municipal de Lisboa
- IX – Planta do empreendimento construído pela Câmara Municipal de Lisboa onde as famílias foram realojadas
- X – Uma perspectiva Fotográfica
 - 1. Bairro da Quinta da Vitória
 - 1.1. Espaço Público: Bairro
 - 1.2. Espaço Público: Espaços de comércio (pequenas lojas e mercearias)
 - 1.3. Espaço Público: Local de Culto dos Indianos - Templo Hindu
 - 1.4. Espaço Público: Festividades Hindus no Templo Hindu
 - 1.5. Espaço Público: Festividades Hindus na Rua
 - 1.6. Espaço Privado: Casa
 - 1.7. Barracas demolidas
 - 2. Bairro Social na Av. Alfredo Bensaúde
 - 2.1. Espaço Público: Bairro
 - 2.2. Espaço Privado: a nova Casa

ANEXO I

GUIÃO DE ENTREVISTA

GUIÃO DE ENTREVISTA

Questão de Partida:

De que forma as famílias realojadas de origem indiana, africana e portuguesa se apropriam do espaço doméstico, bem como do espaço envolvente no bairro social na Av. Alfredo Bensaúde, de acordo com as suas referências culturais e religiosas?

Eixo de análise

Realojamento. Apropriação do espaço doméstico. Redes familiares. Referência religiosa.

Objectivo

Conhecer e aprofundar os modos de apropriação e organização do espaço doméstico, bem como a organização familiar e o contexto religioso das famílias existentes no novo bairro.

Questões

- Reside nesta casa desde quando?
- Quem vive actualmente nesta casa?
- Considera que a habitação tem o número de divisões suficientes para a sua família?
- Que divisões da casa utilizam para os momentos de descanso?
- Em que divisão da casa os vários elementos da sua família convivem normalmente?
- Em que divisão da casa tomam as refeições?
- Considera que a habitação tem espaços suficientes para todos os membros da família?
- Qual o espaço da casa que mais gosta de estar?
- Qual o espaço da casa que gostava que tivesse mais espaço?
- Qual a diferença de apropriação habitacional na barraca e no apartamento? O que mudou?
- Fale da sua experiência relativamente à nova casa.
- Como sonha ou fantasia a nova casa?
- O que vai comprar de novo? O que comprou de novo para a sua nova casa?
- Considera que a relação com a sua família é boa?

PROCESSO DE REALOJAMENTO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NUM BAIRRO MULTI-ÉTNICO

- Quem acompanha os filhos à escola?
- Quando estão doentes quem acompanha os vossos filhos?
- Quem decide sobre as compras que precisa fazer para a sua casa? Em relação à alimentação e às mobílias e bens domésticos.
- Quem limpa a casa?
- Quem faz as refeições?
- Quem lava a loiça?
- Quais os elementos da família que trabalham?
- Qual a profissão?
- Quando é necessário recorrer aos serviços para tratar de problemas familiares quem da sua família vai?
- Para além de falar português que línguas fala?
- Onde utiliza as línguas que fala?
- Verificámos também que têm formas de vestir diferentes dos nossos, os vossos filhos mantêm também essa forma de vestir?
- Tem outros familiares a residir aqui no bairro?
- Se não, e em Portugal?
- E outras pessoas amigas?
- Costuma encontrar-se?
- Com que frequência?
- Em que espaço?
- Tem alguma religião?
- É praticante?
- Com que frequência?
- Fez algum ritual antes de entrar na nova casa? O que significa ?

Eixo de Análise

Redes de Sociabilidade e Inter-ajuda .

Objectivo

Compreender a forma como os diferentes grupos culturais presentes se relacionam entre si.

Questões

- Sente-se satisfeito por viver neste local?
- Considera que a sua relação com os vizinhos é boa?
- Convive com as outras pessoas do bairro?
- Qual a vossa relação? Dá-se bem com os vizinhos todos? Com quem se dá melhor?
Como se tratam uns aos outros?
- Onde se encontram para conviver?
- Os seus filhos brincam com os filhos dos seus vizinhos?
- Se em alguma ocasião precisar de ajuda, a quem vai pedir apoio'?
- Quem são as pessoas que a deixam mais insegura?
- Existem conflitos ?
- Alguma vez foi convidado para alguma cerimónia ou festividade?

Eixo de análise

Realojamento. Apropriação do Espaço.

Objectivo

Analisar a satisfação residencial dos novos moradores dirigida à casa e ao bairro compreendendo a forma que os sujeitos avaliam e percebem o seu espaço habitacional.

Questões

- Na sua casa considera que tem tudo o que precisa ?
- Teve necessidade de adaptações na sua casa?
- Está satisfeito com a habitação?
- Existe um centro de tempos livres para as crianças. Que outro tipo de respostas acha que deveria existir?
- O bairro é servido com alguns meios de transporte. Acha que são suficientes?

Eixo de análise

Realojamento.

Objectivo

Perceber de que forma o realojamento foi efectuado e de que modo trouxe melhorias efectivas nas condições de vida e bem estar desta população.

Questões

- Como correu a relação com a Autarquia relativamente ao realojamento?
- Quais os aspectos bons e menos bons no processo de realojamento?
- Como foi efectuado o realojamento?
- Deu algum contributo na acção de realojamento? Como?
- Sente de alguma forma que tenha participado no seu processo de realojamento? Como?
- Se não, que contributos considera que podia ter dado.

ANEXO II

QUADRO DA ANÁLISE DOS DADOS

ANEXO III

MAPA DE LOCALIZAÇÃO (FREGUESIA DA PORTELA)

ANEXO IV

MAPA DO BAIRRO QUINTA DA VITÓRIA POR GRUPOS ÉTNICOS

ANEXO V

**MAPA DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS
EXISTENTES NO BAIRRO QUINTA DA VITÓRIA**

ANEXO VI

**MAPA DAS ASSOCIAÇÕES E LOCAIS DE CULTO EXISTENTES NO
BAIRRO QUINTA DA VITÓRIA**

ANEXO VII

**MAPA DO BAIRRO QUINTA DA VITÓRIA APÓS A DEMOLIÇÃO DAS
BARRACAS DAS FAMÍLIAS JÁ REALOJADAS**

ANEXO VIII

**PROTOCOLO ESTABELECIDO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES
E A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

ANEXO IX

**PLANTA DO EMPREENDIMENTO CONSTRUÍDO PELA CÂMARA
MUNICIPAL DE LISBOA ONDE AS FAMÍLIAS FORAM REALOJADAS**

ANEXO X

UMA PERSPECTIVA FOTOGRÁFICA

1. Bairro da Quinta da Vitória

- 1.1. Espaço Público: Bairro
- 1.4. Espaço Público: Espaços de comércio (pequenas lojas e mercearias)
- 1.5. Espaço Público: Local de Culto dos indianos - Templo Hindu
- 1.6. Espaço Público: Festividades Hindus no Templo Hindu
- 1.7. Espaço Público: Festividades Hindus na Rua
- 1.8. Espaço Privado: Casa
- 1.9. Barracas demolidas

2. Bairro Social na Av. Alfredo Bensaúde

- 2.4. Espaço Público: Bairro
- 2.5. Espaço Privado: a nova Casa

1. Bairro da Quinta da Vitória

1.1. Espaço Público: Bairro

1. Bairro da Quinta da Vitória

1.2. Espaço Público: Espaços de Comércio (pequenas lojas e mercearias)

1. Bairro da Quinta da Vitória

1.3. Espaço Público: Local de Culto dos Indianos - Templo Hindu

1. Bairro da Quinta da Vitória

1.4. Espaço Público: Festividades Hindus no Templo Hindu

1. Bairro da Quinta da Vitória

1.5. Espaço Público: Festividades Hindus na Rua

1. Bairro da Quinta da Vitória

1.6. Espaço Privado: Casa

Existência de folhas de nespereira na porta de entrada das casas das famílias indianas.

1. Bairro da Quinta da Vitória

1.7. Barracas demolidas confinantes com o novo bairro

2. Bairro Social na Av. Alfredo Bensaúde

2.1. Espaço Público: Bairro

2. Bairro Social na Av. Alfredo Bensaúde

2.2. Espaço Privado: a nova Casa

Nas casas das famílias indianas nota-se a presença das folhas de nespereira na porta de entrada, o *mandir* doméstico com as divindades e os retratos dos antepassados e familiares.

Nas casas das famílias lusas e africanas, a presença de aparelhos de música é notório, nomeadamente nas famílias de origem africana.

Legenda dos Estabelecimentos Comerciais existentes no Bairro Quinta da Vitória

- Barraca n.º 7 – Merceria (Indianos)
- Barraca n.º 21 – Merceria (Indianos)
- Barraca n.º 94 – Merceria (Indianos)
- Barraca n.º 95 – Taberna (Africanos)
- Barraca n.º 117 – Merceria (Indianos)
- Barraca n.º 125 – Taberna (Africanos)
- Barraca n.º 176 – Merceria e Peixaria (Indianos)
- Barraca n.º 329 – Merceria (Indianos)
- Barraca n.º 411 – Taberna (Africanos)

Legenda das Associações e Local de Culto existentes no Bairro Quinta da Vitória

Barraca n.º 53 – Associação APOIAR 5 (Africanos)

Barraca n.º 88 – Associação de Moradores do Bairro (Indianos)

Igreja – Mandir Hindu